

**SOLUÇÕES
DURADOURAS
PARA INDÍGENAS
MIGRANTES E
REFUGIADOS NO
CONTEXTO DO FLUXO
VENEZUELANO
NO BRASIL**





**SOLUÇÕES
DURADOURAS
PARA INDÍGENAS
MIGRANTES E
REFUGIADOS NO
CONTEXTO DO FLUXO
VENEZUELANO
NO BRASIL**





SOLUÇÕES DURADOURAS PARA INDÍGENAS MIGRANTES E REFUGIADOS NO CONTEXTO DO FLUXO VENEZUELANO NO BRASIL

BRASÍLIA

2020



ESTA ATIVIDADE É FINANCIADA POR:



Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM)



As opiniões expressas nas publicações da Organização Internacional para as Migrações (OIM) são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM ou de qualquer outra organização a qual os participantes possam estar profissionalmente vinculados. As denominações utilizadas no presente relatório e a maneira pela qual são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, nem tampouco a respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites.

OIM está comprometida pelo princípio de que a migração segura, ordenada e digna beneficia aos migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; alentar o desenvolvimento social e econômico através da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Editorial

Organização Internacional para as Migrações - Brasil
SAS Quadra 05, Bloco N, Ed. Oab, 3º Andar
Brasília-DF - 70070-913
iombrasil@iom.int

Chefe da Missão da OIM no Brasil:

Stephane Rostiaux

Expediente Técnico

Revisão de Conteúdo

Marcelo Torelly e Natália Maciel

Projeto gráfico e diagramação

Marcelo Bastos

Revisão de língua portuguesa

Ana Terra

Bibliotecário responsável

Fernando Silva (CRB 1/2001)

S691 Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil / Elaine Moreira, Marcelo Torelly [coordenadores]. Brasília : Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2020.
110 p. : il.

ISBN 978-65-87187-00-6.

1. Migração. 2. Refugiados. 3. Indígenas Migrantes – Venezuela. Moreira, Elaine; Torelly, Marcelo (coord.).

CDU 325.11

© 2020 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Esse relatório foi publicado sem edição formal pela OIM.

Todos os direitos reservados. Esta publicação não poderá ser reproduzida, total ou parcialmente, nem gravada por quaisquer sistemas de registros, nem transmitida por quaisquer meios eletrônicos ou mecânicos, nem sujeita a processos de fotocópia sem a autorização prévia do editor.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)

Estabelecida em 1951, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a agência das Nações Unidas para as migrações, é o principal organismo intergovernamental no campo da migração e trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais, intergovernamentais e não-governamentais.

Contando com 173 estados-membros, 8 estados observadores e escritórios em mais de 100 países, a OIM dedica-se a promover uma migração segura, ordenada e digna para o benefício de todos. Isso é feito fornecendo serviços e consultoria para governos e migrantes.

O Brasil é estado membro da Organização desde o ano de 2004. Atualmente, a OIM tem presença no país nas cidades de Belém, Brasília, Boa Vista, Curitiba, Florianópolis, Manaus, Pacaraima, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

EQUIPE DO PROJETO

ELAINE MOREIRA

Pesquisadora Principal

Professora do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA-UnB), onde coordena o Observatório de Direitos e Política Indigenista e colabora com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), e professora convidada da Universidade Aldo Moro de Bari (Itália). É Doutora em antropologia social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (França) e membro da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Desde os anos 2000, trabalha com o povo Ye'Kuana em Roraima.

MARCELO TORELLY

Coordenador Executivo

Coordenador da unidade de cooperação e parcerias da OIM no Brasil. Doutor em direito pela Universidade de Brasília, trabalha há quinze anos com cooperação internacional e desenvolvimento, tendo atuado no governo federal, na academia e em organismos internacionais. Desde 2016, trabalha o tema das migrações indígenas. Anteriormente, foi professor da Universidade Católica de Brasília, acadêmico visitante na Universidade de Oxford (Reino Unido) e pesquisador visitante na Universidade Harvard (Estados Unidos).

YSSYSSAY RODRIGUES

Coordenadora de projeto da OIM em Florianópolis. É mestra em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista e bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas. Atua na área de deslocamentos involuntários e migrações há dez anos, com experiência junto a povos e comunidades tradicionais no Brasil, na Venezuela e em Moçambique.

NATÁLIA MACIEL

Coordenadora da unidade de combate ao tráfico de pessoas da OIM no Brasil. Mestra em relações internacionais pela Universidade Carolina de Praga (República Tcheca), com bacharelado em direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Tem experiência na área de projetos em think-thanks na Alemanha e na República Tcheca, além de ter trabalhado com atendimento direto a migrantes e refugiados em organização da sociedade civil.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa, comissionada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), contou com o apoio financeiro do Escritório para Populações, Refugiados e Migrações do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (PRM) e de diversas organizações e pessoas que contribuíram com documentos, informações e sugestões ao texto nas fases de pesquisa, elaboração e revisão do material.

A pesquisadora principal realizou missões de campo em outubro de 2019 nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Manaus. Em todas essas localidades, o apoio logístico e de conteúdo da equipe da OIM foi fundamental para a condução das oficinas, entrevistas e reuniões. Os parceiros da Operação Acolhida do governo federal e das agências da ONU no terreno foram igualmente determinantes para a obtenção das informações e dos insumos que sustentam as conclusões apresentadas.

Entre as organizações que contribuíram para a realização deste trabalho, destacamos e agradecemos ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), à Associação Indígena da Terra Indígena São Marcos, ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), à Defensoria Pública da União (DPU), ao Distrito Especial Indígena (DSEI) Leste do Ministério da Saúde, ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ao Ministério da Cidadania, ao Ministério Público Federal, à Secretaria Especial de Saúde Indígena do estado de Roraima (Sesai), à Operação Acolhida do governo federal, à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), à Organização Pan-Americana da Saúde (Opas-OMS), à Procuradoria-Geral da República (PGR), à Universidade de Brasília e à Universidade Federal do Amazonas.

A fim de promover uma ampla revisão por pares, o presente estudo foi apresentado em uma oficina com especialistas no escritório da OIM em Brasília para expor e debater os resultados e recolher correções e sugestões para a versão definitiva do material. Agradecemos aos participantes da oficina Akemi Kamimura, Anna Cunha, Daniel Belik, Ela Wiecko, Érica Kaefer, Gustavo Zortea, João Freitas de Castro Chaves, Leonardo Cavalcanti, Lucas Lima, Lúcia Barbosa, Maria Helena Ortolan, Mariana Alcalay, Matheus Alves do Nascimento, Nikolas de Camargo, Niusarete Lima, Pedro Moutinho e Sebastian Roa pelas valiosas contribuições.

Agradecemos especialmente aos indígenas Warao, Pemón e Eñepá que participaram das oficinas e compartilharam suas experiências, desejos e impressões, sem os quais a presente pesquisa não teria sido possível. Ao longo desta publicação, incluímos depoimentos destes participantes na esperança de aproximá-los dos leitores, colocando seu protagonismo em primeiro plano no processo de tomadas de decisão que impactam as suas vidas.

Brasília, abril de 2020

SUMÁRIO

Lista de siglas	15
Lista de figuras	16
Resumo	17
INTRODUÇÃO	19
1. POVOS INDÍGENAS NO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO	25
1.1 O conceito de solução duradoura culturalmente adequada	27
1.2 Migrações indígenas da República Bolivariana da Venezuela ao Brasil	28
1.2.1 Os Warao em Roraima	29
1.2.2 A chegada a Manaus	31
1.2.3 A migração até o Pará	34
2. METODOLOGIA E RESULTADOS DESTE ESTUDO	39
2.1 Oficinas temáticas	41
2.2 Razões para o deslocamento dos Warao	43
2.3 Acesso à saúde pelos indígenas migrantes e refugiados	45
2.4 Acesso à educação pelos indígenas migrantes e refugiados	46
2.5 Política de abrigo	48
2.6 Presença de parentes no Brasil	49
2.7 Origens: a região de Araguabisi, Winikina e Mariusa	50
2.8 Perfis profissionais dos indígenas migrantes e refugiados	53
2.9 Novos dados e fluxos	56
2.9.1 Os Eñepa	56
2.9.2 Os Pemón	56

3. SOLUÇÕES DURADOURAS CULTURALMENTE ADEQUADAS: PARA ALÉM DO CONCEITO TRADICIONAL	61
3.1 Campos de circulação migratórios e abrigo	65
3.2 Acesso às informações sobre saúde, educação e outros direitos	69
3.3 Ir e vir na mobilidade indígena	71
3.3.1 Retorno voluntário ao país de origem	71
3.3.2 Reassentamento	73
3.3.3 Integração local	75
3.4 Laços linguísticos e novos movimentos espontâneos	76
4. A CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES DURADOURAS PARA POVOS INDÍGENAS NO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO	79
4.1 O desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo	81
4.2 A necessidade de consulta livre, prévia e informada	84
4.3 Características dos povos migrantes determinantes para o desenho das soluções	85
4.3.1 Os Warao	85
4.3.2 Os Pemón/Taurepang	87
4.3.3 Os Eñepa	88
4.3.4 Povos transfronteiriços	88
4.4 As recomendações já existentes	90
4.5 A participação indígena na construção das soluções duradouras	95
4.6 As questões de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas indígenas	96
4.7 O direito à cidade das populações indígenas	98
4.8 Notas finais	99
5. RECOMENDAÇÕES	105
5.1 Reconhecimento da condição indígena, documentação e reforço comunitário	107
5.2 Aspectos institucionais de governança e diálogo	107
5.3 Acolhimento e estratégia de saída dos abrigos	108
5.4 Acesso à educação	109
5.5 Acesso à saúde	109
5.6 Assistência social e direitos das crianças	109

LISTA DE SIGLAS

- ACNUR** - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- APIV** - Abrigamento Provisório ao Imigrante Venezuelano
- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- CCR** - Centro Regional de Perícia
- CIR** - Conselho Indígena de Roraima
- CNDH** - Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- CNJ** - Conselho Nacional de Justiça
- CRAI** - Centro de Referência e Atendimento ao Migrante de São Paulo
- CRI** - Centro de Referência ao Imigrante
- DPU** - Defensoria Pública da União
- DSEI** - Distrito Sanitário Especial Indígena
- Funai** - Fundação Nacional do Índio
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INE** - Instituto Nacional de Estatísticas (Venezuela)
- MJSP** - Ministério da Justiça e Segurança Pública
- MPF** - Ministério Público Federal
- OIM** - Organização Internacional para as Migrações
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- OMS** - Organização Mundial da Saúde
- ONG** - Organização não governamental
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- Opas** - Organização Pan-Americana da Saúde
- OPIRR** - Organização dos Professores Indígenas de Roraima
- PFDC** - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
- R4V** - Plataforma Regional de Coordenação Interagencial “Response for Venezuelans”
- SAIAF** - Serviço de Atendimento Institucional de Adultos e Famílias
- SEAP** - Secretaria de Apoio Pericial
- SPPEA** - Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise
- SEAS** - Secretaria Estadual de Assistência Social
- SESAI** - Secretaria Especial de Saúde Indígena
- SUAS** - Sistema Único de Assistência Social
- SUS** - Sistema Único de Saúde
- TISM** - Terra Indígena São Marcos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Trajeto dos indígenas Warao entre a República Bolivariana da Venezuela e as cidades de Pacaraima, Boa Vista, Manaus, Santarém e Belém

Figura 2. Mapa da região onde foi realizada a pesquisa do livro *Mujer Warao*

RESUMO

Este trabalho atualiza e qualifica a discussão sobre a migração de indígenas da República Bolivariana da Venezuela para a República Federativa do Brasil. Para isso, problematiza o conceito tradicional de “soluções duradouras” existente na literatura sobre migração e refúgio e oferece um conjunto de recomendações para a construção de soluções duradouras adequadas culturalmente ao contexto brasileiro. Para a construção deste documento, foi feita uma pesquisa nos estados de Roraima e Amazonas com os povos indígenas venezuelanos Warao, Eñepa e Pemón, bem como entrevistas e oficinas com gestores públicos, técnicos, autoridades e acadêmicos em Brasília, Manaus e Boa Vista. Esta publicação traz novas informações para pensar os desafios da dinâmica interna do fluxo dos indígenas migrantes na estruturação das políticas públicas, atualizando os documentos de informação e análise produzidos recentemente, em especial entre 2017 e 2019. Além disso, discute o conceito de solução duradoura apresentando alguns dos desafios colocados a partir da realidade cultural diferenciada dos indígenas migrantes. Por fim, indica cinco etapas para a construção de políticas públicas que superem a emergência e alcancem o médio e o longo prazo, constituindo soluções duradouras culturalmente adequadas. O estudo se alinha com o direito internacional e as boas práticas globais ao apontar que nenhuma solução duradoura será eficaz e socialmente justa sem considerar todas as partes interessadas, especialmente a comunidade de acolhida e o direito à consulta prévia informada das populações indígenas.



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o conceito de “solução duradoura” refere-se a um conjunto de ações que governos e sociedade aplicam após situações de emergência para construir políticas públicas de médio prazo para as populações migrantes e refugiadas. Portanto, a ideia de solução duradoura se opõe à de atenção emergencial. Se a emergência é o reino da contingência, em que preservar vidas e garantir condições básicas mínimas é a prioridade absoluta, no contexto das soluções duradouras muitas outras variáveis passam a ser consideradas, pensando nas perspectivas de vida futuras dos migrantes e refugiados e de suas comunidades de acolhida.

Encontramos na literatura três exemplos canônicos de soluções duradouras: o retorno voluntário ao país de origem, o reassentamento em um terceiro país e a integração local. No contexto do fluxo de povos indígenas da República Bolivariana da Venezuela para o Brasil, essas três soluções parecem limitadas para compreender a situação e agir.

O retorno à República Bolivariana da Venezuela é uma realidade para muitos dos indígenas em deslocamento, mas não de forma definitiva. A constituição, primeiro, de um movimento pendular e, depois, de um campo de circulação migratória entre os dois países desafia a ideia de que populações em constante movimento possam ver o retorno ao país de origem como uma solução duradoura. Ao contrário, esse movimento faz parte de seu processo vital.

O reassentamento em um terceiro país revela-se uma alternativa improvável neste momento. De forma sistemática, os indígenas ouvidos neste estudo têm interesse em seguir circulando pelo Brasil para, eventualmente, retornar à Venezuela. Alguns consideram migrar para países vizinhos – não para lá se fixar, mas para seguir em movimento. Os relevantes custos de uma operação de reassentamento internacional, neste contexto, parecem menos produtivos do que o investimento no apoio aos migrantes e refugiados nas comunidades onde se encontram.

Esse apoio à integração local na comunidade de acolhida parece a melhor solução duradoura tradicional. Novamente, porém, a realidade supera o conceito: não apenas muitos indígenas não desejam “se integrar”, entendendo “integração” como assimilacionismo e perda de sua identidade cultural, como também muitas comunidades de acolhida não sabem como integrar, em contexto urbano, um migrante que é também um indígena e demanda atenção diferenciada.

Este estudo, realizado entre 2019 e 2020, enfrenta o desafio de pensar alternativas para soluções duradouras culturalmente adequadas ao contexto do fluxo da República Bolivariana da Venezuela para o Brasil. Para tanto, analisa como as experiências exitosas de recepção emergencial aos indígenas e não indígenas venezuelanos contribuem para construir estratégias e políticas públicas de médio e longo prazo. Analisa, também, como o processo de participação das comunidades indígenas migrantes é fundamental para que um conceito não nativo, como é o de solução duradoura, possa adquirir significado socialmente, abrindo espaço para que os indígenas sejam protagonistas do processo e contribuam para o melhor desenho das políticas públicas.

Este documento contribui para o diálogo estruturado sobre a governança migratória no Brasil e a proteção dos direitos dos indígenas migrantes que decidiram viver no país. Com sua publicação, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) reforça seu compromisso de trabalhar com o governo, a sociedade civil e os migrantes para que os benefícios da migração cheguem a todas as pessoas: migrantes e comunidade de acolhida.





01

POVOS INDÍGENAS NO FLUXO
MIGRATÓRIO VENEZUELANO





POVOS INDÍGENAS NO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO

Este capítulo sistematiza as informações disponíveis sobre a presença indígena no fluxo migratório venezuelano e acrescenta dados coletados em campo nas cidades de Boa Vista (RR), Pacaraima (RR) e Manaus (AM) e na aldeia do Bananal, na Terra Indígena São Marcos (TISM, RR) em outubro de 2019. O propósito é trazer considerações relevantes para pensar em soluções duradouras para os migrantes e refugiados indígenas.

1.1. O conceito de solução duradoura culturalmente adequada

Tradicionalmente, há três tipos principais de solução duradoura: a integração local, o retorno voluntário e seguro ou o reassentamento em um terceiro território.¹ Contudo, no caso da migração de povos indígenas da República Bolivariana da Venezuela para o Brasil, essas soluções são desafiadas pela fluidez, pela instabilidade e – o que nos interessa particularmente aqui – pela mobilidade.

Além de se diferenciar das ações emergenciais, necessárias nos grandes fluxos migratórios, as soluções duradouras são processos a ser construídos com ênfase no direito à participação – neste caso, dos povos indígenas em contexto migratório. A participação direta dos povos indígenas no processo de busca de soluções é a base para experiências positivas. É importante qualificar as informações necessárias para as decisões internas na procura por melhores condições de vida destes povos presentes há mais de três anos no Brasil.

Algumas perguntas surgem, especialmente, considerando a autonomia e o direito à autodeterminação dos povos indígenas migrantes: as características das populações indígenas no fluxo migratório venezuelano impõem considerações e problematizações às três soluções duradouras tradicionais? O que o fluxo migratório indígena tem de igual e de diferente quando se trata de soluções duradouras culturalmente adequadas?

Até o momento, no fluxo migratório da República Bolivariana da Venezuela ao Brasil, foram identificados três povos indígenas: Warao, Eñepa e Pemón.² Todos são falantes de sua língua materna, há variações quanto ao domínio ou não do espanhol como segunda

Quais seus planos
para o futuro?

Eu gostaria de conseguir um
trabalho. Ter uma casa e que
meus filhos estudem e sejam
alguém na vida.

Warao participante da
oficina em Boa Vista

1 A integração local significa a inserção do migrante na sociedade do país em que vive, em termos econômicos, culturais, políticos e outros.

2 Há ainda a presença de pessoas do povo Karina, também do tronco linguístico Karib, como os Pemón e os Eñape. Trata-se de pessoas casadas com indígenas presentes no fluxo migratório. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas da República Bolivariana da Venezuela de 2011, a população karina é de 33.824 pessoas.

República Bolivariana de Venezuela. Instituto Nacional de Estadística. *XIV Censo de población y vivienda 2011: Resultados población indígena*. Caracas, 2011. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/Censode-PoblacionyVivienda/pdf/ResultadosBasicos.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

língua e diferenças de gênero quanto ao domínio do espanhol. Esses povos possuem em comum históricos de grandes projetos de infraestrutura em seus territórios tradicionais que, direta ou indiretamente, modificaram seus modos de vida, impactando a área de saúde e o acesso a recursos naturais, ou ainda gerando conflitos armados, como ocorreu com os Pemón.

Onde estão seus
parentes no Brasil?

*Meus parentes estão
em Manaus.*

Warao participante da
oficina em Boa Vista

Pensar em soluções duradouras culturalmente adequadas implica não apenas ter um olhar particular para cada povo, como também entender o que há de comum entre eles, no sentido de acesso às políticas públicas e respeito a seus direitos como indivíduos migrantes e, ao mesmo tempo, povos indígenas. O conceito de solução duradoura culturalmente adequada procura, portanto, engajar a ideia nativa ocidental dentro de uma outra cosmologia. Para ser “culturalmente adequada”, uma “solução” de médio prazo para uma população indígena em deslocamento

precisa fazer sentido nos horizontes de percepção desse migrante. O conceito propõe, portanto, um diálogo que torne a integração local ativa e garantidora de direitos, sem recorrer à assimilação ou à anulação cultural dos indivíduos e povos migrantes.

As soluções duradouras são respostas para pensar em políticas públicas não emergenciais para populações que, por diversas razões, deixaram seu país de forma definitiva a curto prazo. No caso dos indígenas presentes no fluxo migratório, as soluções precisam levar em conta as especificidades de cada povo, em termos seja da necessidade de se manter ou não próximo à fronteira, seja de seus recursos e práticas de mobilidade no interior do país de acolhida. Ao longo deste trabalho iremos retomar estas questões.

1.2 Migrações indígenas da República Bolivariana da Venezuela ao Brasil

Os primeiros registros da presença de indígenas oriundos da República Bolivariana da Venezuela no Brasil foram feitos pela imprensa local em Roraima, com a deportação de grupos indígenas sob a justificativa de estarem indocumentados em 2015.³

Já em dezembro de 2016, a vulnerabilidade de quase 500 indígenas em situação de rua levou a sociedade e autoridades locais a atuar para impedir sua deportação coletiva. Iniciou-se, então, o envolvimento de Roraima e seus municípios na gestão da migração no estado.

Nesta seção, apresentamos um histórico dos dados sobre a presença indígena no fluxo migratório em Roraima e na cidade de Manaus. Em seguida, destacamos pontos de

3 Correia, Luan Guilherme. Indígenas venezuelanos são deportados. *Folha BV*, 19 dez. 2015. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Indigenas-venezuelanos-sao-deportados/12463>. Acesso em: 20 mar. 2020.

mudança e continuidade em Manaus, os perfis dos abrigos, as redes de parentesco na distribuição dos Warao no Brasil, os perfis profissionais e dados da região de origem na República Bolivariana da Venezuela, além de informações sobre os Eñepa e os Pemón.

Essas informações e reflexões estão baseadas na leitura de cinco pareceres do Ministério Público Federal (MPF) e de estudos sobre a presença indígena no fluxo migratório venezuelano produzidos pelas agências da ONU (em particular OIM e ACNUR), bem como outros trabalhos de especialistas.⁴ O objetivo é recuperar o histórico da política de abrigamento, principal política para a migração indígena no fluxo venezuelano, hoje claramente instalada em vários municípios brasileiros.

1.2.1 Os Warao em Roraima

Em Roraima, o Centro de Referência ao Imigrante (CRI), mais conhecido pelos próprios indígenas como Pintolândia, iniciou o funcionamento como abrigo para indígenas e não indígenas venezuelanos em 2017.⁵ Esse espaço surgiu como consequência de uma ação judicial promovida pelo MPF após denúncias da presença de menores em locais de risco e da tentativa de deportação em dezembro de 2016.⁶

O primeiro parecer técnico reunindo informações colhidas entre os próprios Warao em Boa Vista e contendo dados bibliográficos sobre o grupo foi realizado no início de 2017 por antropólogos do MPF. Este trabalho fora solicitado em dezembro de 2016 com o objetivo de tratar da situação migratória de venezuelanos no Brasil e, em particular, dos

4 O MPF produziu três pareceres antropológicos sobre a vinda dos indígenas Warao da República Bolivariana da Venezuela para o Brasil: o primeiro, finalizado em março de 2017, aborda a situação desses indígenas nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, em Roraima; o segundo, de maio de 2017, lida com a situação dos Warao em Manaus; e o terceiro, de março de 2018, traça o perfil migratório dos indígenas Warao nos estados de Roraima, Amazonas e Pará. Há ainda um estudo sobre o ritual funerário dos Warao em Manaus e um parecer de 2019 sobre o perfil laboral dos indígenas abrigados em Manaus.

MPF. Procuradoria-Geral da República. Secretaria de Apoio Pericial. Centro Regional de Perícia 6. *Parecer técnico n. 208*. Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Brasília, 14 mar. 2017.

MPF. Procuradoria-Geral da República. Secretaria de Apoio Pericial. Centro Regional de Perícia 4. *Parecer técnico n. 10*. Acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Manaus, 30 maio 2017.

MPF. Procuradoria-Geral da República. Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise. *Parecer técnico n. 328*. Levantamento do perfil migratório dos indígenas Warao nas cidades de Pacaraima (RR), Boa Vista (RR), Manaus (AM), Santarém (PA) e Belém (PA) e avaliação das condições de abrigamento em cada local. Belém; Boa Vista; Manaus, 27 mar. 2018.

5 Com a chegada da Operação Acolhida, do ponto de vista administrativo o espaço passa a ser mais uma unidade de Abrigamento Provisório ao Imigrante Venezuelano (APIV).

6 “A decisão do Juízo determinou a assistência social às famílias (alimentação, abrigo, saúde) pelos governos estadual e municipal. Os Warao que estavam em Boa Vista foram, então, abrigados em um ginásio situado em um bairro afastado do centro da cidade, serviço que passou a ser designado como Centro de Referência ao Imigrante (CRI). Na decisão judicial está claro que as crianças não deveriam ser separadas de suas famílias e que estas não poderiam ser consideradas negligentes.”

MPF, *Parecer técnico 208/2017*, op. cit., p. 20.

“Mas o que se nota, no entanto, não são tentativas de melhorar as condições Warao, mas de tirá-los da vista, de preferência mandando-os de volta a seus locais de origem, sem considerar a atual falta de condições mínimas, assim como sua autonomia na garantia de sua subsistência e reprodução cultural.”

Ibid, p. 21.

índios Warao, em resposta a uma tentativa de deportação coletiva, não efetivada por ação da Defensoria Pública da União em dezembro de 2016, na cidade de Boa Vista.⁷

Em março de 2017, o MPF em Roraima apresentou esse parecer técnico na primeira audiência sobre a migração venezuelana em Boa Vista. O parecer informava também sobre as regiões e comunidades de origem dos Warao presentes no abrigo em janeiro de 2017:

Das sete unidades familiares que estavam no CRI, seus representantes informaram as seguintes procedências: um (1) grupo familiar da Cidade de La Baba (Estado Sucre, próxima a Maturin e à divisa com Monagas), dois (2) grupos oriundos da comunidade Araguabisi, no canal (caño) de mesmo nome, no município de Antônio Diaz, em Delta Amacuro, um (1) da Comunidade Espanha, em Monagas, um (1) da Comunidade de Peso, entre os municípios de Barrancas do Orinoco e Antônio Diaz e um (1) da Comunidade de Nabasanuka, entre os municípios de Tucupita e Antônio Diaz, no Delta Amacuro. Assim, entre os que se encontram no Brasil, há famílias provenientes dos três Estados mais mencionados na literatura consultada, de distintas regiões deltaicas, sendo que o município de Antônio Diaz apresenta pequeno número a mais de famílias do que os demais.⁸

Neste primeiro parecer, os Warao já registravam ter parentes em Manaus, além de Pacaraima. O mesmo documento chamava a atenção para o processo de mobilidade Warao, que, no contexto brasileiro, se encontra em pleno curso. Outra observação também merece destaque:

Dentre os homens e mulheres Warao com quem conversamos, no Centro de Referência ao Imigrante, há quem já viajou para Maturin, Ciudad Bolívar, Valência, Maracaibo e Caracas. Eles esperam poder retornar com algum dinheiro, roupas e gêneros alimentícios e, se a situação venezuelana não mudar, trazer os filhos e demais membros para o Brasil. Compreendemos, das conversas com eles estabelecidas que, no momento, a perspectiva **é poder ir e vir**, embora permanecer também seja uma possibilidade considerada. Certo é que nada podem prever neste momento [em] que acabam de chegar, saindo de situações que relatam como muito dolorosas.⁹

Assim, desde o início de 2017, a mobilidade dos Warao no Brasil já incorporava as cidades de Pacaraima, Boa Vista e Manaus. Ainda segundo os dados desse parecer, a presença de indígenas do povo Warao no Brasil estaria em torno de 600 pessoas.

7 “Outras deportações anteriores efetivamente ocorreram, sendo uma das primeiras de que se tem notícia, a ocorrida ainda no primeiro semestre de 2014, e que envolveu cerca de sessenta pessoas. De fato, em entrevista realizada com o Delegado da Polícia Federal em Pacaraima, obtivemos a informação de que somente vinham ocorrendo deportações coletivas dos indígenas Warao.”

Ibid, p. 23.

8 Ibid., p. 15.

9 Ibid, p. 17.

Em maio de 2017, o MPF elaborou um segundo parecer técnico, que avaliava o abrigo em Boa Vista com base em entrevistas com os seis *aidamos*¹⁰ na época.¹¹ Neste trabalho, registrou-se que suas condições de vida não haviam mudado desde sua transferência para o abrigo e que a expectativa de inserção no mercado de trabalho no Brasil estava sendo frustrada. Apesar disso, o número de Waraos havia aumentado para 250, enquanto algumas famílias já haviam se deslocado para Manaus.

Como no primeiro parecer, registrou-se a queixa de o abrigo ser misto, ou seja, ter indígenas e não indígenas, das condições precárias de infraestrutura e da ausência de acesso a uma alimentação adequada e serviços de saúde. Este parecer observou a ausência da participação do órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (Funai), no tocante à documentação e ao acompanhamento nas cidades onde se registrava a presença Warao, pelas coordenações regionais do órgão.



Somente em dezembro de 2017, o abrigo de Pintolândia passou a acolher apenas indígenas, pois os Eñepa ou Panare, em situação de rua em Boa Vista, também foram abrigados ali. Este foi, então, o primeiro abrigo indígena da cidade de Boa Vista. Neste período, também começou a funcionar o abrigo indígena de Pacaraima, onde até então esta população estava em situação de rua. Neste abrigo, permaneceram apenas os Warao.

1.2.2 A chegada a Manaus

Ainda em 2017, a Procuradoria-Geral da República em Manaus também emitiu um parecer técnico, que reunia dados sobre a presença dos indígenas Warao na cidade.¹² É interessante notar que a chegada dos Warao a Manaus se deu em um contexto diferente do que ocorreu em Boa Vista, pois na chegada àquela cidade algumas famílias alugaram quartos, enquanto outras, mais tarde, se encontraram em situação de rua:

O deslocamento dos indígenas da etnia Warao para a capital amazonense começou de maneira mais evidente em dezembro de 2016, se intensificando até o presente momento. As famílias Warao que chegaram em Manaus no final do ano se instalaram inicialmente em hotéis no centro da cidade. No final de janeiro alguns indígenas recém-chegados montaram um acampamento

10 *Aidamo*, na língua Warao, refere-se a uma liderança. No Brasil, foi incorporado para identificar os interlocutores com a gestão dos abrigos, podendo ser uma liderança ou uma pessoa indicada pelos abrigados. Cada abrigo adota sua forma de eleger os *aidamos*.

11 MPF. Procuradoria-Geral da República. Secretaria de Apoio Pericial. Centro Regional de Perícia 4. *Peça pericial n. 1. Acolhimento dos indígenas venezuelanos residentes em Roraima. Prestação de segurança e assistência social, proteção a liberdade de locomoção. Boa Vista, 12 maio 2017.*

12 MPF, *Parecer técnico n. 10/2017*, op. cit.

no terminal rodoviário, no bairro Flores, que passou a receber um número crescente de pessoas ao longo das semanas e meses seguintes. Outras famílias também optaram por alugar casas ou quartos em imóveis na região central de Manaus e em outros bairros, como Educandos e Cidade Nova.¹³

Quais seus planos
para o futuro?

Quero ser estudante
universitária para poder
trabalhar em qualquer área
de trabalho no Brasil.

Warao participante da
oficina em Pacaraima

Em fevereiro de 2017, a prefeitura de Manaus já havia realizado um recenseamento dos Warao na cidade.¹⁴ Os dados da prefeitura apontavam a presença de 117 indígenas, sendo 35 em situação de rua próximo à rodoviária, 43 em casas na zona sul e 39 em hotéis precários no centro. Em abril de 2017, um novo levantamento, realizado pela prefeitura, registrou a presença de mais de 300 Warao em Manaus, número que passou de 500 no mês seguinte. Assim, em 2017, quando o Estado brasileiro começou a olhar com mais atenção a produção de insumos técnicos para a questão

indígena no fluxo migratório venezuelano em Roraima, já se observava um movimento para Manaus.

Nos primeiros pareceres técnicos do MPF, em Boa Vista e em Manaus, apareceram algumas justificativas para a contínua mobilidade para outros centros urbanos: dificuldades dos indígenas em realizar suas atividades em vias públicas centrais em Boa Vista; surgimento de novas rotas de comércio, como em Manaus; queixas do modelo de abrigo misto; percepção de uma distribuição desigual das doações entre indígenas e não indígenas; notícias de melhores condições em Manaus.¹⁵

Se olharmos com cuidado o parecer sobre a situação dos Warao em Manaus, veremos que 2017 é o ano em que se intensificou a presença desses indígenas.¹⁶ Esse parecer relatou o incêndio ocorrido em maio daquele ano em uma das casas alugadas pelos

13 Ibid., p. 11.

14 “Entre os dias 14 e 16 de fevereiro de 2017, a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH) realizou um primeiro recenseamento e mapeamento dos Warao, identificando 117 indígenas na cidade, sendo que 35 estavam acampados na rodoviária, 43 estavam hospedados em duas casas geminadas no bairro Educandos, na Zona Sul (Rua Ana Nogueira, Beco São João Batista, 39-A), e 39 se encontravam em casas e hotéis no centro da cidade. Desse total, foram contabilizados 62 adultos, 48 crianças, 4 adolescentes e 3 idosos.” Ibid., p. 11.

15 Deste parecer as recomendações são as seguintes: “(1) a alocação, em Boa Vista, de um espaço reservado exclusivamente para os Warao, em que possam minimamente reproduzir algumas de suas práticas culturais, garantida a liberdade de ir e vir; (2) maior assistência por parte das três esferas do poder executivo no sentido de, compartilhadamente, garantir condições adequadas de alimentação, segurança e saúde aos Warao; (3) assistência do órgão indigenista brasileiro, através de suas coordenações regionais, no sentido de acompanhar periodicamente a situação dos Warao nas cidades brasileiras em que coletivamente eles se encontram, assim como prestar assistência nos procedimentos de emissão de registros e documentos para regularização da situação no Brasil, quer como imigrantes, quer como índios”.

MPF, *Peça pericial* n. 1/2017, op. cit., p. 10-11.

16 Id.

Warao, e uma segunda ameaça de incêndio em outra casa, no centro da cidade.¹⁷ No incêndio houve perda total dos pertences dos indígenas, entre eles documentos e artesanatos.

É importante registrar que estes aluguéis eram cobrados por pessoa, com preços entre 10 e 30 reais por indivíduo, chegando a totalizar em alguns casos R\$ 3.600 por mês, enquanto o aluguel de algumas quitinetes girava em torno de R\$ 600 mensais. Contudo, em maio de 2017 muitos proprietários exigiram a saída dos Warao de seus imóveis.

O parecer indica, ainda, que houve rearranjos familiares entre os Warao nos seus locais de moradia, além de viagens frequentes de volta à Venezuela e retorno ao Brasil, o que passou a ser descrito como um “movimento pendular”.

Do ponto de vista institucional, a prefeitura de Manaus e o governo do Amazonas estavam acompanhando a situação e prestavam atendimento de saúde com a equipe do Consultório na Rua. O governo estadual instalou um posto de saúde no terminal rodoviário da cidade. O consultório atendeu os Warao desde janeiro de 2017, registrando, entre as doenças mais frequentes, tuberculose, catapora e pneumonia.¹⁸

Da mesma forma como aconteceu em Roraima, o MPF no Amazonas instaurou inquérito civil para acompanhar as medidas de apoio aos indígenas Warao em Manaus, passando então a acompanhar as reuniões de planejamento e ações em nível municipal, estadual e federal.¹⁹ Uma semana após as recomendações do MPF, o governo do estado do Amazonas anunciou o Plano Emergencial de Ajuda Humanitária para os indígenas Warao e um repasse de aproximadamente R\$ 205.000,00, que permitiu organizar o Serviço de Atendimento Institucional de Adultos e Famílias (SAIAF), ou simplesmente Abrigo do Coroado, que atualmente atende os venezuelanos. O abrigo inicialmente recebeu os indígenas em situação de rua, tendo uma previsão para abrigar 300 pessoas, e parte dos Warao que ainda viviam em hospedagens, sob ameaças de despejo.

A pesquisa *Diagnóstico e avaliação da migração indígena da República Bolivariana da Venezuela para Manaus, Amazonas*, publicada pela OIM em 2018, registrou que em janeiro daquele ano o abrigo indígena do Coroado se esvaziara:

17 “Embora os Warao estivessem abrigados da chuva e do sol forte, as condições de habitação no centro também eram precárias. Havia, em geral, uma grande quantidade de indígenas por casa e por quarto, o que potencializava as condições de insalubridade dos locais. Grande parte dos quartos, sobretudo na casa 2, eram escuros e pouco ventilados, aumentando o risco de proliferação de doenças”.

MPF, *Parecer técnico n. 10/2017*, op. cit., p. 31.

18 OIM. *Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas*. Organização: Sidney Antônio da Silva e Marcelo Torelly. Brasília, 2018.

19 O MPF recomendou que os órgãos públicos envolvessem efetivamente os indígenas Warao no processo de elaboração das políticas públicas, ouvindo-os e consultando-os previamente. A recomendação também apontava para a necessidade de acompanhamento por parte dos órgãos ligados à política indigenista, como a Funai e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que até então não estavam participando efetivamente das articulações interinstitucionais sobre a questão.

Dados do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do Coroadó de 25 de janeiro de 2018 (Anexo III) mostram que, entre os 551 Warao atendidos em Manaus, 319 retornaram à Venezuela, ou seja, mais da metade. Outra parte significativa, 175, foi para o Pará. Já o número dos que permanecem na cidade é considerado baixo, em torno de 139, sempre oscilando para cima ou para baixo.²⁰

Esse estudo também informou que aqueles primeiros Warao que chegaram a Manaus, e alugaram hospedagens precárias, haviam sido transferidos para outras casas, desta vez com uma política apoiada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS): Centro, Redenção (Zona Oeste), Monte Sinai (Zona Norte), Educandos (Zona Sul) e Zumbi (Zona Leste). O Abrigo do Coroadó era gerenciado pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS) e contava com uma cozinha industrial que fornecia café da manhã, almoço e jantar.²¹ Após o esvaziamento do abrigo por iniciativa dos próprios Warao, assim como de algumas casas, foi registrado o deslocamento de mulheres para Belém e Santarém, no Pará; segundo o mesmo estudo, teriam permanecido em Manaus, naquela data, apenas 47 indígenas Warao, distribuídos em três casas gerenciadas pela prefeitura.

Já o parecer técnico do MPF de 2018 considerou que o esvaziamento do abrigo deveu-se, sobretudo, a um processo de inclusão de novas cidades que começavam a compor a mobilidade Warao, especialmente Santarém e Belém. Ainda segundo este parecer, tal processo havia começado em setembro de 2017, ou seja, dois meses depois do início da política de abrigamento em Manaus.²²

1.2.3 A migração até o Pará

Quando iniciou uma segunda pesquisa em Manaus, entre fevereiro e março de 2018, o MPF encontrou três casas que abrigavam 136 indígenas Warao, confirmando que, enquanto famílias se deslocavam a Belém e Santarém, outras chegavam a Manaus. Nesse momento, esse fluxo migratório já era composto pelo circuito Pacaraima > Boa Vista > Manaus, acrescentando-se, em 2018, Santarém e Belém.

O outro dado interessante dos pareceres técnicos do MPF é a origem das famílias na República Bolivariana da Venezuela, pois registraram-se os últimos domicílios dos Warao presentes em Manaus: 25,8% viviam em comunidades dos canais do Delta, enquanto 74,2%, em pequenos povoados nos estados do Delta Amacuro (particularmente Tucupita), Monagas e Bolívar. Os pareceres também informaram que, entre março e abril de 2018, duas das casas de acolhimento estavam sendo fechadas para os Warao,

20 OIM, *Diagnóstico e avaliação da migração indígena...*, op. cit., p. 17.

21 Uma das queixas dos Warao em relação ao abrigo refere-se justamente ao fato de não poderem preparar seus próprios alimentos.

22 MPF, *Parecer técnico n. 328/2018*, op. cit.

que foram transferidos para um novo abrigo na zona norte da cidade, no bairro Alfredo Nascimento.²³

Nesse mesmo parecer técnico do MPF, que também trouxe dados da presença dos Warao em Roraima, Amazonas e Pará em 2018, foram registradas 19 famílias, num total de 85 pessoas, em Santarém. Constatou-se ainda o aumento de circulação na cidade iniciado no segundo semestre de 2017, que coincidiu com o esvaziamento de casas e abrigo em Manaus e com a queixa, em Boa Vista, sobre a convivência com *criollos* no mesmo abrigo.²⁴

Em Belém, notou-se o aumento do fluxo entre setembro e outubro de 2017. Em setembro, havia cerca de 60 pessoas em situação de rua e 30 pessoas em imóveis alugados, todas nas proximidades da região do Mercado Ver-o-Peso.²⁵ Em fevereiro e março do ano seguinte, quando o MPF realizou a pesquisa para o novo parecer técnico, os números não se mostraram muito diferentes. Identificou-se um abrigo, Travessa do Chaco, gerenciado pelo governo do estado do Pará, e registrou-se o acolhimento de 60 pessoas. Havia também 14 pessoas em quartos alugados (Campos Sales) e 19 numa casa alugada (Riachuelo), totalizando 97 indígenas Warao na cidade.

Este período marcou a situação de emergência em Roraima e Manaus, devido ao aumento da presença de migrantes venezuelanos não indígenas em situação de rua, em particular nas cidades de Pacaraima, Boa Vista e Manaus.



Desenho da bandeira do Brasil por criança Warao.

23 O MPF está concluindo outro parecer técnico, ao qual teremos acesso antes do final da nossa pesquisa. Nesse estudo, foi aplicado um questionário que trará informações sobre locais de origem na Venezuela e experiências profissionais.

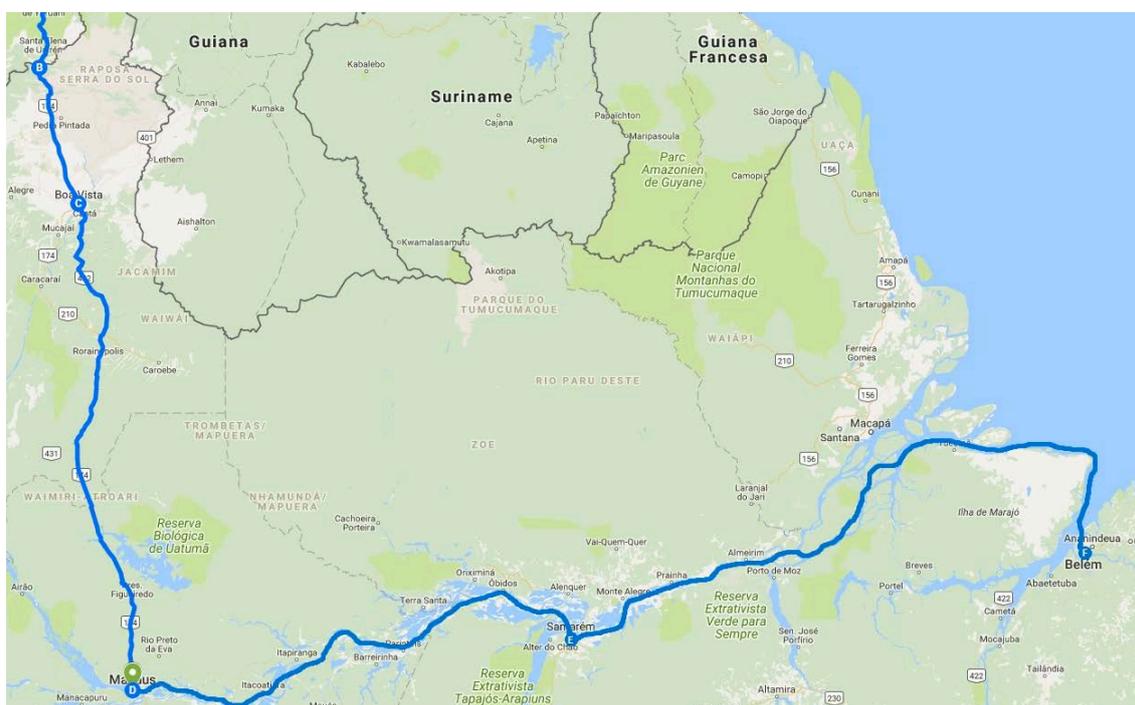
24 *Criollos*, na língua espanhola, é marcado pela exclusão dos brancos e indígenas. Atualmente, usa-se o termo para se referir aos não indígenas.

25 MPF, *Parecer técnico n. 328/2018*, op. cit.

Em março de 2018, teve início a Operação Acolhida no estado de Roraima, braço operacional da resposta humanitária brasileira, coordenada pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial, liderado pela Casa Civil da Presidência da República. A operação, que conta com o apoio do sistema ONU no Brasil e de diversas organizações da sociedade civil, foi expandida para Manaus em 2019.

O mapa a seguir mostra o deslocamento dos Warao desde a entrada por Pacaraima até Belém.

Figura 1. Trajeto dos indígenas Warao entre a República Bolivariana da Venezuela e as cidades de Pacaraima (B), Boa Vista (C), Manaus (D), Santarém (E) e Belém (F)



Fonte: MPF, Parecer técnico n. 328/2018, op. cit., p. 6.

Imagem: Google Maps

Vale registrar a chegada de um grupo Eñepa a Santarém em setembro de 2019. Outro dado relevante é o número de indígenas abrigados: em Roraima, um total de 1.008 (além dos 267 na ocupação urbana) e, no Amazonas, 730 (outubro de 2019).





02

METODOLOGIA E
RESULTADOS DESTE ESTUDO





METODOLOGIA E RESULTADOS DESTE ESTUDO

Os dados deste estudo foram levantados por meio de oficinas realizadas com os Warao, Eñepa e Pemón. Estas oficinas ocorreram no abrigo de Pintolândia, em Boa Vista; na ocupação urbana de Boa Vista, Kauabanoko, separadamente com os Warao e Eñepa; no abrigo de Pacaraima, Janokoida, onde estão os Warao; nos dois abrigos de Manaus, Tarumã e Alfredo Nascimento; e na comunidade de Bananal, na TISM, onde foram acolhidas famílias Pemón oriundas da República Bolivariana da Venezuela, particularmente da comunidade indígena Kumaratapay.

Foram realizadas reuniões preparatórias, nas quais apresentamos como seria a oficina, explicando que o convite era para todos e não apenas os representantes de grupos ou famílias, conhecidos no Brasil com *aidamos*.

2.1 Oficinas temáticas

As oficinas eram participativas e temáticas, com duração média de quatro horas. Os temas tiveram como objetivo ampliar o quadro de informações disponíveis sobre a população indígena no geral e o número de abrigados. Foram usadas questões orientadoras que permitiam a expressão de cada participante por meio da escrita. Cada participante escrevia – individualmente ou com auxílio de um parente – o que queria sobre cada tema, expondo em seguida no quadro geral do grupo. Muitas respostas foram como pequenas cartas, relatando a história de cada um, ou simplesmente frases, como “tinha muitos amigos na escola”.

As questões propostas nas oficinas foram:

- » Onde nasci e onde vivi na República Bolivariana da Venezuela?
- » Onde estão meus parentes no Brasil e na República Bolivariana da Venezuela?
- » Quais foram minhas experiências de trabalho na República Bolivariana da Venezuela? (Em Manaus, acrescentamos experiência de trabalho no Brasil)
- » Como está a minha saúde?
- » Como está a minha educação?
- » Quais são meus planos futuros?

Nos dois abrigos em Roraima, os gestores participaram, parcial ou integralmente, acompanhando as atividades. Os jovens e adultos participaram, e as crianças puderam estar presentes com ateliê de pintura. Em Roraima, profissionais da OIM local participaram de todas as oficinas; em Manaus, contou-se também com a presença e o apoio de um representante do ACNUR. No abrigo do bairro Alfredo Nascimento, houve a participação da equipe do Instituto Mana.

Entre os Warao do abrigo de Pintolândia participaram 35 adultos, e 12 Eñepa; na ocupação Kauabanoko, participaram 8 Eñepa e 15 Warao. Em Pacaraima, no abrigo participaram 86 pessoas, e a oficina com os Pemón contou com 12 pessoas. Já em Manaus, no abrigo de Tarumã, compareceram 26 pessoas e, no abrigo do bairro Alfredo Nascimento, 22 pessoas.²⁶ Ao todo, o estudo qualitativo abrangeu 216 pessoas: 184 Warao, 12 Pemón e 20 Eñepa.

A língua usada variou em cada oficina. Entre os Pemón, usou-se a língua materna, pois contávamos com uma funcionária da OIM que era Pemón; nos outros abrigos, utilizamos o espanhol e havia sempre alguém cuja língua materna era o espanhol; no abrigo Tarumã, usou-se o português. As perguntas foram feitas em português e traduzidas para o espanhol, havendo em todas as situações alguém que traduzia as dúvidas para a língua materna. Particularmente neste abrigo usamos o português porque nos foi cedido o tempo da aula de português, e a professora acompanhou a oficina. No abrigo de Pacaraima, lideranças Warao proferiram falas de encerramento e de início dos trabalhos em espanhol e na sua língua materna.

Como foi sua educação?

Estudei até o sexto ano e aprendi artesanato.

Warao participante da oficina em Pacaraima

Ao longo das oficinas, também foram utilizados mapas da República Bolivariana da Venezuela, da região do estado do Delta (com os Warao) e do estado Bolívar (com os Eñepa), buscando facilitar a visualização de suas comunidades de origem.

Além das oficinas, realizamos reuniões com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Leste, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Associação Indígena da TISM, além da responsável pela gestão dos abrigos em Manaus. Vale registrar que está em discussão a possibilidade de

fechamento dos dois abrigos e a acomodação de todos os indígenas em outro bairro de Manaus.²⁷

Por sua vez, na ocupação Kauabanoko registrou-se um processo de reclamação da convivência com os não indígenas. A gestão interna funciona com os coordenadores de área, como saúde, limpeza e mulheres – cada uma tem um coordenador indígena e um não indígena. Estes dados são importantes, pois a ocupação Kauabanoko é o único coletivo urbano fora dos abrigos que participou das oficinas.

26 De acordo com o censo do abrigo no Tarumã, encontram-se ali 163 pessoas, sendo 63 crianças e 9 adolescentes. São 36 famílias abrigadas. Já no abrigo no bairro Alfredo Nascimento, em outubro de 2019 havia 667 abrigados pertencentes a 161 famílias: 42 famílias no Bloco 1, 37 no Bloco 2, 29 no Bloco 3, 43 no Bloco 4 e 10 no Bloco 5.

27 Prefeitura de Manaus. *Plano de ação humanitária ao fluxo migratório de venezuelanos indígenas Warao na cidade de Manaus*. Manaus, 2019.

Durante as oficinas nos abrigos e na ocupação urbana, encontramos pessoas com formação universitária, ou ainda jovens com o ensino médio completo com projetos de seguir seus estudos universitários no Brasil. A revalidação de diplomas já é uma demanda presente entre os projetos da migração indígena, especialmente entre os Warao e os Pemón.²⁸ Há expectativa de acesso a informação qualificada sobre a revalidação de diplomas, cursos profissionalizantes, ou ainda cursos de português. Desse ponto de vista, a presença dos indígenas na cidade deve ser entendida dentro de um leque mais amplo de oportunidades buscadas por eles, e não apenas oportunidades financeiras para o comércio de artesanato.

Quais seus planos
para o futuro?

Quero ser dentista e ser
alguém no Brasil.

Pémon participante da
oficina em Pacaraima

2.2 Razões para o deslocamento dos Warao

Em termos gerais, a migração indígena é marcada por uma forte relação de parentesco na circulação das pessoas. O vínculo familiar predomina quando se trata das possibilidades de dispersão e eventuais ganhos econômicos com o trabalho de rua em novas cidades. O investimento para o deslocamento leva em conta a possibilidade de as pessoas se reagruparem. O recurso do artesanato é considerado importante por todos: ele não apenas proporciona um ingresso financeiro no Brasil, como mantém os vínculos com os parentes que ficaram na República Bolivariana da Venezuela.²⁹

Alguns Warao relataram que chegaram a Manaus em 2015. Eles adotaram em Manaus estratégias bem diferenciadas daquelas observadas em Boa Vista. Ao chegarem, alugaram casas ou quartos próximos à região portuária ou no centro da cidade. Este arranjo de moradias alugadas persistiu até julho de 2017, conforme o parecer técnico do MPF de Manaus desse mesmo ano. Em seguida, e em paralelo a este movimento, observou-se a presença de Waraos em situação de rua na rodoviária da cidade.

Segundo relatos dos próprios Warao, há a situação de um *criollo* casado com uma mulher Warao conseguir um trabalho remunerado e sair da situação de abrigamento, alugando uma casa. Esse caso exemplifica situações de saída dos abrigos, servindo para

28 Em Manaus, em uma importante iniciativa do ACNUR junto da Universidade Estadual do Amazonas, pela primeira vez um profissional Warao conseguiu revalidar seu diploma.

Minvielle, Nicole. "Eu me sinto muito orgulhoso em ser o primeiro Warao a iniciar o processo de revalidação de diploma no Brasil". *ACNUR*, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/04/22/eu-me-sinto-muito-orgulhoso-em-ser-o-primeiro-warao-a-iniciar-o-processo-de-revalidacao-de-diploma-no-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

29 No entanto, notamos que em Boa Vista o artesanato Warao também pode ser encontrado em lojas especializadas, com algumas peças vendidas a mais de R\$ 500. Este circuito é feito diretamente entre a República Bolivariana da Venezuela e o Brasil.

exemplificar que faz parte dos projetos de muitas famílias construir uma alternativa de vida fora desses espaços.

O recurso para pagar aluguel, na maioria das vezes cobrado na forma de diárias, tem como fonte a venda de artesanato e o trabalho de mulheres nas ruas, seja pedindo apoio financeiro, seja vendendo artesanato.³⁰ Em Manaus, segundo algumas mulheres Warao, a diária obtida com esse tipo de trabalho varia entre R\$ 20 e R\$ 40. Não é um valor desprezível para as famílias, que alegam ter que comprar alimentos para complementar sua dieta diariamente e cujos homens enfrentam dificuldades para conseguir trabalho remunerado.³¹ Este recurso também é fonte de renda para investir em produtos como água ou barbeadores, que são revendidos nas ruas por homens Warao nas ruas de Manaus.³²

Essa renda é destinada para um fundo de cada família e também para a compra de passagens para outras cidades, seja para visitar parentes, seja para se transferirem. Já bem conhecido pela literatura e praticado no Brasil e na República Bolivariana da Venezuela, o trabalho nas ruas foi objeto de embate com os conselhos tutelares brasileiros, com ameaça ou retirada das crianças que acompanhavam suas mães no período em que elas pediam dinheiro ou doações nas ruas.³³

Segundo os Warao ouvidos pela pesquisa, a mudança de cidade também ajuda no trabalho de rua, pois onde há menos Warao é possível obter uma renda maior. No entanto, notou-se, no circuito de 2017 de Pacaraima a Belém, que há outros elementos influenciadores da mobilidade, tais como as novas redes construídas, como contatos com agentes estatais e não estatais; o conhecimento de como se locomover na cidade; ou ainda a reunião de uma rede de parentesco e a manutenção da circulação dos artesanatos entre República Bolivariana da Venezuela e Brasil.³⁴

30 O trabalho das mulheres nas ruas diminuiu significativamente tanto em Boa Vista como em Pacaraima. Nos pareceres do MPF, a existência de algum impedimento em trabalhar nas ruas é indicada como um dos motivos da saída em busca de outras cidades.

31 Em Manaus, os homens, além de vendedores ambulantes quando conseguem ter alguma mercadoria ou artesanato (redes e chapéus), trabalham de ajudantes de pedreiro, entregadores de panfletos ou engraxates.

32 Orlando, do abrigo Tarumã, conta que compra de um brasileiro barbeadores por R\$ 15, e os revende entre R\$ 20 e R\$ 25.

33 Esse tema foi abordado em um material produzido pelo ACNUR para ser divulgado nos municípios por onde passam os Warao. Em outubro de 2019, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) publicou uma recomendação a respeito, endereçada aos estados de Roraima, Amazonas, Pará, Maranhão, Acre, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Piauí e Ceará, indicando um mapeamento já conhecido por onde circulam grupos Warao.

ACNUR. *Nota informativa*: para municípios sobre chegadas espontâneas de população venezuelana, incluindo indígenas. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/08/Nota-Informativa-para-Munic%C3%ADpios.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

34 “Assim, apesar de sensível aumento no número total de atendidos no CRI e dos indígenas permanecerem como maioria numérica, observa-se uma progressiva saída de famílias do local, movimento observado desde o início do ano de 2017. As possíveis causas seriam as dificuldades em realizar suas atividades junto às vias públicas centrais, pela distância ao CRI; surgimento de rotas de comércio novas, como Manaus.”

MPF, *Parecer técnico 208/2017*, op. cit., p. 26.

Em outras palavras, se a lógica fosse estritamente econômica, os Warao estariam de cidade em cidade, apostando neste trabalho nas ruas. No entanto, houve um cuidado em garantir seus espaços nas políticas de abrigo no Brasil. A política de abrigo concentra o grande circuito de doações de roupas e atenção de diferentes formas. Duas pessoas no abrigo Alfredo Nascimento alegaram já ter sido *aidamos* em outros abrigos, particularmente no de Pintolândia. Embora não lhes confira o título de *aidamo* em outros lugares ou contextos, esta experiência aparece nas suas narrativas como um dado importante perante interlocutores não indígenas, buscando valorizar o seu papel na política de abrigo. Isto indica que a própria política de abrigo tem criado uma experiência diferenciada que, segundo os Warao, em particular, pode ser valorizada em outras cidades por onde passarem.

2.3 Acesso à saúde pelos indígenas migrantes e refugiados

O Sistema Único de Saúde (SUS) e o subsistema de saúde indígena não fazem parte das informações incorporadas pelos indígenas no fluxo migratório. A diferença entre o atendimento básico do subsistema de saúde indígena, associado ao SUS, e o acesso universal ao sistema de saúde, envolvendo especialistas, não parece clara para os indígenas. O subsistema de saúde indígena deve abarcar o atendimento diferenciado aos povos indígenas, tanto do ponto de vista da língua como do entendimento de itinerários terapêuticos diferenciados, com seus próprios especialistas nas curas e nos tratamentos não biomédicos.

Nas oficinas em Roraima, os Warao sinalizaram uma diminuição na medicação disponível nos abrigos, relatando que, em alguns casos, tiveram de comprar medicação por conta própria. Muitos apontaram saber que o acesso à saúde e à medicação é gratuito. Nas oficinas, destacaram a dificuldade de acesso a especialistas e, às vezes, a medicamentos na República Bolivariana da Venezuela, apontando a migração como uma estratégia de acesso à saúde. Nos abrigos em Roraima e Manaus, destacou-se a busca por oftalmologistas, odontologistas e tratamento para diabetes. Os indígenas propuseram que houvesse especialistas nos próprios abrigos. Após um período consolidado da mobilidade Warao no Brasil, embora emergências como desnutrição ainda estejam presentes, a procura por tratamentos especializados começou a aparecer de forma mais evidente.

Estes dados indicam que não há clareza entre os indígenas migrantes sobre o acesso ao sistema público de saúde ou sobre o subsistema de saúde indígena. O esclarecimento dessas informações aos povos no fluxo migratório evitaria falsas expectativas e

Onde nasceu e viveu?

Nasci em Araguabisi,
estudei até meus 14 anos,
fui para Tucupita e depois
para o Brasil.

Warao participante da
oficina em Boa Vista

promoveria maior diálogo com lideranças indígenas no Brasil, que por sua vez afirmam ter dificuldades em manter um subsistema de saúde de qualidade e denunciam a sobrecarga no SUS, onde são atendidas as demandas da população indígena ou não indígena de média ou alta complexidade.

As informações qualificadas sobre o SUS e o subsistema de saúde indígena precisam ser incorporadas na gestão dos abrigos indígenas. Os Pemón recém-chegados carecem de informações sobre o funcionamento do atendimento, sobre os serviços prestados nas aldeias e sua composição com o SUS. Este é um ponto importante: não há soluções duradouras sem informações qualificadas.

Um achado relevante desta pesquisa é que a equipe do DSEI Leste de Roraima confirma não haver dados sobre os atendimentos dos Pemón venezuelanos, mesmo os que se encontram em terras indígenas. O DSEI Leste também afirmou que o atendimento básico na Terra Indígena é feito, embora ainda não haja um instrumento para quantificá-lo, e confirmou que o atendimento no abrigo de Pintolândia é realizado uma vez por semana.

Embora tenham tido parentes socorridos nos hospitais em Boa Vista, os Pemón lamentam receber a informação de que será necessário um novo censo para o atendimento nos postos nas aldeias. Essas informações contrastam com aquelas fornecidas pelo DSEI Leste, que informa fazer o atendimento, apesar de não ter ainda dados diferenciados sobre atendimentos aos Pemón nas aldeias da TISM.

2.4 Acesso à educação pelos indígenas migrantes e refugiados

Os dados sobre o acesso à educação formal pelos indígenas no fluxo migratório são variados. No caso dos Pemón, as crianças estão em escolas indígenas ou poderão se integrar a elas. Há possibilidades de contratação de novos professores indígenas e ampliação física das escolas nas aldeias no Brasil para atender este fluxo migratório. Para os Warao e Eñepa, a situação é bem diferente. Não há escolas bilíngues em suas línguas no Brasil. As crianças Eñepa, até o momento, não acessaram as escolas formais.

Em Manaus, a política de abrigamento envolveu mudanças de local nos últimos anos, que dificultaram o ingresso e a permanência de crianças em escolas públicas próximas à sua moradia. No abrigo Alfredo Nascimento, o ingresso escolar é baixo, e muitos já sabem que existe a possibilidade de mudança de endereço no abrigo. No abrigo Tarumã, os Warao alegam que as escolas estão longe e sentem medo de mandar seus filhos sozinhos, em particular pelo trânsito de automóveis na cidade. Nos abrigos em Manaus, estão sendo ofertados cursos de português para jovens e adultos.

Quais seus planos
para o futuro?

Que tenhamos curso de
português para estrangeiros.

Warao participante da
oficina em Boa Vista

Em Boa Vista, as crianças indígenas no fluxo migratório enfrentam grandes dificuldades em acessar a escola formal. Uma das justificativas pode estar relacionada ao grande trânsito entre as famílias que passaram pelo abrigo ao longo destes anos. Já em Pacaraima, várias crianças Warao estão matriculadas nas escolas públicas.

Mesmo tendo registrado momentos de conflito e violência envolvendo migrantes, o município de Pacaraima responde de forma diferenciada ao ingresso das crianças indígenas nas escolas. Em primeiro lugar, a própria Operação Acolhida é fisicamente mais visível e presente em um município que conta com uma população pendular não indígena, e uma grande presença indígena como moradores fixos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 55% da população do município é indígena. Em segundo lugar, o município, além de ser pequeno, conta com projetos culturais que integram migrantes indígenas e não indígenas, favorecendo um convívio bem-sucedido quando estes se encontram na mesma escola. Em terceiro lugar, existem famílias que estão no município desde o início das operações do abrigo; com isso, há uma forte presença de pessoas de uma mesma região de origem na República Bolivariana da Venezuela, o que favorece a permanência da criança com parentes em caso de ausência de alguém em deslocamento, e esta permanência é importante para a continuidade da atividade escolar. Finalmente, existem outras crianças venezuelanas nas escolas públicas deste município.

Vale a pena registrar que no primeiro abrigo indígena, o de Pintolândia, já houve projetos de escola organizados pela organização não governamental (ONG) Fraternidade Internacional, gestora dos dois abrigos indígenas em Roraima, depois o projeto Casa de los Niños, em que foram contratados professores ou especialistas Warao. Destas experiências, há em comum o fato de não terem continuidade. Segundo o testemunho de alguns Waraos, nestas experiências, não basta falar da cultura Warao se as crianças não aprendem matemática, por exemplo. Isso indica que o acesso à educação também deve passar por uma discussão interna a cada povo, sem esquecer que eles possuem experiências de educação bilíngue em seus países e conhecem o que uma escola pode e deve oferecer.

A situação de jovens também merece um olhar atento. De modo geral, entre populações indígenas, o estatuto social é diferenciado por sexo – após a menarca, as mulheres assumem outras responsabilidades, podendo ter a maternidade como horizonte, e os homens podem igualmente ter mudança no seu *status* social com a paternidade. Estas passagens nem sempre coincidem com a nossa categorização entre adolescentes e jovens adultos, mas internamente haverá maior cobrança para que o jovem cumpra com suas obrigações sociais com esposa, filhos e sogros. Isso também exige maior diálogo

Onde nasceu e viveu?

Em uma comunidade chamada San Francisco de Guayo. Vivi em Araguabisi.

Warao participante da oficina em Pacaraima

para compreender a situação de cada adolescente ou jovem adulto, bem como suas expectativas e suas alternativas de inserção laboral ou estudo.

2.5 Política de abrigamento

A proposta de abrigos, como vimos, foi uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado brasileiro, sendo clara desde o início a importância de manter abrigos para os indígenas separados dos demais migrantes. Esta separação estava acompanhada pela recomendação de manter os vínculos entre os indígenas e suas relações de parentesco, não apenas por ser uma demanda, mas porque isso ajudaria na convivência e na possibilidade de resolução de conflitos nestes espaços.

Esta política de abrigamento se tornou uma prática na acolhida dos municípios e governos de estados onde a presença dos indígenas Warao se registrava. Ao mesmo tempo, parece ter sido a novidade vivenciada pelos indígenas em suas experiências de mobilidade no interior do seu país de origem.

Nos abrigos há regras de convivência, expulsão em casos de violação das regras e a eleição dos *aidamos*, categoria nativa para designar as lideranças tradicionais no interior dos abrigos. No contexto do abrigamento, o *aidamo* se traduz em pessoas, homens ou mulheres, indicadas para o diálogo com a gestão dos abrigos e demais autoridades não indígenas. Sua escolha pode ser feita por eleição ou outro mecanismo de indicação. Ha relatórios sobre a participação dos indígenas na gestão dos abrigos e recomendações sobre a necessidade de respeitá-los e ouvi-los na construção das regras de convivência e na formulação de políticas dirigidas a eles.

Todos os abrigos foram planejados e organizados para acolher um número bem menor de pessoas do que realmente acolhem, ocasionando problemas de superlotação, violência, desentendimento e outros conflitos. Em Boa Vista, por exemplo, uma das regras questionadas pelos indígenas é a possibilidade de ausência por apenas sete dias em caso de viagem para visitar os parentes: eles alegam que seria necessário mais tempo para a visita, seja na República Bolivariana da Venezuela, seja no Brasil.

Em alguns abrigos, a origem comum na República Bolivariana da Venezuela, compreendida aqui como o conjunto de relações de parentesco e experiências comuns em deslocamentos no país de origem e no Brasil, tem sido um fator importante na recomposição de grupos familiares. Ou seja, embora não tenha sido uma política institucional, os Warao preferiram se organizar no interior destes espaços. Por exemplo, no abrigo de Tarumã, concentram-se na sua maioria os oriundos de Mariusa, enquanto em Pacaraima estão as pessoas de Araguabisi e Winiquina. Do ponto de vista da origem, destaca-se o abrigo Janokoida, de Pacaraima, onde, entre as mais de 80 pessoas que participaram da oficina, a maioria são originárias da região de Araguabisi e Winikina – nasceram ou foram viver nesta comunidade, ou próximo dela. Esse regionalismo não

é apenas espacial, mas remete a histórias e experiências diferenciadas em relação a território de origem, acesso à educação, profissões e estratégias de vida, antes mesmo do início da crise na República Bolivariana da Venezuela. O mesmo perfil regional de Pacaraima se repete no abrigo Alfredo Nascimento, em Manaus.

Já no espaço da ocupação Kauabanoko, além dos Eñepa, encontramos pessoas da região de Mariusa e prevalecem sujeitos que nasceram ou viveram em Tucupita. No abrigo de Pintolândia, no momento há grande presença de pessoas que nasceram em Tucupita e viveram em San Felix, e algumas de Araguabisi. Em outras palavras, este se apresenta como um abrigo mais diversificado. Nele há várias mulheres Waraos casadas com não indígenas, o que se notou de forma muito reduzida em outros abrigos. Vale registrar que, na ocupação de Kauabanoko, há casamentos entre mulher Eñepa e homem Pemón e entre homem Warao e mulher Karina.

Este perfil pode mudar, mas indica que houve uma apropriação dos espaços de abrigo por redes familiares Waraos. Entre o ir e vir dos abrigos, as entradas e saídas de famílias, hoje alguns destes espaços de abrigo configuram claramente redes de parentesco. Esta apropriação social e política diante de uma política de um Estado estrangeiro aponta que o projeto migratório Warao, com todos os desafios e problemas, está longe de ser algo improvisado. Os Warao e os Eñepa demonstram grande autonomia, forte troca de informações e organização em redes de apoio que incidem na própria política de abrigo, onde o Estado brasileiro colocou suas principais propostas para a população indígena, hoje com abrigos que variam entre 400 e 700 pessoas. Os dois abrigos mais estáveis continuam sendo Pintolândia e Janokoida, mas igualmente com superlotação.³⁵

Embora tenham existido outras formas de abrigo, como aquelas das casas alugadas em Manaus, parece haver uma tendência de manter os abrigos e administrar os riscos de superlotação.³⁶ Uma solução duradoura e culturalmente sensível exige a formulação de múltiplas formas de acolher essa população.

2.6 Presença de parentes no Brasil

Outro ponto a destacar, a partir dos dados de cada abrigo, é que no Abrigo de Tarumã, em Manaus, a circulação de parentes volta-se para Pacaraima e Boa Vista, não seguindo o percurso imaginado como sequencial (Pacaraima > Boa Vista >— Manaus > Santarém > Belém > outras cidades). No abrigo do bairro Alfredo Nascimento, embora tenham sido citadas cidades como Porto Velho (RO) e Belém (PA), a maioria aponta Pacaraima e Boa Vista como localidades onde estão seus parentes.

35 Conforme apontado no capítulo anterior, atualmente a prefeitura de Manaus avalia uma proposta de retirar os Warao dos dois abrigos e reuni-los em outra parte da cidade. Prefeitura de Manaus, op. cit.

36 OIM, *Diagnóstico e avaliação da migração indígena...*, op. cit., p. 17.

No abrigo de Pacaraima, onde no início de outubro de 2019 viviam 427 pessoas e onde tivemos proporcionalmente a maior participação nas oficinas (86 dos 216 adultos), quando perguntamos sobre parentes no Brasil, embora houvesse menção a cidades como Brasília (DF), duas vezes, e Fortaleza (CE), uma vez, a maioria se concentrava em Manaus (AM). Apenas seis participantes citaram Belém e, finalmente, Boa Vista. A novidade seria Santa Helena de Uairén, na República Bolivariana da Venezuela. Estes dados indicam um circuito consolidado, que envolve sobretudo as cidades de Pacaraima, Boa Vista e Manaus.

O circuito Santarém > Belém merece um estudo à parte, pois o fato de essas cidades serem citadas poucas vezes nas oficinas não significa que elas não estejam integradas na mesma rede. Pode indicar, apenas, que tal deslocamento requer um investimento financeiro maior, mas há outras explicações, a exemplo do que é citado no parecer técnico do MPF sobre Manaus de 2017 – divergências e conflitos, passando por acusações de feitiçaria entre grupos de famílias em Belém.³⁷ Essas situações podem ter tensionado relações, e a própria rede dos Warao em movimento, mas o fato de a cidade não ter sido citada por ninguém na oficina no Abrigo de Tarumã não deixa de merecer atenção. Contudo, destacamos que Pacaraima continua sendo uma das cidades mais citadas nos abrigos em Roraima e Amazonas.

Por último, vejamos as informações sobre a população do abrigo de Pacaraima. A região de origem da maioria é Araguabisi, seguida de Wikinina, ambas com forte relação com

a cidade de Tucupita, na região do Delta. A referência regional, entre o baixo e o alto Delta, não é exclusiva do abrigo de Pacaraima; contudo, os perfis das experiências profissionais e de formação escolar são diferentes, daí a importância de cruzar os dados de espaços e histórias.³⁸

Quais seus planos
para o futuro?

Quero que meus filhos
estudem no Brasil.

Warao participante da
oficina em Boa Vista

2.7 Origens: a região de Araguabisi, Winikina e Mariusa

Na República Bolivariana da Venezuela, informações do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), comparando

37 Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Secretaria de Apoio Pericial. Centro Regional de Perícia 4. *Relatório técnico 1*. Relatório Técnico descritivo do acompanhamento antropológico realizado nos dias 14, 17, 18, 20 e 21 de abril de 2017 a uma família de indígenas Warao, hospedada no Centro de Manaus, para apurar qual a decisão do grupo em relação aos cuidados e ritos funerários a serem realizados diante do falecimento do indígena Américo Mendonza, além do acompanhamento do próprio funeral e demais rituais relacionados. Manaus, 27 abr. 2017.

38 O antropólogo Olivier Allard, que trabalha com os Warao na Venezuela desde 2007, sustenta que a atomização dos Warao e a grande distribuição de grupos traduziriam de certa forma uma resistência por parte dos Warao a todo tipo de controle do Estado ou de outras organizações.

Allard, Olivier. *Un espace fragmenté et partagé: le Delta de l'Orenoque (Venezuela)*. Conferência no Collège de France, 28 fev. 2018.

os censos de 2001 e 2011, registraram a presença de população indígena em centros urbanos na ordem de 63%. Na região do Delta, este dado passou de 6,9% em 2001 para 12,8% em 2011.³⁹

Esta tendência não é exclusiva da República Bolivariana da Venezuela. Os dados do Brasil indicam uma tendência parecida, mesmo que a maioria de sua população indígena viva em área rural. Há grandes variações entre as regiões brasileiras. Na Região Norte, por exemplo, mais de 70% da população indígena reside em área rural, sendo que, no estado de Roraima, mais de 80% dessa população vive em terras indígenas, ainda que muitos povos tenham construído estratégias de mobilidade com os espaços urbanos ao longo do tempo.⁴⁰

O trabalho *La mujer Warao: de recolectora deltana a recolectora urbana*, de Lafée-Wilbert e Wilbert, traz informações valiosas sobre as regiões mais citadas como de origem dos Warao que hoje se encontram no Brasil.⁴¹ É importante registrar que a epidemia do cólera dos anos 1990, citada em vários trabalhos produzidos no Brasil, atingiu de forma contundente a região de Mariusa, provocando uma forte migração para as cidades de Tucupita e Barrancas, dados confirmados nesta pesquisa pelos relatos dos Warao do abrigo de Tarumã.

A vida nos centros urbanos na República Bolivariana da Venezuela não se reduz aos habitantes de Mariusa. A pesquisa acima referida traz dados de 2005, quando foram contabilizados 189 winikinas vivendo no Malecón de Barrancas. Um ano mais tarde, o número já era de 276 pessoas, além de 53 em Porto Ordaz também provenientes de Winikina e 183 de Mariusa, e 143 vivendo na localidade conhecida como El Volcán, além dos Warao de Koberuna, que viviam há vários anos no centro comercial de Valência. O mesmo trabalho cita as seguintes comunidades realizando excursões para grandes centros urbanos em busca de recursos financeiros e venda de artesanato: JanoKoida (Barranquilla), Ojido, Sanuka (Morichito), Jesu Wabanoko (Espanña), Bamutanoko e Koberuna. A região de Winikina e Araguabisi se encontra no baixo Delta e manteve a relação mais forte com a cidade de Tucupita, destacando-se na venda de artesanato, sem excluir que pessoas destas comunidades também se lançaram na mobilidade urbana para os grandes centros.

39 “Un dato revelador es que la concentración de población indígena según área rural o urbana evidencia que el 63% se encuentra asentado en zonas urbanas. Los estados con mayor aumento de desplazamiento urbano son Amazonas, Anzoátegui, Delta Amacuro, Bolívar (INE 2011).”

Equipo de Investigación El Entrompe de Falopio. *Desde nosotras: situación de los derechos humanos de las venezolanas*. Caracas: El Entrompe de Falopio, 2018. p. 177.

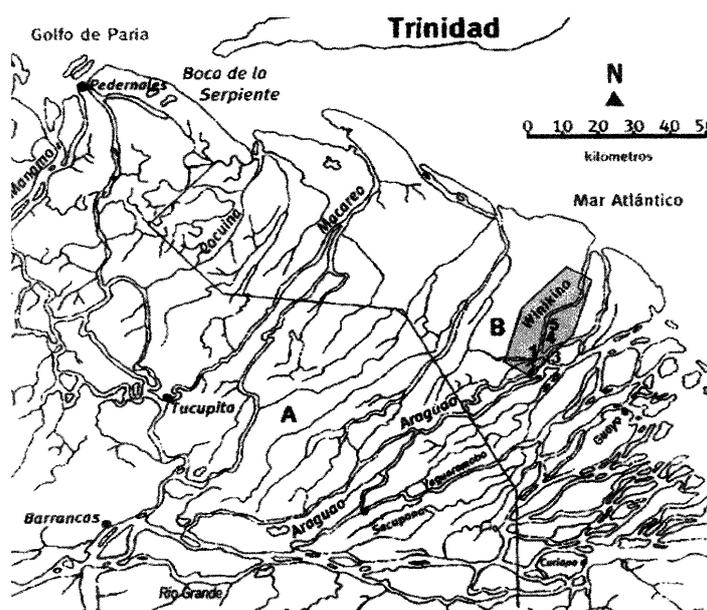
40 IBGE. *O Brasil indígena*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020.

41 Lafée-Wilbert, Cecilia; Wilbert, Werner. *La mujer Warao: de recolectora deltana a recolectora urbana*. Caracas: Fundación La Salle, 2008. Monografía 51.

Em trabalhos mais recentes, de 2018, os indicadores da situação de saúde Warao não apontaram melhoras. As mulheres continuavam ao lado dos povos Wayuu com as maiores taxas de mortalidade materna. Em relação ao sarampo, apesar de a taxa mais alta ser registrada no estado Bolívar, das 35 mortes, 33 eram do estado Delta Amacuro, especificamente de municípios onde prevalecem os Warao: Antonio Díaz, Tucupita e Pedernales.

O mapa a seguir mostra que o canal Araguabisi é paralelo ao canal Winikina, que é a região de onde provém boa parte das pessoas dos abrigos de Pacaraima. Além disso, apesar da forte presença Warao na região do Delta, a maioria da população não indígena se concentra nas cidades de Tucupita, Antonio Díaz, Pedernales e Casacoima. A maior parte da população Warao se localiza no baixo Delta, e os demais vivem na região de Tucupita e Barrancas, ou seja, na região do alto Delta. Outra informação apresentada por Lafée-Wilbert e Wilbert é a sugestão de três dialetos entre os Warao: um da região de Mariusa e Manano, outro da região de Winikina e Sacupana, e um terceiro entre o Rio Sacupana e o Rio Grande.

Figura 2. Mapa da região onde foi realizada a pesquisa do livro *Mujer Warao*



Fonte: Lafée-Wilbert, Cecilia; Wilbert, Werner. *La mujer Warao: de recolectora deltana a recolectora urbana*. Caracas: Fundación La Salle, 2008. Monografía 51.

Poucas das 365 aldeias Waraos chegam a 500 pessoas. A maioria comporta de 50 a 250 pessoas. Este padrão de assentamento, descrito como certa atomização, é indicador de autonomia dos grupos familiares Waraos, revela uma das estratégias de fuga de diferentes controles impostos pelo Estado ou por outros tipos de relação.⁴² No universo de relações com o mundo não indígena, não haveria dúvidas sobre o interesse dos

42 Allard, op. cit.

Warao na tecnologia, nos objetos não indígenas; por outro lado, haveria uma negação do modo de produção de pessoas não indígenas: a fuga do controle é o que confere aos Warao a condição para sua capacidade de produzir pessoas Waraos.⁴³

A origem não explica nem homogênea as experiências dos Warao no fluxo migratório. Portanto, destacamos a importância de conhecer as habilidades e as experiências profissionais anteriores, lembrando que a literatura produzida na República Bolivariana da Venezuela destacava o fluxo para centros urbanizados em cidades de maioria não indígena e uma migração com fortes relações em projetos de valorização do artesanato. Se hoje continua importante conhecer a vida dos Warao na República Bolivariana da Venezuela, torna-se relevante também conhecer quem está no Brasil. Os direitos, como indígenas e como migrantes, continuam sendo o horizonte para a definição de políticas públicas para essa população.

2.8 Perfis profissionais dos indígenas migrantes

O Parecer Técnico 2.193 do MPF, realizado em 2019, buscou traçar o perfil laboral dos indígenas em Manaus para entender a viabilização da transferência de parte desta população dos abrigos para uma área rural no Amazonas e oferece um ótimo ponto de partida para entender o perfil profissional dos indígenas migrantes.⁴⁴ A pesquisa teve um alcance importante através da aplicação de questionários nos abrigos Tarumã e Alfredo Nascimento.

Foram aplicados 179 questionários, um por unidade familiar, representando um total de 778 pessoas – 32 famílias do abrigo Tarumã e 133 do abrigo Alfredo Nascimento. Deste total, 353 tinham entre 0 e 14 anos, indicando a importância de pensar políticas para esta faixa etária, que incluem educação, lazer e esporte, entre outros.

Além disso, desse total de pessoas, 48 têm bacharelado, 3 são técnicos, 12 têm ensino superior e 8 têm ensino superior incompleto. Esse dado não deve ser negligenciado no contexto indígena na América Latina, que sofre de baixo acesso à educação formal. O estudo também informa sobre os deslocamentos internos na República Bolivariana da Venezuela, da área rural para áreas urbanas: do universo pesquisado, 17% vieram da área rural para o Brasil, e 83% estavam em áreas urbanas antes de chegar ao Brasil.

Das 179 famílias, 55 declararam o interesse em se transferir para uma área rural, mas este número caía para 22 famílias caso este local fosse distante dos centros urbanos. Isso indica que a vida na área rural pode ser uma alternativa, mas não pode ser a única. Em se

43 Ibid.

44 MPF. Procuradoria-Geral da República. Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise. Centro Nacional de Perícia. *Parecer técnico n. 2.193*. Levantamento do perfil laboral dos indígenas Warao na cidade de Manaus (AM) e investigação sobre o interesse das famílias indígenas da referida etnia em viverem na zona rural do estado do Amazonas. Manaus, 26 nov. 2019.

falando em soluções duradouras, o estudo aponta para o quanto é importante dialogar com os indígenas, qualificar as informações, pois, do contrário, o dado sobre uma área rural próxima ou distante dos centros urbanos não teria aparecido no levantamento.

Com esse breve histórico de deslocamento dos indígenas no fluxo migratório venezuelano, é possível entender um pouco mais sobre a mobilidade desses povos indígenas desde os primeiros indícios de sua presença no Brasil.

A partir das oficinas, tivemos acesso a informações diversificadas sobre o perfil profissional dos indígenas, especialmente entre os Warao e os Pemón. Embora o trabalho relacionado ao artesanato tenha ganhado atenção nestes anos, existem outros perfis e projetos profissionais que merecem atenção na hora de pensar em soluções duradouras. Um deles é a presença de jovens adultos com formação universitária, com destaque nas áreas de educação e saúde. Outro é a presença de jovens com ensino médio completo interessados em seguir seus estudos no Brasil.

A presença de outras profissões, como soldadores, operadores de cozinha industrial em hospitais e marceneiros, configura um quadro que, de certa forma, aproxima o fluxo dos indígenas de outros fluxos migratórios, com seus projetos de investimento em algum familiar que poderia seguir os estudos e buscar inserção num país de acolhida.

Em Pacaraima, há muitos artesões e artesãs, pessoas envolvidas com organizações comunitárias no Delta, professores com formação universitária, domésticas, pescadores e agricultores, além de muitos jovens com o ensino médio completo.

Já em Boa Vista, no abrigo de Pintolândia o perfil profissional parece mais urbano, pois muitos nasceram ou se criaram em Tucupita. Muitos indígenas disseram ter trabalhado como ajudantes de pedreiro, soldadores, seguranças, trabalhadores rurais nas fazendas, enfermeiros, polícia, carga e descarga, e *caleteros*,⁴⁵ entre outros. Porém, encontramos igualmente professores com formação universitária e alguns jovens com o ensino médio completo.

A ocupação urbana Kauabanoko, onde vivem os Warao e Eñepa em Boa Vista, conta com profissionais, entre eles uma médica, além dos Warao de Mariusa, com a mesma experiência pesqueira e outros trabalhos urbanos, como de empacotador, costureiro, transportador, *caletero*, trabalhadores com materiais recicláveis e artesãs.

A presença de profissionais Waraos e Eñepas nas áreas de saúde e educação coincide com os registros, na literatura, de experiências diversificadas em seus territórios tradicionais. As falas dos Warao e Eñepa sobre essas experiências na formação, como agentes de saúde ou de educação bilíngue, se confirmam na literatura que descreve iniciativas do Estado venezuelano após a Constituição de 1999, como a Lei dos Idiomas Indígenas de

45 Trata-se de um trabalho de carregador e descarregador em portos ou centros urbanos.

2008.⁴⁶ Mesmo que tais projetos tenham sido desestruturados com a crise, a bibliografia registra a participação destes povos nas políticas públicas venezuelanas.⁴⁷

No abrigo de Tarumã, em Manaus, onde a região de Mariusa predomina como referência na República Bolivariana da Venezuela, muitos dos homens adultos dizem ter trabalhado na pesca marítima industrial, sob o regime de encomendas: um patrão *criollo* disponibilizava embarcação, gelo, combustível e alimentação para a expedição de pesca no mar; descontado este investimento, o valor líquido da pesca era dividido por dois entre patrão e pescadores. Os entrevistados relataram que chegavam a pescar mais de duas toneladas de peixe por expedição, o que não exclui o conhecimento de outras modalidades de pesca, mas indica uma forte relação com a vida marítima, envolvendo saberes específicos de navegação.⁴⁸

Já no abrigo Alfredo Nascimento, as experiências que mais apareceram foram de artesã, trabalhador na saúde indígena, professor com formação universitária, ajudante de pedreiro, pescador, agricultor, promotora social, motorista de ambulância e *caletero*.

Como foi sua educação?

Fiz licenciatura integral e dei aula nas comunidades vizinhas.

Warao participante da oficina em Pacaraima

Estes dados aproximam os indígenas de outras populações migrantes, com projetos de inserção laboral e prosseguimento dos estudos, com a diferença de que a maior parte dos professores e daqueles que trabalharam na área de saúde atuaram em contexto comunitário indígena ou em contextos urbanos, em bairros de maioria indígena. Entre estes profissionais, há expectativa de trabalhar com seu próprio povo no Brasil. Este

dado é importante para pensar em soluções duradouras que combinem o acesso a um trabalho remunerado, ao estudo e a uma vida comunitária nas próprias línguas indígenas.

46 Villalón, Maria Eugenia. Los idiomas indígenas oficiales. In: Bello, Luis Jesus (ed.). *El Estado ante la sociedad multiétnica y pluricultural: políticas públicas y derechos de los pueblos indígenas en Venezuela (1999-2010)*. Caracas: IWGIA, 2011. p. 22-34. Serie Derechos Indígenas.

47 Ibid.; Tillet, Aimé. La implementación del derecho a la salud integral de los pueblos indígenas y el reconocimiento de la medicina tradicional. In: Bello, Luis Jesus (ed.). *El Estado ante la sociedad multiétnica y pluricultural: políticas públicas y derechos de los pueblos indígenas en Venezuela (1999-2010)*. Caracas: IWGIA, 2011. p. 132-161. Serie Derechos Indígenas.

48 Um dos relatos recolhidos no abrigo Tarumã confirmou que o setor de pesca marítima atravessa fortes conflitos entre rivais em disputa pelo mercado. O autor do relato conta que foi ameaçado de morte, por isso decidiu vir ao Brasil. Depois de passar um tempo em uma comunidade, chegou até Boa Vista, ficou dois dias na rodoviária e então seguiu para Manaus. Tendo vivido em Mariusa, sabia onde encontrar abrigo entre as pessoas que conhecia.

2.9 Novos dados e fluxos

2.9.1 Os Eñepa

A presença deste grupo no fluxo migratório venezuelano foi registrada em uma pesquisa de 2017.⁴⁹ Grupo de língua Karib, tem seus territórios no estado Bolívar, em áreas de floresta tropical da República Bolivariana da Venezuela. Todos falam a língua materna, e poucos, o espanhol.

No Brasil, os Eñepa tanto do abrigo como da ocupação urbana de Boa Vista possuem a mesma origem na República Bolivariana da Venezuela. Nasceram em Perro Dágua (onde viviam, em 2005, 269 pessoas), ou têm parentes nesta comunidade, mas se deslocaram para Caicara, localidade na margem do Rio Orinoco atravessada por estradas que ligam a região a outros centros urbanos, como Porto Ayacucho e El Tigre.⁵⁰ A maior alteração neste território tradicional foram as estradas, com o objetivo de exploração madeireira, com forte impacto na saúde desta população.

Na literatura antropológica, os Eñepa são conhecidos por sua cestaria com desenhos geométricos, exposta em vários museus etnográficos. Em Caicara, viviam da venda de artesanato. Entre os que estão no Brasil, há professores, e todos são exímios artesãos. Sua cestaria, à base de fibra de arumã, não é fabricada no Brasil, segundo eles, devido à falta de material. As mulheres recolhem sementes nas ruas de Boa Vista e produzem objetos para ser comercializados no abrigo ou na rua. Além de peças com sementes e miçangas, eles fabricam arcos e flechas, que comercializam nas ruas da cidade. No Brasil, de certa forma não competem com os Warao no mercado das cestarias; provavelmente, a fibra de arumã seria encontrada no Brasil, assim como a de buriti, utilizada pelos Warao, mas eles não formularam tal demanda. Um dos jovens, que fez seus estudos em Mariapures, no estado de Monagas, também se deslocava para a venda de artesanato na Ciudad Bolívar, Puerto Ordaz, Upata e San Félix, onde conheceram os Warao antes de chegarem ao Brasil. Em 2017, a presença era em torno de 20 pessoas em Boa Vista; hoje são cerca de 60, entre o abrigo e a ocupação, e um grupo se deslocou para Santarém em setembro de 2019.

2.9.2 Os Pemón

Em fevereiro e março de 2019, foi divulgada a presença importante de indígenas Pemón no fluxo migratório venezuelano, em Pacaraima. O número exato no momento do

49 Simões, Gustavo da Frota (org.). *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Brasília: Conselho Nacional de Imigração, 2017.

50 A literatura registra grandes impactos na saúde e no padrão de assentamento dos Eñepa: “Este cambio en el patrón de asentamiento dificultó el sustento por los medios tradicionales de producción, condujo a un sensible desmejoramiento en la dieta, y mermó la independencia alimentaria de los E’ñepa. Con las carreteras surgieron nuevas necesidades sin las correspondientes fuentes de ingreso que permitieran saciarlas adecuadamente. Fue así como a través de un desventajoso y precario comercio los E’ñepa comenzaron a vender artesanía”.

Villalón, María Eugenia. Los Eñepa. In: Freire, Germán Nicolás; Tillet, Aimé (org.). *Salud indígena en Venezuela*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Salud, 2007. v. II, p. 30.

conflito oscilava, podendo ter chegado a 1.200 pessoas que atravessaram a fronteira.⁵¹ Há inúmeros registros na imprensa local e nacional sobre tal conflito, que deixou feridos e mortos, socorridos em Boa Vista. Nenhum deles foi para os abrigos. Eles foram recebidos por parentes em aldeias próximas à região de fronteira, no município de Pacaraima. A história da mobilidade nesta região produziu um resultado diferente daqueles analisados até aqui entre indígenas no fluxo migratório venezuelano.

Na República Bolivariana da Venezuela, segundo o censo de 2011, os Pemón (Arekuna, Kamarakoto, Taurepang) contam com uma população de mais de 30.000 pessoas, sendo o quarto maior grupo entre os povos indígenas do país, e pertencem aos povos de língua Karib.⁵² A chegada, em 2019, de uma quantidade expressiva desta população ao Brasil se deu no contexto de polarização política sobre a entrada ou não da ajuda humanitária para a República Bolivariana da Venezuela em fevereiro e março de 2019. A maioria dos mais de 800 Pemóns que chegaram ao território brasileiro se encontram hoje na TISM e estão divididos principalmente em quatro aldeias: Bananal, Sorocaima, Sakaomota e Tarauparu.⁵³ Todos aqueles com os quais conversamos na aldeia Bananal viviam nas comunidades de Kumarakapay e Santo Ignácio de Yuriani, Gran Sabana, estado Bolívar, na região fronteiriça com o Brasil.

Segundo os participantes da oficina realizada em Bananal, nas aldeias de Sakaomota e Tarauparu encontramos o maior número daqueles que tiveram que atravessar a fronteira. Embora experimentando situações de grande tensão em suas aldeias de origem, conforme relatado na oficina, muitas destas pessoas continuam indo e vindo da República Bolivariana da Venezuela para a colheita de suas plantações, e parte de suas famílias continuam em território venezuelano. Muitos afirmaram sentir medo de voltar; alguns foram para a República Cooperativa da Guiana e depois vieram para o Brasil; outros, com ajuda de carros de pessoas ligadas ao turismo ou religiosos, entraram pelos “caminhos verdes”.⁵⁴ No Brasil, afirmaram se sentir mais seguros.

51 Burks, Roger. Indígenas da Venezuela cruzam a fronteira com o Brasil em busca de segurança. *ACNUR*, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/08/09/indigenas-da-venezuela-cruzam-a-fronteira-com-o-brasil-em-busca-de-seguranca/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

52 “Os Taurepang se auto-designam Pemón, termo que significa ‘povo’ ou ‘gente’. Pouco conhecido no Brasil, este etnônimo é empregado com uma frequência muito maior na Venezuela, onde designa uma grande população indígena de língua Karib. A. B. Colson (1986:74) afirma existir na região fronteiriça entre Venezuela, Brasil e Guiana duas grandes unidades étnicas: os Pemón e os Kapon, sendo a primeira autodesignação dos Arekuna, Kamarakoto, Taurepang e Macuxi, e a segunda dos Ingariko e Patamona. Na Venezuela, o grupo – aí designado Pemón – ocupa a chamada Gran Sabana, correspondente à porção sudeste do estado Bolívar.”

Povos Indígenas no Brasil. *Taurepang*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Taurepang>. Acesso em: 21 mar. 2020.

53 “O setor norte da TI, onde se concentra a população Taurepang, é justamente a área de influência da BR-174, do linhão de Guri e da sede do município de Pacaraima, configurando um corredor de passagem entre Boa Vista e Santa Elena, na Venezuela.” *Ibid*.

54 Caminho verde é como são referidas as trilhas que ligam o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela pelas matas, fora da estrada rodoviária onde está localizado o posto de fronteira.

Entre os participantes, as mulheres foram as que mais falaram do conflito vivido no início de 2019, em seus territórios na República Bolivariana da Venezuela. O tema não foi provocado pela oficina, mas ao tomarem a palavra elas passaram a relatar o ocorrido. Uma afirmou ter perdido um dos filhos no conflito, outra perdeu a irmã, e uma terceira teve o marido baleado no ombro.

Das famílias que participaram da oficina, todas alegaram não receber comida suficiente, sobretudo para as crianças. Além disso, por questões religiosas, não podem consumir carne de porco ou peixe sem escamas.⁵⁵ A única pessoa que relatou poder ter um roçado na Terra Indígena possui laços de biografia familiar, pois seu pai nasceu na mesma aldeia onde ela se encontra hoje.

As mulheres falaram sobretudo da preocupação com a abertura de novos roçados, pois os trabalhos coletivos requerem um aporte de força de trabalho masculina, além do investimento nas refeições coletivas, durante a derrubada e queima dos novos roçados. No entanto, muitas famílias priorizaram a saída da aldeia de origem, com os filhos menores. Em outras palavras, além do apoio em infraestrutura que pode ser ofertado por diversas instituições, como casas e água canalizada, nas relações sociais e na divisão social do trabalho, muitas famílias estão desassistidas pela falta da força de trabalho masculina e de condições de oferecer a contrapartida nos trabalhos coletivos, seja para a construção de casas, seja para a abertura de novas roças. Solicitam apoio, como ferramentas e sementes, mas falam também da impossibilidade ou limitação nesta contrapartida socialmente desejada para o trabalho coletivo, que pode deixar algumas mulheres sem acesso aos seus novos plantios.⁵⁶

As relações entre aldeias divididas por Estados nacionais compartilham lógicas de parentesco que de imediato situam e conferem a quem chega maior ou menor legitimidade na aldeia acolhedora, podendo ser mais ou menos integrado nas obrigações de acolhida. No caso da comunidade Bananal, a religião é outro critério que orienta as regras de acolhimento e moradia, pois todos que vivem na comunidade são ou se declaram adventistas e, segundo nossos interlocutores, as regras da religião, como participar dos cultos, não beber, não fumar, resguardar-se de sexta a sábado e praticar restrições alimentares devem ser respeitadas, influenciando a continuidade ou não da acolhida das suas famílias na comunidade.

Apesar de falarmos de uma religião ocidental, é importante ler esta informação dentro do contexto das populações indígenas, uma vez que isso não significa que estão ausentes

55 De acordo com a pesquisa de Andreello, as restrições alimentares se estendem a animais de caça tradicionalmente consumidos pelos povos indígenas na região, tais como anta, paca e cotia.

Andreello, Geraldo. *Os Taurepang: memória e profetismo no século XX*. Dissertação (mestrado) – Unicamp, Campinas, 1993.

56 Ibid. Segundo Andreello, o período para brocar, derrubar e queimar acontece de janeiro a março. Corresponde ao período da seca, o que significa que se aproxima o período de decisões das aldeias para a abertura de novas roças.

outros valores e temores próprios de sua cultura, nem que eles deixarão de procurar seus especialistas, ou temer espíritos e forças vingativas.

Importa destacar que os missionários adventistas já circulavam em território venezuelano desde o início do século XX, incidindo na mobilidade dos Taurepang entre Brasil e República Bolivariana da Venezuela. A expulsão de missionários adventistas em 1931, na República Bolivariana da Venezuela, contribuiu para o aumento de movimentos proféticos entre os povos indígenas na região. Ainda neste período, chegou à região da Savana a ordem franciscana, onde se fundaram as missões católicas. Do lado brasileiro, a missão católica de Surumu, fundada pelos beneditinos no século passado, parece não ter influenciado os Taurepang, uma vez que muitos já participavam dos movimentos proféticos e da religião adventista do sétimo dia, impelindo inclusive a mobilidade de sua população para o lado venezuelano.

A religião não foi a única motivação do movimento de ir e vir entre o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela pelos Taurepang. O trabalho de Andrello (1993) traz o testemunho de uma liderança Taurepang do lado brasileiro em 1989:

Antes de eu nascer, tinha muito morador aqui, Sorocaima, Macaiapáng, Boca da Mata... [...] mas tinha muita doença. Morreu muita gente, então o pai dela [Rosa] levou a família inteira para a Venezuela. Aqui deu muita diarreia, sarampo [...] (Mário Flores, Aldeia de Sorocaima, jan/89).⁵⁷

Estas informações nos ajudam a compreender o porquê da forte relação entre as famílias Taurepang da República Bolivariana da Venezuela e do Brasil, bem como o fato de que a circulação destas famílias não é um fenômeno novo. O fator extraordinário parece ser, portanto, o contexto: um número significativo de pessoas chegando às aldeias brasileiras, sem as visitas tradicionais relatadas nos trabalhos etnográficos em referência a inúmeros casamentos entre os Pemón da República Bolivariana da Venezuela e do Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, sendo os processos que acompanhavam decisões sobre mudanças de localidade mediados por vários tipos de negociações. Apesar do contexto de emergência em que as mudanças se produziram, no caso Pemón o processo de acolhida pelos Taurepang do lado brasileiro continua seguindo a memória do parentesco e a religião.⁵⁸

57 Ibid., p. 15.

58 Os estudos sobre a situação de saúde do povo Pemón publicados na Venezuela alertam sobre os problemas enfrentados por eles com a presença da exploração de minérios na região: “las poblaciones distribuidas a lo largo del eje vial Tumeremo-Santa Elena de Uairén (como es el caso de San Miguel de Betania) ubicadas cerca de los puntos de explotación minera y forestal, o en las inmediaciones de núcleos poblados que prestan soporte a tales unidades de extracción (Tumeremo, Las Claritas, El Dorado, Santa Elena) muestran las mayores señales de transformación, y si bien poseen mayores facilidades físicas (transporte) para acceder a servicios médico-asistenciales y sanitarios, son las que se encuentran más expuestas a los problemas derivados de una alta descomposición social: enfermedades gastrointestinales, enfermedades venéreas, sida, alcoholismo y violencia física”. Freire; Tillet, op. cit., p. 232.



03

SOLUÇÕES DURADOURAS
CULTURALMENTE ADEQUADAS: PARA
ALÉM DO CONCEITO TRADICIONAL





3. SOLUÇÕES DURADOURAS CULTURALMENTE ADEQUADAS: PARA ALÉM DO CONCEITO TRADICIONAL

O conceito tradicional de solução duradoura se articula ao redor de três modalidades: retorno voluntário ao país de origem; reassentamento em um terceiro estado ou território; e integração local. Para pensar soluções duradouras culturalmente adequadas para os povos indígenas migrantes (Warao, Eñepa e Pemón), é necessário considerar as características específicas dessas populações de tal maneira que as estratégias de retorno, deslocamento ou integração no território de acolhida não impliquem desconfiguração ou violação de suas identidades indígenas.

Embora as populações indígenas no fluxo migratório venezuelano tenham direito a um tratamento diferenciado nos seus direitos coletivos, como o uso e a preservação de suas línguas, costumes e formas de tomada de decisão, essas populações possuem ainda os mesmos direitos e obrigações que os demais migrantes. Para avançar na formulação de um conceito de solução duradoura nesse contexto, iremos relacioná-lo com os temas de campo de circulação migratório; acesso às informações de saúde, educação e outros direitos; ir e vir na mobilidade indígena; e espaços urbanos e populações indígenas.

Como verificado no perfil apresentado neste estudo, existem profissionais que frequentaram o ensino superior entre os indígenas migrantes, assim como muitos jovens com ensino médio completo interessados em ingressar nas universidades brasileiras. Os Warao demandam acesso às universidades e reconhecimento de suas competências profissionais, em especial nas áreas de educação e saúde.⁵⁹ Estas exigências, e seu atendimento como horizonte possível, terão impactos na circulação de pessoas, assim como na possibilidade de integração local.

O conceito de soluções duradouras necessita, entre outros, dialogar com a mobilidade e o campo de circulação dos povos indígenas presente no fluxo migratório venezuelano. Para isso, deve-se considerar o movimento de ir e vir entre a República Bolivariana da Venezuela e o Brasil, inicialmente identificado como um movimento pendular,⁶⁰ assim



59 O fato de encontrarmos no fluxo migratório jovens profissionais e com ensino médio completo não deve ser menosprezado no investimento que os Warao fazem neste fluxo. Estudos recentes destacam: "el analfabetismo en población indígena es en promedio 25% mayor que el de la población en general. Los estados con mayor incidencia son Delta Amacuro (57,57% vs. 15,82%), seguido de Apure (54,54% vs. 10,01%), luego Bolívar y Amazonas". Equipo de Investigación El Entrompe de Falopio, op cit., p. 177.

60 OIM. *Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil*. Coordenadores Erika Yamada e Marcelo Torelly. Brasília, 2018.

como as configurações construídas entre as principais cidades eleitas pelos indígenas neste processo migratório.

Considerando que há um circuito envolvendo Pacaraima, Boa Vista e Manaus construído pelos próprios Warao desde 2015, como pensar em soluções duradouras nestas cidades? Aqui, a ideia de “campo migratório” é uma chave de entendimento relevante. Se num movimento migratório tradicional há uma referência clara a um estado de origem do qual os migrantes saem e decidem não mais voltar, mesmo que provisoriamente, no campo ou circuito migratório, os migrantes seguem em deslocamento constante por determinado território.

O circuito de Santarém e Belém também registra a presença de uma população significativa, particularmente dos Warao. Segundo os dados da Cáritas Brasileira, a região metropolitana de Belém já conta com mais de 700 indígenas Warao.⁶¹ Mesmo se tratando do mesmo povo, faltam dados sobre a atual política de abrigo nesta cidade, o perfil profissional, a origem na República Bolivariana da Venezuela e o parentesco.

Contudo, as pessoas percorrem o campo de circulação migratório dos Warao nos dois sentidos, tanto indo para a fronteira como se afastando dela. Entre as motivações da circulação dos indígenas ouvidos por esta pesquisa, constatamos o investimento nos deslocamentos familiares (nos dois casos que pudemos conhecer, foram de mulheres); quando julgamos necessário, tal investimento acontece em situações em que um parente passa por enfermidades consideradas graves pelos próprios Warao. O custo desta mobilidade continua sendo arcado por eles próprios. Além deste movimento, os dados do relatório da Cáritas sugerem que estamos diante de um quadro de dispersão.

Em especial os Warao, neste período, experimentam novos itinerários, incluindo cidades do Nordeste e Centro-Oeste, como São Luís (MA), Teresina (PI), Fortaleza (CE), Goiânia (GO) e Porto Velho (RO).

A composição social entre as pessoas e suas relações de parentesco nesta mobilidade indígena necessita ser incorporada na estruturação das políticas públicas de assistência humanitária e integração local.⁶² Em outras palavras, a lógica da mobilidade indígena e o seu reagrupamento familiar precisam se conciliar com as políticas direcionadas para esta população. Como fazer considerando que já há superlotação dos abrigos? Como acolher os indígenas sem ferir seus direitos e seus modos de reunião familiar? Como reconhecer outros modelos de família que não aquele da família nuclear?

Como foi sua educação?

Fiz um bacharelado na Venezuela, mas com a crise não havia mais trabalho. Quero construir um futuro estável no Brasil.

Warao participante da oficina em Boa Vista

61 Cáritas Brasileira. *Contexto atual dos Warao na região metropolitana de Belém*. Brasília, nov. 2019.

62 Considerando parte de seus parentes, pois alguns deles ficaram em seu território de origem.

3.1 Campos de circulação migratórios e abrigo

O circuito Roraima, Amazonas e Pará deve ser pensado como um campo de circulação migratório já consolidado na mobilidade migratória indígena venezuelana no Brasil. Como indicado nas seções anteriores deste trabalho, ele vem sendo construído mesmo antes de o Estado brasileiro passar a atuar proativamente no tema.

Torna-se necessário buscar novas soluções e discutir as opções disponíveis nesta experiência migratória. Até o momento, este fluxo passou por abrigos com estruturas pequenas (a exemplo das casas na experiência de Manaus e Belém), médias e grandes (abrigos em Roraima e Amazonas), ocupação urbana, aluguéis por diária, situação de rua. E em Roraima, como em Manaus, existem famílias que estão há mais de um ano nestas cidades e abrigos. Como conciliar isso com políticas sociais de acolhimento que não se resumam a abrigos? Quais seriam outros modelos possíveis de moradia digna para esta população? Como respeitar as relações sociais e de parentesco evitando a superlotação dos abrigos ou outros locais de moradia?

As novas cidades e estados, que ainda parecem ser visitados por pequenos grupos, principalmente pelos Warao, poderiam e deveriam ser informados de toda a experiência das cidades que conhecem o fluxo estável, com o objetivo de evitar conflitos, a exemplo do embate com os conselhos tutelares,⁶³ da exploração do trabalho, da proteção contra o racismo e do acesso à saúde. Desde 2017, há relatos da exploração de trabalho braçal de homens Warao, como também tentativas de retirada de seus filhos pelos conselhos tutelares.⁶⁴ Ações conjuntas com os órgãos competentes para divulgar orientações nas cidades de chegada dos indígenas migrantes são uma das boas práticas deste processo. No campo da saúde, é importante esclarecer aos indígenas o funcionamento do SUS e do subsistema de saúde indígena para que não haja falsas expectativas.

Outra característica-chave deste campo de circulação migratório construído pelos Warao é acomodar uma diversidade intrínseca ao grupo. Alguns dos abrigos indígenas acolhem hoje um conjunto de relações de proximidade, identificadas neste trabalho pela região de origem na República Bolivariana da Venezuela, compondo relações familiares e

Quais seus planos
para o futuro?

Eu gostaria de conseguir um
trabalho, ir mais adiante e ver
meus filhos crescerem.

Warao participante da
oficina em Manaus

63 Este é um tema presente desde o início deste fluxo. Dele, já participam várias autoridades, como Vara da Infância e Defensoria Pública.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Vara da Infância debate situação de crianças venezuelanas em Boa Vista. *CNJ*, 1º ago. 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/vara-da-infancia-discute-situacao-de-criancas-venezuelanas-em-boa-vista/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

64 Machado, Alessandro. Indígenas Warao são orientadas sobre a prática ilegal de mendicância com crianças em ruas. *Prefeitura de Manaus*, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://semasc.manaus.am.gov.br/indigenas-warao-sao-orientadas-sobre-a-pratica-ilegal-de-medicancia-com-criancas-em-ruas/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

experiências de trabalho diferenciadas, bem como vizinhança e mobilidade nos espaços urbanos do país de origem.

Além disso, este campo de circulação migratório parece ter acomodado divergências internas e os próprios conflitos por acusações de feitiçaria entre os Warao e os Pemón. Estes dados explicitam uma agência por parte deles, assim como a apropriação de uma política pública pelos indígenas. Esta apropriação e ação no fluxo migratório se manteve invisível nos últimos anos, mas pode ser incorporada em futuras propostas. O exemplo mais evidente é o abrigo de Tarumã, onde estão praticamente apenas os Warao de Mariusa.

Tendo este cenário em vista e sabendo que, em parte, ele resulta de estratégias dos próprios indígenas perante a política do Estado em abrigá-los, essas estratégias devem ser consideradas na formulação e no melhoramento das políticas de abrigo oferecidas pelo Estado brasileiro. É recomendável, visando a uma solução duradoura culturalmente adequada, avaliar as experiências de abrigo, levando em conta que em algumas cidades a presença indígena é de passagem e, em outras, estável – entendendo que “estável”, aqui, implica a incorporação de movimentos de ir e vir.

A política de abrigo é sem dúvida a principal política promovida até o momento pelo poder público federal, estadual ou municipal para a população indígena no fluxo migratório venezuelano.

Um fator positivo desta política é que ela parece ter incorporado a importância de manter as populações indígenas sem a presença de não indígenas nos abrigos, nos estados de Roraima e do Amazonas. As experiências de casas alugadas, com menos pessoas por local de moradia, não se sustentaram como política pública em Manaus. O principal problema apontado pelo poder público não foi o valor dos aluguéis, mas o custo de manter equipes na gestão de cada casa.

O abrigo Alfredo Nascimento, com a população mais numerosa em Manaus, mantém um serviço de segurança 24 horas, um gestor e uma equipe de apoio de indígenas, além dos *aidamos*, que são eleitos entre os moradores e colaboram no repasse de informação e planejamento de atividades. Presentes em todos os abrigos de Roraima e Amazonas, os *aidamos* tornaram-se os interlocutores principais entre os gestores e os moradores dos abrigos indígenas. O serviço de segurança também está presente em Boa Vista e em Pacaraima. Já em Tarumã, que não conta com este serviço, há que perguntar se esta diferença está ligada ao número maior de pessoas abrigadas ou à sua localização em

Quais seus planos
para o futuro?

Que tenhamos terreno para
podermos morar, semear e
cultivar, e para não
depender do governo.

Warao participante da
oficina em Pacaraima

locais periféricos e de maior risco. Se for isto, há que avaliar os custos, bem como as vantagens e desvantagens, na escolha dos serviços sociais para o abrigo.

Tendo em conta o abrigo, que é base para a manutenção da qualidade de vida dos indígenas dentro do campo migratório, como uma das principais políticas praticadas no Brasil, em especial nos estados de Roraima, Amazonas e Pará, poderiam ser pensados fóruns interestaduais para trocar experiências, bem como os pontos positivos e negativos destas políticas. Essa troca entre os gestores e os indígenas pode favorecer as boas práticas.

Entre os desafios para os abrigos indígenas está a permanência máxima, que é de três meses para famílias acolhidas de acordo com o modelo de assistência social.⁶⁵ Esse limite tem impactado a lógica do movimento, muitas vezes precipitando deslocamentos entre cidades na medida em que não tem se mostrado de acordo com a intenção da população indígena. Já existem famílias que estão há mais de dois anos no mesmo abrigo ou em situação de abrigo.⁶⁶

Diante disso, há que pensar em outras soluções e arranjos institucionais para os gestores, de modo que o acesso a esta política de abrigo permaneça como uma situação regular, mas adaptada a esta população. Possibilidades de moradia compartilhada, a exemplo do que aconteceu em Manaus e em Belém, precisam ser avaliadas neste processo. Será necessário imaginar outras formas de moradia e, quando houver abrigos, seu modelo e suas condições.

A proposta de abrigo temporário conjugado com uma política de integração local carece de alternativas econômicas para esta população. Até o momento, não foram exploradas todas as possibilidades de trabalho contemplando suas experiências laborais, como soldador, professor, contador, médico, pintor, agricultor ou operador no turismo, entre outras.



65 No site da Secretaria do Desenvolvimento Social, encontramos como alternativas de acolhimento para adultos e famílias:

“1. Abrigo Institucional: unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto;
2. Casa de Passagem: unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.”

Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Proteção social de alta complexidade. Brasília, 2020. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/alta-complexidade-2>. Acesso em: 21 mar. 2020.

66 Em Roraima também existem indígenas residindo nos abrigos há anos. Existem, ainda, os fluxos de ir e vir, inclusive a partir dos abrigos para a Venezuela.

Estes desafios estão colocados para todos os abrigos indígenas. Um dos critérios necessários numa avaliação dos abrigos será a participação dos indígenas migrantes, ressaltando-se que, embora exista a experiência dos *aidamos* na gestão dos abrigos indígenas e esta solução possa ser considerada uma boa prática, ela não pode substituir o direito à oitiva e consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas Warao, Eñepa ou Pemón.

O relatório de novembro de 2019 da Cáritas registrou uma multiplicidade de arranjos de moradia naquela cidade, desde aluguéis de imóveis precários a abrigos organizados pelo poder público: “hoje, os migrantes venezuelanos da etnia Warao, em sua maioria, vivem nos entornos do bairro da Campina, e outros bairros de Belém, pagam diárias de estadia em imóveis que se encontram em péssimas condições para habitação”.⁶⁷

O relatório também indica a existência de abrigos com indígenas e não indígenas, a saída dos Warao de alguns abrigos, a volta de aluguéis diários em alguns bairros, e a incerteza de quantos estão na cidade e seu entorno. A saída para outras cidades e a dispersão no interior do estado parece, em parte, uma das consequências da falta de uma política de acolhimento, que nos últimos anos passou por diversas tentativas e registrou, como vimos em Manaus, a opção por diárias em imóveis alugados e a situação de rua. O mesmo relatório registra a morte de dez Waraos nos últimos dois anos, sendo sete crianças e três adultos.

Entre as cidades citadas pela dispersão dos Warao em Belém, temos: Marabá, Altamira, Itaituba, Barcarena,⁶⁸ Abaetetuba,⁶⁹ Castanhal,⁷⁰ Capanema⁷¹ e Bragança.⁷² Isso parece indicar que a opção por cidades médias talvez já esteja sendo feita por esses indígenas, não se limitando às capitais do Norte e Nordeste. De fato, faltam informações sobre esta interiorização espontânea no entorno de Belém. Em um levantamento breve sobre as cidades citadas pelo relatório da Cáritas, a escolha parece longe de ser aleatória.

67 Cáritas Brasileira, op. cit.

68 A cidade é um importante polo industrial, onde é feita a industrialização, o beneficiamento e a exportação de caulim, alumina, alumínio e cabos para transmissão de energia elétrica. A economia tem base tradicional na agricultura, mas também avança com o turismo e com as indústrias ali instaladas, gerando crescimento econômico para o município e para o estado do Pará. É em Barcarena que está localizado o maior porto do Pará, o Porto de Vila do Conde.

69 O município possui uma vasta rede hidrográfica, navegável em quase toda a sua extensão. Existem 72 ilhas que constituem a chamada Região das Ilhas. O clima é comum da Amazônia, equatorial e muito úmido. No município, há florestas de terra firme e florestas de várzeas. Conhecida pelo artesanato de miriti, a região também tem turismo.

70 Castanhal é o quinto município mais populoso do Pará, com uma população estimada, conforme dados do IBGE de 2019, em 200.793 habitantes. A cidade tem uma posição geográfica privilegiada no mapa do Pará, sendo cortada pela BR-316, importante rota para o escoamento da produção; além disso, está a pouco mais de 60 quilômetros de distância do porto, do aeroporto e da Alça Viária, na região metropolitana de Belém.

71 Capanema está distante 160 km de Belém pela BR-316. É um dos municípios mais desenvolvidos da Região Bragantina do nordeste paraense, atrás somente de Bragança. Uma das principais atividades econômicas do município é a fabricação de cimento, sendo a fábrica Nassau a primeira do Pará. Capanema é a cidade que possui melhor desenvolvimento econômico da Região Bragantina.

72 A cidade de Bragança é o maior polo pesqueiro do estado do Pará, exportando sua produção principalmente para as capitais do Nordeste e do estado do Pará. Há grande atividade pecuária, agricultura e extrativismo de caranguejos.

O conjunto contém cidades com rios, turismo, rodovias e portos, com expansão econômica e escoamento de mercadorias, prováveis indicadores de oportunidades de emprego como *caleteros*.

A situação apontada no relatório da Cáritas reforça a relação necessária entre uma boa política de acolhida e a situação de risco e vulnerabilidade, uma vez que a dispersão dos Warao em outras cidades não permite o acesso às informações sobre quantos estão no entorno de Belém e no Brasil como um todo.

Conhecer esta realidade mais de perto requer um acompanhamento e diálogo sobre as escolhas dos próprios Warao, pois a dispersão pode ser uma solução do ponto de vista deles. Porém, visando a soluções duradouras, isso exige ações de proteção e acompanhamento para evitar a exploração ilegal do trabalho braçal dos Warao, já registrada em outras cidades.⁷³

Estes dados reforçam a importância da participação dos indígenas na formulação destas políticas. Apesar de o órgão indigenista oficial, a Funai, não estar acompanhando o processo de forma permanente, isso não significa que os direitos destes indígenas não devam ser levados em consideração para garantir sua participação nas formulações de políticas públicas direcionadas a eles.

3.2 Acesso às informações sobre saúde, educação e outros direitos

Há necessidade de qualificar as informações sobre acesso à saúde e à educação para povos indígenas no fluxo migratório. O que é o SUS e o subsistema de saúde indígena, assim como a educação diferenciada, ou ainda a aplicabilidade (ou não) das políticas de cotas nas universidades brasileiras, são exemplos de informações a ser esclarecidas e incorporadas na agenda dos indígenas migrantes.

No que se refere à documentação e às diferenças entre refúgio e residência, ainda pairam dúvidas entre as comunidades indígenas ouvidas nas oficinas. No fluxo migratório indígena encontramos tanto os pedidos de refúgio como os de residência temporária. Se entre os Pemón esta duplicidade parece ausente, não é o caso entre os Warao e Eñepa. Há dúvidas entre os próprios indígenas sobre qual documentação lhes daria maior acesso ou não a programas sociais: por exemplo, podem acessar programas como o Bolsa Família? Por que em alguns casos as políticas estão voltadas aos refugiados e não aos residentes?

No caso dos Pemón, o envolvimento das organizações indígenas locais é recomendado na busca de soluções, em termos tanto de apoio que envolva estruturas físicas como de apoio logístico e emergencial nas aldeias. O tema da acolhida nas aldeias, especificamente

73 MPF investiga casos de exploração de índios venezuelanos em Belém. *D24AM*, 13 out. 2017. Disponível em: <https://d24am.com/amazonas/mpf-investiga-casos-de-exploracao-de-indios-venezuelanos-em-belem/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

na TISM, está em negociação interna com os indígenas brasileiros e seus parentes da República Bolivariana da Venezuela, por isso o cuidado no acompanhamento deste processo e no envolvimento das organizações indígenas, promovido por agentes estatais ou pela sociedade civil.

Quanto aos indígenas transfronteiriços, é inegável a diferença, do ponto de vista das relações sociais e da possibilidade de acolhimento. As relações sociais e de parentesco foram e são um recurso a mais neste contexto de mobilidade. A acolhida em aldeias é apenas uma delas. A língua, a religião, as crenças, o conhecimento de plantas são também recursos sociais de que os demais indígenas não dispõem nesta experiência de mobilidade.

É importante lembrar que os Pemón não são o primeiro caso de indígenas transfronteiriços residindo no Brasil; outros trabalhos registram a migração ou mobilidade macuxi, entre o estado de Roraima e a República Cooperativa da Guiana, por exemplo. Desta experiência há pesquisas sobre momentos de fluxo nos dois lados da fronteira. Hoje, as comunidades de indígenas oriundos do país vizinho possuem associações culturais, relacionam-se com as organizações indígenas locais, preservam suas línguas, produzem artesanato. Há famílias que vivem em Boa Vista, como outras que vivem em aldeias próximas à fronteira. A circulação entre os dois países nunca deixou de existir. Temos de fato populações cuja história produziu parentescos e experiências compartilhadas no país de acolhida, uma vez que as fronteiras nacionais são um dado, e não deveriam ser um problema. Independente disso, todos são indígenas e sujeitos de direitos, mas suas histórias e recursos sociais, disponíveis no país de passagem ou de vida, serão marcados por uma diferença histórica intransponível no campo das relações sociais, mas não no campo do direito.

Outro ponto a destacar é o desafio prático em acessar políticas públicas já existentes, sejam elas sociais, de saúde ou educacionais. A exemplo do caso das crianças indígenas em Pacaraima, parte do sucesso no acesso às políticas públicas parece depender das relações sociais estabelecidas localmente. Essas relações acabam determinando, em parte, a superação de obstáculos administrativos. No fluxo migratório indígena, toda política de acolhimento, seja ela pessoal ou institucional (escolas, postos de saúde, equipamentos culturais, pontos para venda de artesanato, lazer, acesso à internet, entre outros), deve ser conjugada com trabalhos sociais no entorno. Em outras palavras, políticas de boa convivência, projetos culturais, trocas de experiências ou outras ações que valorizem o respeito às diferenças podem favorecer não apenas a integração local culturalmente adequada, como também o acesso às políticas públicas. Iniciativas de mediação no entorno dos abrigos, ou de outros modelos de moradia, precisam fazer parte da política de acolhimento.

3.3 Ir e vir na mobilidade indígena

3.3.1 Retorno voluntário ao país de origem

O retorno voluntário sustentável ao país de origem é parte de uma política de migração quando indivíduos ou famílias optam pelo retorno como projeto de vida. Entretanto, não basta o desejo do retorno se ele significar grandes riscos, por isso a necessidade de acompanhamento e orientação, bem como avaliação das condições de segurança.

De acordo com o histórico e os principais motivos de deslocamento dos povos indígenas identificados neste estudo, a probabilidade de retorno pode variar para cada um deles.

Os conflitos vivenciados pelos Pemón, por exemplo, indicam que o retorno de algumas famílias já não depende apenas do contexto de mudança geral do país, mas pode levar muito tempo para se recompor do ponto de vista das relações sociais locais. Os Eñepa reuniram boa parte de sua parentela no Brasil. Uma vez reunidas cerca de 100 pessoas, passaram a acompanhar os Warao até Belém. Hoje o grupo se encontra dividido em dois: um em Boa Vista (no abrigo e na ocupação urbana) e outro em Belém.

A presença dos Warao, que na República Bolivariana da Venezuela é de mais de 50 mil pessoas, continua crescendo no Brasil. Além dos abrigos nos três estados federados, há poucas informações sobre um censo desta população.

O movimento pendular entre o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela enfrenta hoje um novo desafio: o custo da viagem. Em 2016, o custo de uma passagem de ônibus de Santa Helena do Uairén, cidade venezuelana fronteira com o Brasil, até Tucupita (Delta Orinoco), era de cerca de R\$ 11 e estava diminuindo devido à evolução do câmbio real-bolívar.⁷⁴ Hoje, com a dolarização da economia venezuelana, essa passagem custa R\$ 50 por pessoa, e o custo da bagagem pode variar de R\$ 40 a R\$ 100 por peça.⁷⁵

A oscilação dos custos do transporte interno na República Bolivariana da Venezuela pode ter contribuído para um investimento, por parte dos Warao, em outras cidades brasileiras afastadas da fronteira. Os Warao afirmam que os recursos arrecadados no trabalho de rua ao chegarem a uma cidade nova são sempre maiores que aqueles arrecadados em Manaus e Belém. Quanto mais se distanciam da Venezuela, expandindo o campo de circulação migratória, mais os Warao se inserem em novas redes econômicas e sociais, reduzindo seu interesse em uma volta definitiva ao país de origem, sem prejuízo ao desejo do regresso temporário.

74 Simões, op. cit.

75 O custo da viagem por carros de particulares, no trajeto Santa Helena do Uairén-Tucupita, hoje é de R\$ 500 por pessoa. O transporte realizado por taxistas venezuelanos na fronteira de Pacaraima até a Rodoviária de Santa Helena de Uairén pode custar R\$ 20 por pessoa. Dados obtidos na Rodoviária de Santa Helena de Uairén em novembro de 2019.

Uma família Warao em Brasília entrevistada por esta pesquisa conta ter passado mais de um ano no abrigo Alfredo Nascimento, em Manaus. Deslocaram-se posteriormente até Porto Velho, onde se reuniram com outros parentes, chegando a Brasília em novembro de 2019. Em Brasília, afirmaram arrecadar diariamente na rua cerca de R\$ 270 e pagar R\$ 140 para se hospedar, o casal e três filhos, numa pousada na Asa Norte que costuma receber indígenas brasileiros de passagem pela capital federal. Afirmaram ainda que arrecadavam mais doações naquele período, pré-natalício, e que pretendiam voltar para Porto Velho antes do Natal. O custo de transporte previsto para esse retorno era de R\$ 1.500, tendo sido este o investimento feito para chegar de lá até a capital brasileira. Um dos pontos positivos relatados de Porto Velho foi terem conseguido alugar um imóvel onde podiam cozinhar a própria comida, o que não ocorria na pousada, aumentando assim o custo de permanência em Brasília.

A família tinha um celular, com o qual tirou fotos da Catedral de Brasília para enviar a seus parentes na República Bolivariana da Venezuela, e lamentava a situação de penúria em seu país. O homem afirmou que, antes de viajar para o Brasil, trabalhava para um guianense como motorista de lancha e também como pintor. Ao encerrar o trabalho, vendeu a televisão para poder chegar ao Brasil. Para retornar à República Bolivariana da Venezuela, a família precisaria levar apoio aos parentes que ficaram, como roupas e alimentos, e ter recursos para comprar artesanatos de seus parentes.

Este exemplo ilustra que, valendo-se do seu *modus operandi* de circulação nos espaços urbanos, os Warao investem em novas cidades, enquanto a mobilidade para a República Bolivariana da Venezuela parece ter um custo mais elevado neste momento. Salta aos olhos o volume investido na viagem de ida e de volta, de mais de R\$ 1.000, bem como o tempo calculado por eles, de cerca de um mês, para o que chamam de “trabalho na cidade”. Entre seus objetivos, consta comprar roupas e sapatos, conseguir doações para levar a Porto Velho e adquirir um aparelho de televisão para aprender português.

O acesso às vias públicas para resgatar todo tipo de doações, e não apenas monetárias, faz parte das estratégias dos Warao nas cidades. Este tema, apesar de colocá-los no campo da vulnerabilidade e do risco de violência racial, precisa ser levado em consideração nas políticas de proteção. Contudo, devido à dificuldade de acesso a uma ocupação remunerada, este trabalho precisa ser visto como uma prática de relativo sucesso do ponto de vista dos Warao, pois funcionou na República Bolivariana da Venezuela e se reproduz no Brasil. A própria linguagem utilizada para designar esta atividade, descrita como “trabalho”, reflete tal sucesso. No entanto, em todas as oficinas os Warao afirmaram ter como objetivo um trabalho remunerado, fato relacionado à perspectiva de saída dos abrigos ou à possibilidade de alugar casas, por exemplo.

Há registros de pessoas em situação de abrigamento há mais de três anos. Uma mulher no abrigo Alfredo Nascimento conta ter passado dois meses em Pacaraima, onze meses em

Boa Vista e dois anos em Manaus. Foram vistos casos semelhantes durante a realização da presente pesquisa.

Uma observação comum entre os três povos indígenas no fluxo migratório foi que parcela de seus recursos econômicos, em boa parte conseguidos nas ruas ou com venda de artesanato, hoje é investida em alimentação no Brasil, tanto entre quem está como entre quem não está abrigado, como é o caso dos indígenas na ocupação urbana em Boa Vista. A deterioração da situação econômica na República Bolivariana da Venezuela já não permitia o uso eficiente dessa mesma estratégia de sobrevivência.

É importante ter no horizonte que, no caso dos Warao, a migração não está separada do desejo e da prática de enviar objetos, alimentos e dinheiro, bem como das trocas de artesanato com parentes em seus territórios tradicionais. A oferta de retorno ao país de origem, quando possível de maneira segura, tende a ser interpretada como uma abertura de possibilidade para o ir e vir, e não para o retornar e fixar-se.

3.3.2 Reassentamento

O reassentamento sustentável em um terceiro país ou território é outra possibilidade de solução duradoura dedicada a grupos que podem encontrar melhor acolhimento em outro lugar, seja por motivos de trabalho, seja por conta de reunião familiar, religiosa ou outra. Essas iniciativas são consideradas como solução duradoura para muitas pessoas que não podem retornar ao seu país de origem nem podem ou desejam ficar onde se encontram.

O reassentamento sustentável dentro do país, de forma espontânea dentro de uma estratégia estatal, ainda é algo a ser construído com os indígenas neste fluxo, visto que pode ser uma solução duradoura apoiá-los em lugares com maior possibilidade de construir uma autonomia, seja ela rural ou urbana. Uma das grandes questões pendentes no momento de realização deste estudo era a inclusão ou não dos indígenas migrantes na estratégia federal de interiorização. Pendia a dúvida sobre o custo-benefício dessa operação e, especialmente, se as partes envolvidas compreendiam com clareza os objetivos de longo prazo da estratégia ou apenas procuravam deixar Roraima no curto prazo, mantendo em mente a ideia de retornar para a fronteira ou mesmo para o país de origem no médio prazo.

Até o momento, os deslocamentos internos dos indígenas se deram de modo espontâneo, com seus próprios recursos, sem apoio do Estado e com ênfase nos espaços urbanos, na maioria em capitais ou próximos a elas. Isso não significa, por exemplo, que famílias Waraos recusariam ir para uma região do interior ou rural, para trabalhar como agricultores. No entanto, isso precisa ser dialogado com os indígenas. Essa opção parece ter mais sentido caso seja combinada com um trabalho remunerado, permitindo a eles manter seus vínculos com a República Bolivariana da Venezuela. Ao contrário, em

alguns contextos, isso pode ser confundido com um estilo de vida projetado para povos indígenas pela sociedade não indígena.

Uma estratégia dos Warao e Eñepa é a busca de outros centros urbanos, onde se reúnem parentelas e continuam com o trabalho de rua, entendido como o único trabalho certo na chegada. Essa realocação não pode ser confundida com a estratégia de interiorização do governo federal, que envolve um planejamento e, por vezes, inserção laboral. Neste sentido, é preciso buscar outras formas de apoio neste movimento além da proteção, que deve ser uma política permanente.

Há que pensar em políticas laborais, de moradia e educação, considerando que as pessoas não se movem em famílias nucleares. O grande número de crianças neste fluxo não deve ser considerado indiferente, mas a inserção escolar destas crianças não parece poder ser solucionada sem maiores e diversificados investimentos em políticas públicas voltadas para os indígenas migrantes.

Alguns fatos chamam atenção na questão da mobilidade dos indígenas: a maioria dos abrigos indígenas encontra-se com uma população acima do previsto e existem ocupações urbanas com população indígena e não indígena; continuamente chegam novos indígenas no fluxo migratório; há grande dispersão territorial, como a que está acontecendo em Belém e em outros estados do Norte, Nordeste e Sudeste. Todos esses fatores impactam a realocação destas pessoas, de modo que é necessário o devido acompanhamento na questão migratória indígena.

Particularmente os Warao, em seus movimentos de ida e vinda em outras cidades, poderão contribuir para construir soluções que os atendam. Talvez o que ainda possa ser aprimorado são propostas negociadas com eles a fim de criar alternativas ao abrigo, pois, nos moldes em que se apresentam hoje, parecem não atender o volume e as necessidades do fluxo. O risco é de uma dispersão que concorra com as políticas de proteção.

Nas oficinas deste trabalho com os indígenas, reiteradamente apareceu que o projeto deles é ter um trabalho e alugar uma casa, assim como poder investir na educação de seus filhos e ajudar seus parentes na República Bolivariana da Venezuela. Nas oficinas, a pergunta sobre o futuro foi a menos respondida; isso pode indicar debilidade na composição da questão, mas também uma situação de dificuldade em fazer planos, seja porque ainda não vislumbram saídas, seja porque faltam informações que permitam elaborar alternativas. As respostas que tivemos aproximam esta população dos demais migrantes, ou seja, almeja-se ter uma casa e um futuro melhor para os filhos.

A busca de alternativas de interiorização para esta população, espontaneamente ou como parte de uma estratégia estatal, não deve se restringir à oposição do rural e do urbano. Nas oficinas, alguns dos indígenas que disseram ter trabalhado como agricultores se referiam à atuação em fazendas de terceiros. Muitos em Boa Vista, por

exemplo, trabalhavam na construção civil como ajudantes de pedreiros, assim como no abrigo de Tarumã muitos dos que se identificaram como pescadores praticavam a pesca marítima industrial. Assim, nem na República Bolivariana da Venezuela nem no Brasil, a divisão entre urbano e rural deve ser vista como excludente. Na verdade, tais categorias são inclusivas, no sentido de que em ambos os espaços há diferenciações em termos de experiências de trabalho e relações com o Estado e o comércio.

No caso Pemón, as propostas e o acompanhamento de projetos de apoio precisam atentar para as relações sociais presentes nos trabalhos coletivos deste grupo, conhecidos na região como *ajuri*. Aqui reaparece uma questão de gênero: a existência de mulheres indígenas desprovidas do trabalho masculino adulto, necessário como contrapartida para os trabalhos comunitários, seja na abertura de novos terrenos para roças, seja na construção de casas.

3.3.3 Integração local

A integração local dá-se por meio da inserção do migrante na sociedade do país em que vive, em termos dos aspectos econômicos, culturais, políticos e outros. No caso dos povos indígenas, deve ser pensada a integração respeitando sua cultura, suas línguas e seus costumes, com valorização e respeito à diferença. Este ponto não é indiferente aos povos indígenas migrantes; deve estar presente em todas as frentes de atuação destinadas a essa população, como moradia, educação, saúde, combate à xenofobia e trabalho.

Para os povos indígenas migrantes nos espaços urbanos, mesmo com a presença de outros povos indígenas, isso não diminui o preconceito em colocá-los como estranhos nas áreas urbanas – não apenas por serem migrantes, mas especialmente por serem indígenas. Nada sustenta esta ideia, nem no campo da antropologia, nem no campo do direito, pois não é o lugar que um indivíduo habita que lhe confere identidade étnica, mas sua história de pertencimento a um povo. Esta clareza e estes direitos precisam nortear toda e qualquer política pensada para estes povos.

Em todas as cidades onde os indígenas estão presentes, faz-se necessário um investimento na formação dos atores locais. Sensibilizar os atores para que eles saibam quem são esses povos, de onde vieram e quais são seus direitos mostra-se uma medida importante no suporte a esse fluxo de indígenas migrantes. É ainda necessário desenvolver orientações culturalmente sensíveis nas abordagens na rua, evitando ameaças em situações que envolvam pais e filhos menores. São situações como essas que merecem atenção para oferecer um atendimento diferenciado.

A rua ainda é um espaço ocupado pelos Warao. O trabalho exercido pelas mulheres nas ruas é considerado uma importante fonte de recursos. Assim, é preciso esclarecer esse público sobre os riscos nos centros urbanos, não estritamente para coibir este trabalho, mas para prevenir e reduzir riscos. A realização de oficinas com as mulheres e a promoção da troca de experiências podem suscitar narrativas de sucesso ou constrangimentos

experimentadas por elas nas ruas. Questões sociais relevantes relacionadas ao funcionamento das famílias incluem a afirmação das mulheres indígenas Waraos de que, se seus maridos tivessem trabalho remunerado, elas não teriam de trabalhar todos os dias arrecadando dinheiro.

3.4 Laços linguísticos e novos movimentos espontâneos

Os Warao, e mais recentemente os Eñepa, iniciaram um processo espontâneo de interiorização, com uma base própria de relações de parentesco, formando campos de circulação migratórios e arcando inclusive com os custos destes deslocamentos. No caso Warao, o campo está construído entre Pacaraima, Boa Vista e Manaus, estendendo-se a Santarém e Belém, desde 2017. Em 2018 e 2019, com o aumento desta população no Brasil, novos circuitos estão sendo construídos. Diante de tal multiplicidade de localidades, parece haver uma perda no acompanhamento, sobretudo porque este se limita aos abrigados. Inúmeras cidades registram a presença de indígenas, especialmente Warao, mas não sabemos ao certo quantos estão no Brasil. Sabe-se hoje que espaços como centros e regiões portuárias de Manaus e Belém continuam sendo frequentados por eles.

Quais seus planos
para o futuro?

Queremos viver bem como
pessoa humana.

Warao participante da
oficina em **Manaus**

Nas cidades por onde circulam, os indígenas valorizam as relações que as famílias e/ou lideranças conseguem estabelecer com os atores locais. Algumas delas são cultivadas até hoje, como é o caso da rede católica presente desde o início com os Warao em Manaus. Recorre-se a padres e leigos para a busca de eventuais trabalhos remunerados e doações, assim como para a realização de casamentos. O tempo na cidade também é investido nos contatos, por exemplo com os brasileiros que comercializam água ou barbeadores para os Warao revenderem, ou ainda com os locais de

compra de materiais recicláveis. Tudo isso requer um tempo para conhecer as cidades, passando por pequenos negócios de compra e venda, até a identificação de comércios onde são bem recebidos.

Hoje se registram três povos no fluxo migratório saindo da República Bolivariana da Venezuela, cada um com suas características internas, suas histórias, que resultaram em deslocamentos internos e na migração para o Brasil. As políticas públicas precisam atentar para essas diferenças, respeitando as diversidades no interior dos grupos e entre os grupos. Os povos indígenas não são blocos fechados em si mesmos; contam com estratégias próprias e, na maioria das vezes, com mobilidades no interior de seus territórios e fora deles.

Uma das diferenças entre estes povos presentes no fluxo migratório é a relação com os povos indígenas no Brasil. O exemplo mais destacado é o dos Pemón, que contam com

parentes no Brasil, com os quais compartilham uma mesma língua. Esse fato influenciou respostas diversificadas na acolhida e na atenção a este povo em Roraima. Além disso, evidenciou a diferença entre os indígenas transfronteiriços e outros. A fronteira não apenas separa; ela une e constrói relações, traduzidas muitas vezes pelo parentesco e por histórias compartilhadas.

A exemplo do que acontece com outros povos indígenas no Brasil, os Warao e Eñepa hoje se encontram espalhados em estados da Federação. Essa dispersão faz parte de um *modus* de resistência e de ação política, diante das inúmeras intervenções em seus territórios e na sua história. Cada um apresenta sua organização interna, com seus modos de tomar decisões coletivas e com calendários de assembleias que reúnem lideranças dispersas entre estados e mesmo países, como é o caso dos Guarani, no Brasil. Esta diversidade no modo de viver e de construir alternativas inclui estratégias de vida comunitária na cidade e fora dela.⁷⁶ Essa diversidade não caracteriza quem tem mais ou menos direito como povos indígenas, e pode ser uma fonte de inspiração e diálogo na busca de soluções duradouras no fluxo migratório dos indígenas venezuelanos.

Neste horizonte, soluções duradouras culturalmente sensíveis devem atentar para a grande diversidade de estratégias desenvolvidas pelos povos e no interior deles. A busca de soluções precisa ser múltipla e gradualmente evoluir o modelo único de abrigo para uma política complexa. Precisamos considerar que hoje os próprios indígenas no fluxo migratório venezuelano poderão avaliar as políticas dirigidas a eles e elaborar alternativas em busca de soluções duradouras. Isso não é um detalhe menor na construção de políticas de acolhimento de povos indígenas neste fluxo.

Por último, o fluxo migratório dos indígenas é hoje uma excelente oportunidade para pensar em políticas para populações indígenas em contextos urbanos. Deve ser promovido o diálogo com as organizações indígenas nacionais, regionais e locais, assim como atores que atuam no campo indigenista brasileiro, especialmente a Funai, órgão indigenista ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o MPF. Todos esses atores conhecem a multiplicidade de experiências de povos indígenas no Brasil e podem contribuir neste processo a ser construído com os indígenas no fluxo migratório. As bases desse diálogo devem ser os direitos dos povos indígenas, os direitos de minorias étnicas e linguísticas, os direitos das migrações e os direitos humanos.

76 “Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), há ainda poucos dados sobre o número preciso de indígenas vivendo em contextos urbanos no mundo. O documento cita informações do Comitê sobre Eliminação da Discriminação Racial (Cerd), que indica que aproximadamente 40% da população indígena mundial vive em ambientes urbanos. Em relação à América Latina mais especificamente, com base em dados censitários de 2000, estima-se que há 30 milhões de indígenas na região, e entre eles, 12 milhões residindo em áreas urbanas.”

Agopyan, Kelly K. O indígena no contexto urbano: o caso de São Paulo. In: Paredes, Beatriz (coord.). *O mundo indígena na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2018, p. 493-518.



04

A CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES
DURADOURAS PARA POVOS INDÍGENAS
NO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO





4. A CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES DURADOURAS PARA POVOS INDÍGENAS NO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO

Como visto nos capítulos anteriores, o conceito de soluções duradouras encontrado na literatura sobre as migrações precisa ser submetido a um reexame crítico para ser ajustado ao contexto dos indígenas em movimento. Cada contexto levará à construção de uma solução, sempre com a participação das partes interessadas, principalmente os indígenas migrantes.

O recente fluxo migratório da República Bolivariana da Venezuela para o Brasil oferece farto material de análise e inúmeras possibilidades de caminhos a seguir. Neste capítulo, abordamos elementos-chave para uma resposta articulada de longo prazo que garanta os direitos dos migrantes e solicitantes de refúgio indígenas. Além disso, retomamos características determinantes dos três principais povos em deslocamento a fim de fazer algumas recomendações.

4.1 O desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo

A construção de políticas de médio e longo prazo para lidar com a migração indígena que chega da República Bolivariana da Venezuela ao Brasil passa por pelo menos quatro passos: (1) construção de uma arquitetura institucional adequada, (2) implementação no terreno da estrutura de governança, (3) ampliação do engajamento federativo e alinhamento das ações com as comunidades envolvidas e (4) estruturação e execução de um plano de ação.

Em relação à primeira medida, a construção de uma arquitetura institucional adequada para lidar com o tema, a resposta brasileira ao fluxo humano provocado pela crise na República Bolivariana da Venezuela tem sido saudada como uma boa prática no cenário internacional. A Operação Acolhida vem sendo amplamente reconhecida como uma operação humanitária de sucesso, em que a arquitetura de governança permite aos agentes públicos envolvidos na recepção dos venezuelanos agir de maneira rápida, segura e coordenada.

Conquanto a Funai exerça um papel de liderança no tema indígena, seu engajamento na acolhida aos venezuelanos ainda é tímido. Igualmente, atores-chave em outras searas de governo, como os ministérios da Educação, Saúde e Cidadania (assistência social), ainda têm dúvidas sobre como atuar, especialmente fora dos espaços institucionais onde a

Quais seus planos
para o futuro?

*Seguir estudando, me
formar e conhecer mais
cidades do Brasil.*

Pémon participante da
oficina em Pacaraima

Operação Acolhida se faz presente de maneira direta, coordenando ações de todos os atores federais no terreno.

É fundamental, nesse sentido, a criação e ampliação de estruturas de governança que permitam a esses atores, somando-se aos atores estaduais, municipais e da sociedade civil, intercambiar informações e boas práticas e tomar decisões coordenadas. A existência de estruturas já posicionadas no terreno que podem assumir protagonismo no tema, como é o caso da Operação Acolhida, indica que é possível produzir uma estrutura coordenada de resposta no curto prazo.

Quanto à segunda medida, a implementação no terreno da estrutura de governança e sua comunicação para as partes interessadas, o principal alicerce na acolhida aos indígenas migrantes no momento de fechamento deste estudo era a política de abrigamento. Assim, parece razoável apontar que os abrigos podem ser a base para a implementação de um programa mais amplo de assistência e integração social culturalmente sensível.

Bebendo de outras boas práticas brasileiras reconhecidas internacionalmente, como a criação do Centro de Referência e Atendimento ao Migrante de São Paulo (CRAI),⁷⁷ uma recomendação é instalar, nos abrigos, centros de referência que possam orientar os indígenas migrantes sobre seus direitos e obrigações no Brasil. Fortalecer os abrigos como estruturas centrais de informação e apoio, além de criar outros locais de atendimento com a mesma função de referenciamento, possivelmente vinculados aos equipamentos de assistência social já existentes (nos espaços mais adequados em cada arranjo local), auxiliará no processo de construção da narrativa do abrigamento como fase no processo de adaptação à vida no Brasil.



Como visto, os indígenas migrantes em geral não apresentam uma narrativa estruturada sobre suas expectativas de futuro e sobre sua estada atual nos abrigos, o que dificulta a atuação do poder público. A existência de centros de informação onde o “menu de opções” esteja disponível para essa população é um passo fundamental para garantir que suas decisões sejam tomadas com base em elementos corretos e com suficiente esclarecimento sobre os ônus e riscos envolvidos em cada escolha de vida.

Com uma arquitetura institucional bem desenhada e um agente de primeira resposta posicionado, o passo seguinte para a construção de soluções duradouras culturalmente adequadas para a população indígena é a ampliação do engajamento federativo e o alinhamento das ações com as comunidades envolvidas.

77 OIM. *Indicadores da governança migratória local: a cidade de São Paulo*. São Paulo, 2019.

No momento da redação dos primeiros estudos sobre a chegada dos indígenas venezuelanos ao Brasil, em 2017 e 2018, essa população se encontrava basicamente no estado de Roraima, com algumas ramificações familiares em outras partes da Região Norte. O levantamento realizado para este estudo, bem como os dados da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial (R4V), das Nações Unidas, demonstra que hoje a realidade é outra: os indígenas venezuelanos já se encontram distribuídos pelas cinco regiões do país, apesar de sua prevalente concentração no Norte, que é seu ponto de acesso ao país e local onde estão os abrigos emergenciais.

Cidades tão diversas quanto Teresina, no Piauí, Campo Grande, no Mato Grosso, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, já registram presença do povo Warao. A concentração na Região Norte se dá tanto nas grandes cidades, como Boa Vista e Manaus, quanto em cidades pequenas e médias do interior, como Santarém. Os principais polos econômicos do país também registram presença da população, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, já com grupos numerosos.



Claramente, uma solução duradoura passa pela articulação federativa com os inúmeros atores envolvidos. Como já referido, a consulta às populações indígenas é uma obrigação internacional assumida pelo Brasil, mas o processo de construção de uma solução duradoura culturalmente adequada com foco na coesão social deve levar em conta tanto as necessidades e os desejos dos migrantes quanto o contexto, as regras e as necessidades das comunidades de acolhida.

Ampliar o engajamento dos poderes públicos locais, estados e prefeituras, portanto, é fundamental para vocacionar as respostas e as políticas públicas aos contextos das áreas onde os migrantes viverão, seja de maneira definitiva, seja por um período durante seu deslocamento.

Finalmente, é fundamental estruturar e executar um plano de ação que contemple e articule tanto a resposta emergencial quanto as políticas públicas de médio e longo prazo. Para além do desafio de construir políticas de médio e longo prazo para essa população, é vital que essas políticas estejam articuladas com as políticas de emergência, facilitando uma gradual integração à sociedade brasileira que respeite os direitos dos indígenas e, ao mesmo tempo, garanta sua autonomia.

O Grupo de Trabalho sobre migrações indígenas da R4V, em coordenação com a Operação Acolhida, já esboçou um plano que aponta algumas saídas de médio e longo prazo. O grupo de trabalho é liderado pela OIM e pelo ACNUR e conta com mais de 40 organizações da sociedade civil e agências das Nações Unidas.

4.2 A necessidade de consulta livre, prévia e informada

Os princípios de uma consulta livre, prévia e informada impõem antes de tudo uma relação de respeito aos direitos dos povos indígenas migrantes e representam um mecanismo-chave para a construção de uma política pública capaz de embasar qualquer solução duradoura. A consulta prévia não depende da presença do órgão indigenista para ser levada em consideração. É aconselhado partir de uma aproximação junto às populações indígenas para conhecer como funcionam seus processos internos de tomada de decisão, sendo obrigação de todo ente, estatal ou não, assegurar que as informações sejam claras e possam ser discutidas internamente pelos membros de cada comunidade.

É necessária uma disponibilidade de tempo para esclarecimento de dúvidas e para discussão na própria língua, por exemplo. Assim, mais que um princípio, a consulta instaura uma relação diferenciada e de garantia de direitos. Não se trata de um protocolo formal de consulta, mas da produção de meios substantivos para a garantia de um direito que deve orientar as relações com os povos indígenas no Brasil.

Este processo, no entanto, vem sendo confundido com a indicação dos *aidamos*. Embora possa ser considerada uma boa prática, no sentido de adotar um termo na língua Warao, essa indicação não pode garantir, isoladamente, o princípio da consulta livre, prévia e informada. O próprio termo ganhou um significado muito contextualizado no processo de abrigamento experimentado até o momento no Brasil. Como vimos, hoje ele faz referência às lideranças, por vezes eleitas, por vezes indicadas, mas sobretudo solicitadas desde o início para se ter uma colaboração na gestão dos abrigos.

Desde o início vários indígenas, homens e mulheres, ocuparam este cargo dentro da experiência e da gestão de cada abrigo, tanto em Roraima como no Amazonas. Os trabalhos realizados pelos antropólogos do MPF sempre chamaram a atenção para o fato de que a figura do *aidamo* não traduzia uma forma de organização tradicional, mas, no contexto da migração, produzia interlocutores entre o povo e as autoridades locais, estatais ou não. Passados três anos de experiência de abrigo para populações indígenas, vemos que ocupar o cargo continua sendo uma referência, seja para o indivíduo que, chegando a outros espaços de abrigamento, declara ter sido *aidamo* em outro abrigo, seja para o grupo, que entendeu a necessidade de indicar os interlocutores solicitados pelos gestores dos abrigos.

O *aidamo* aponta para processos positivos de aproximação entre organismos brasileiros e povos indígenas, mas é preciso se nortear nos princípios da Convenção 169 da

Como foi sua educação?

Estudei até meus 14 anos.
Fui para Tucupita e logo
cheguei ao Brasil.

Warao participante da
oficina em Pacaraima

Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que os processos de consulta estejam aptos a embasar e garantir direitos desses povos. Por outro lado, a experiência dos *aidamos* pode ter criado importantes interlocutores para uma discussão ampliada sobre as experiências de abrigo hoje, sobre formas de alternativas, e ainda sobre avaliações positivas e negativas já vivenciadas por estes povos.

4.3 Características dos povos migrantes determinantes para o desenho das soluções

Antes de apresentar como algumas das ações planejadas se relacionam com os achados principais deste estudo, vamos retomar algumas conclusões sobre o perfil dos três principais grupos de indígenas migrantes identificados, bem de povos transfronteiriços, de modo que as recomendações possam ser contextualizadas em relação a cada grupo populacional.

4.3.1 Os Warao

Em estudos anteriores realizados sobre o povo Warao no Brasil, registraram-se informações sobre os impactos ambientais sofridos nos seus territórios originários, que ajudaram a compreender os processos de perda de autonomia e de recursos naturais ali sofridos.⁷⁸ Assim como expuseram os impactos na área de saúde das grandes perdas causadas pela cólera dos anos 1990, esses estudos apontaram as alternativas de migração interna vivenciadas pelos Warao na República Bolivariana da Venezuela, em grandes e médios centros urbanos, e como elas afetaram as vendas de seus artesanatos.

Desde as primeiras pesquisas, em 2017 e 2018, a crise econômica, traduzida em escassez de alimentos, dificuldade na comercialização dos artesanatos e problemas no acesso à saúde na República Bolivariana da Venezuela, foi relatada pelos Warao e pelos Eñepa como o principal motivo de sua vinda ao Brasil. Estes dados se confirmam na bibliografia mais recente produzida na República Bolivariana da Venezuela. Algumas dessas pesquisas, realizadas por autores venezuelanos, informam sobre um novo modelo de impacto: a violência urbana.⁷⁹

Quais seus planos
para o futuro?

Quero ser uma profissional.
Meu futuro é ser enfermeira.

Pémon participante da
oficina em Pacaraima

78 MPF. Procuradoria-Geral da República. Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise. Centro Nacional de Perícia. *Parecer técnico n. 1*. CRI do Pintolândia: apurar conflitos ocorridos aos 14/15 de abril de 2018 entre indígenas e militares. Boa Vista, 3 ago. 2018; MPF, *Parecer técnico n. 10/2017*, op. cit.; MPF, *Parecer técnico 208/2017*, op. cit.; MPF, *Parecer técnico n. 328/2018*, op. cit.; MPF, *Parecer técnico n. 2.193*, op. cit.; Simões, op. cit.; OIM, *Aspectos jurídicos...*, op. cit.

79 Briceño-León, Roberto; Perdomo, Gloria. Violence against indigenous children and adolescents in Venezuela. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, supl. 3, e00084718, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001505008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 mar. 2020.

Em artigo publicado em 2018 nos *Cadernos de Saúde Pública*, com base em estudos realizados com os Warao na República Bolivariana da Venezuela, registram-se dados preocupantes sobre questões relacionadas à saúde e à violência urbana, incluindo atividades ilegais e prostituição de jovens.⁸⁰ Verificou-se um índice alarmante da presença do tipo 2 do vírus HIV, com forte impacto na vida de jovens. Segundo a pesquisa, tal impacto chegou ao ponto de dificultar casamentos entre uma geração mais jovem, além de levar a um número expressivo de órfãos. Os dados corroboram a presença expressiva de crianças e adolescentes no fluxo migratório indígena, muitos desacompanhados de seus genitores.

Os Warao não são os únicos portadores deste tipo de vírus, cujos números também se mostram preocupantes entre os povos indígenas no Brasil. Desta forma, o impacto, em termos de orfandade e dificuldade de casamentos para uma geração, precisa ser levado em conta: a presença de jovens e crianças indígenas neste fluxo é um tema a ser destacado pela política de acolhimento.

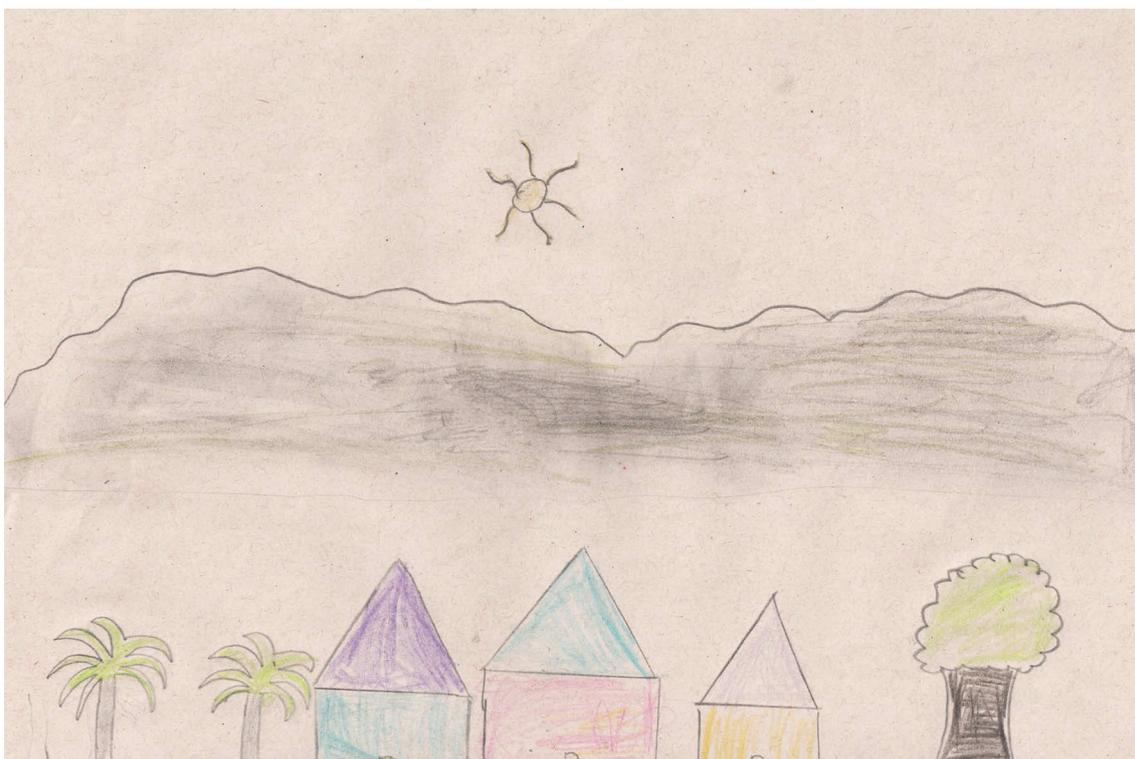
O estudo referido também descreve a violência em alguns centros urbanos e em regiões dominadas pelo comércio ilegal de derivados do petróleo, bem como de mercadorias por via marítima, drogas e minérios. Esta situação confirma o relato de um adulto Warao que se deslocou até Manaus em busca de proteção, ao encontro de seus parentes de Mariusa, após sofrer ameaças de morte. Estes dados são importantes para pensar que, em certas regiões do Delta, o retorno desta população não se vislumbra a curto prazo e que o próprio movimento pendular não é vivenciado da mesma forma entre todos os Waraos.

Se o custo do retorno hoje é mais caro, dificultando o movimento pendular, para alguns Waraos o retorno nem sequer está no horizonte, seja pelas ameaças sofridas, seja pelo próprio sentimento de insegurança. E isso também pode nos ajudar a entender o investimento, por parte dos Warao, no distanciamento das fronteiras entre os dois países. Tudo indica que promover o diálogo com eles, conhecer suas diferenças internas e seus projetos diferenciados é fundamental, pois trata-se de componentes importantes na construção de soluções duradouras para cada caso.

Outro aspecto importante é que o próprio movimento migratório produz relações e contradições internas que impactam as estratégias das famílias no fluxo migratório. As acusações de feitiçaria e as interpretações de diagnósticos de doenças e mortes são discutidas entre os familiares no Brasil e na República Bolivariana da Venezuela. Caso se confirme o diagnóstico de feitiçaria, o retorno à República Bolivariana da Venezuela e o abandono de abrigos ou de outros lugares de moradia podem ser reproduzidos independentemente das políticas de acolhida. A suspeita (fundamentada ou não) de que pessoas estejam tendo acesso diferenciado a benefícios pode ser um estopim de

80 Ibid.

conflitos. Pelo que pudemos acompanhar, muitas vezes este tema não aparece para os gestores dos abrigos, mas é o motivo, conforme nos explicaram algumas famílias, de seus deslocamentos internos no Brasil. Estas dinâmicas internas precisam de atenção, não no sentido de coibi-las, mas de ter clareza na gestão dos recursos materiais e imateriais e das oportunidades de trabalho para alguns profissionais Waraos, no interior ou na cidade onde se encontram junto das organizações de apoio.



Desenho de criança Pemón retratando sua terra natal.

4.3.2 Os Pemón/Taurepang

O caso dos Pemón, como já apresentado, envolveu conflitos armados e mortes em suas aldeias na República Bolivariana da Venezuela. Estas feridas precisarão de muito tempo para ser sanadas. Todos os Pemón que chegaram no fluxo migratório têm parentes que continuam na República Bolivariana da Venezuela. As pessoas ainda têm necessidade de falar sobre o ocorrido, e pode ser preciso criar espaços protegidos para isso. A presença desta população em Terras Indígenas no Brasil coloca, ainda, o desafio de envolver as organizações indígenas e suas formas de gestão destes territórios, que não se confundem com outras autoridades do Estado.

Por outro lado, se estas organizações forem deixadas de lado, isso poderá acarretar novos conflitos envolvendo os atores locais, que não se resumem aos líderes das aldeias, mesmo sendo estes atores importantes. Há modelos de organização local onde cada

líder da aldeia se insere num contexto maior da organização sociocultural e da gestão territorial presente nas diversas Terras Indígenas brasileiras.

O não envolvimento dos atores e das autoridades locais deste povo pode se sobrepor a outros conflitos e prejudicar a construção de ações humanitárias presentes nas terras indígenas, em particular na TISM. A forte acolhida, registrada num primeiro momento, não pode ser entendida como algo dado ou permanente, pois é recomendado garantir e reforçar o envolvimento das organizações indígenas com os demais atores locais nas ações humanitárias a ser desenvolvidas, lembrando que os próprios indígenas possuem fóruns (organizações e associações, estruturas e redes territoriais descentralizadas e/ou coordenadas em níveis locais e regionais) e líderes por aldeias (*tuxauas*) que podem ser acionados pela ação humanitária.

4.3.3 Os Eñepa

Os Eñepa, grupo ainda minoritário no fluxo indígena venezuelano, já tinha relação com os Warao na República Bolivariana da Venezuela devido à situação de rua, fora da região do Delta, mas ainda é necessário aprofundar o entendimento dessa relação. Não há registro de casamentos entre eles, porém, observam-se relações muito distintas.

Em Boa Vista, o acolhimento dos Eñepa no abrigo de Pintolândia não foi algo decidido por eles. Aconteceu no momento em que o abrigo se tornou exclusivo para indígenas no final de 2017, com a retirada dos não indígenas. Naquele momento, o abrigo de Pintolândia passou a receber os Eñepa e outros Warao, que estavam em situação de rua com os demais Warao que já se encontravam no abrigo. Mais recentemente na ocupação urbana, em Boa Vista, registra-se a convivência entre indígenas e não indígenas venezuelanos.

Os Eñepa parecem ter reunido no Brasil uma parentela de cerca de 100 pessoas, sendo que alguns deles estão em Boa Vista desde 2017. Eles não falam em retorno para seu território tradicional, mas na necessidade de vender artesanatos. Queixam-se de estar sempre em pontos desfavoráveis nos abrigos, como os pontos de alagamento, indicando que o fato de serem minoritários muitas vezes os torna invisíveis. É importante lembrar que eles possuem, igualmente, língua materna, costumes e cultura próprios, e precisam ser escutados e envolvidos nas decisões para a construção de alternativas e soluções duradouras.

4.3.4 Povos transfronteiriços

A Lei de Migração trouxe para o debate o tema dos povos indígenas transfronteiriços, o que não se aplica aos Warao e aos Eñepa, mas se relaciona aos Pemón, por exemplo.⁸¹

81 Brasil. Presidência da República. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

Segundo a lei, esta situação passa a ser vista como algo a ser regulado. A lei colocou em evidência esta categoria, de modo que será necessário acompanhar o debate e as garantias de direitos aos povos indígenas em situação de migração.

O caso dos Pemón, mais ainda que o dos Warao ou dos Eñepa, mostra que as fronteiras nacionais, com destaque na Região Norte, são muitas vezes referidas como espaços vazios ou “fronteiras verdes” – trata-se, na verdade, de espaços habitados por populações indígenas, o que impõe aos Estados nacionais uma responsabilidade maior no campo dos direitos humanos.

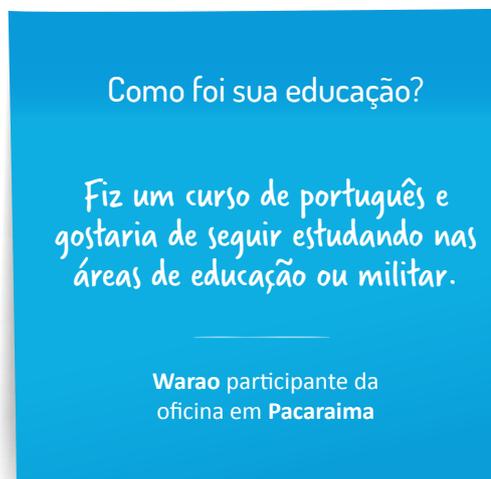
A categoria dos povos transfronteiriços busca descrever uma realidade histórica não excludente em relação à circulação dos povos indígenas entre Estados nacionais. O princípio por trás dessa categoria é evidenciar a presença de populações indígenas, com uma organização social que produz parentesco e relações de reciprocidade, que precisam ser respeitadas pelos Estados nacionais.

Longe de uma ótica de securitização, os marcos internacionais sobre os direitos destas populações reconhecem a importância de respeitar a circulação de pessoas, regulada por relações sociais e culturais próprias, como as de parentesco, que em nada ferem a soberania de cada Estado nacional. Ao contrário, tais marcos lhes conferem responsabilidades e compromissos com os direitos destes povos, especialmente pelo reconhecimento de que viviam ali antes mesmo de o Estado Nação se tornar uma realidade.

Essa relação de respeito marca os avanços do direito internacional e de várias legislações nacionais na América Latina. Nesta linha, afirma o artigo 32 da Convenção 169 OIT:

Os governos deverão adotar medidas apropriadas, inclusive mediante acordos internacionais, para facilitar os contatos e a cooperação entre povos indígenas e tribais através das fronteiras, inclusive as atividades nas áreas econômica, social, cultural, espiritual e do meio ambiente.⁸²

Apesar deste avanço, ainda se faz necessário o diálogo com autoridades nacionais para uma compreensão mais próxima dos dados históricos e das experiências registradas nas fronteiras nacionais para que elas sejam um lugar de trocas e de proteção para as populações mais vulneráveis.



82 Brasil. Presidência da República. Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. *Diário Oficial da União*, 24 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

Assim, há no Brasil hoje três povos indígenas oriundos da República Bolivariana da Venezuela, com suas línguas e modos de vida diferenciados, Warao, Eñepa e Pemón, além de pessoas de outros povos em situação marital, como foi registrado pelo casamento de Waraos com Karinas. Importa registrar, ainda, que entre os Yanomami e Ye'kuana, povos transfronteiriços, já se registra a presença de famílias oriundas da República Bolivariana da Venezuela vivendo com parentes no Brasil.

Nesta diversidade de povos, os indígenas migrantes em território brasileiro experimentam a vida em Terras Indígenas e em centros urbanos, em situação de rua, abrigos e moradias alugadas. Portanto, o tema do acolhimento e da necessidade de diversificá-lo enquanto política pública é importante seja do ponto de vista humanitário, seja do ponto de vista da proteção e, sobretudo, dos direitos dessas populações.

4.4 As recomendações já existentes

A construção de toda política de acolhimento dos povos indígenas presentes até o momento no fluxo migratório venezuelano requer uma atenção especial no que diz respeito às suas formas de vida, aos processos internos de decisões, sua organização social, suas línguas e sua autonomia. Requer, ainda, diálogos que possam informá-los, mediar suas escolhas e proporcionar sua participação na construção de políticas públicas. Não se trata de construir de fora um protocolo de consulta, mas de pautar-se pelos princípios de uma consulta livre, prévia e informada, com o objetivo de contribuir para que tenham seus processos de consulta construídos e respeitados.

Aos povos indígenas, não é recomendado propor soluções individuais ou por famílias nucleares, pois isso não corresponde a suas formas de organização social e obrigações sociais. Do contrário, as soluções duradouras estarão comprometidas, podendo inclusive gerar conflitos de outra ordem, como as acusações de feitiçaria. A clareza, as informações socializadas, um diálogo construtivo, o respeito ao tempo necessário das discussões internas são ferramentas de trabalho importantes com esta população.

O enfoque de toda acolhida é o direito, no caso, os direitos dos povos indígenas: construídos para a população indígena, independentemente de onde estejam, eles estão abarcados na legislação nacional e internacional:

De modo geral, os indígenas migrantes têm direitos de três naturezas:

Direitos universais: aqueles que possuem porque são direitos humanos reconhecidos, na legislação brasileira ou em documentos internacionais;

Direitos como migrantes: aqueles que são garantidos a todos os migrantes no Brasil, pelo direito doméstico ou internacional;

Direitos como indígenas: aqueles que são garantidos a todos os indígenas no Brasil, pelo direito doméstico ou internacional.⁸³

83 OIM, *Aspectos jurídicos...*, op. cit., p. 128.

Estes direitos se tornam ainda mais necessários em situações que colocam estes povos, em todo ou parte, em situação de vulnerabilidade. O ideal seria a presença e o envolvimento do órgão indigenista neste processo, devido a sua *expertise* na relação entre Estado e povos indígenas em campos como educação, saúde, projetos sociais e políticas públicas sociais. Contudo, os direitos destes povos independem da presença ou não de uma agência do Estado: os povos são em si portadores de direitos. É responsabilidade do Estado brasileiro como um todo proteger esses povos.

Com base nestas premissas e nos resultados da pesquisa realizada em campo com os Warao, Eñepa e Pemón, discorreremos sobre as 35 recomendações feitas na publicação *Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil*, produzida pela OIM em 2018. Este trabalho não é exaustivo, mas pode ser um exercício profícuo na avaliação de mudanças e continuidades de desafios, e sobretudo de soluções que possam ser implementadas ou melhoradas nas políticas públicas para populações indígenas. As recomendações, divididas em sete itens – reconhecimento da condição de indígena e proteção; aspectos institucionais e de governança; documentação; acolhimento; processos educativos; saúde; e assistência social –, são rerepresentadas a seguir:

RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO

1. O local de presença de indígenas migrantes, seja em contexto urbano, rural ou tradicional, não retira ou altera seu direito à identidade, ao exercício de seus modos coletivos de vida ou a seus modos de organização e práticas culturais.
2. O Estado brasileiro deve garantir orientação e coordenação indigenista e de assuntos migratórios para a melhor atenção aos migrantes indígenas, respeitando suas especificidades.
3. É salutar o protagonismo da Funai na coordenação das ações a serem implementadas com atenção às especificidades indígenas, tanto articulando os órgãos responsáveis nas três esferas federativas pela implementação de políticas sociais e migratórias como orientando o governo federal na temática indigenista e executando ações de assessoria e monitoramento aos povos indígenas e ao Estado brasileiro no tema, inclusive de modo a garantir a não discriminação e uma cultura de paz na sociedade brasileira com relação aos indígenas migrantes.
4. O Estado deve atuar proativamente para proteger a vida, as línguas e os modos de vida dos migrantes indígenas. Para tanto, são necessários arranjos institucionais e normatização de orientações que atendam a padrões internacionais de direitos humanos, além da definição de um plano de ação com recursos orçamentários para sua implementação por meio da Funai.

5. Os povos indígenas migrantes e aqueles povos indígenas interessados ou afetados pelas políticas de acolhimento dos indígenas migrantes devem ser consultados nos termos da Convenção 169 da OIT.

6. Os atores públicos que lidam com o fluxo migratório indígena devem, com o apoio de uma ação indigenista, identificar fatores e potencialidades de resiliência associados a situações de vulnerabilidades para povos indígenas migrantes, adotando uma abordagem holística que considere seus modos de vida coletivos tanto na República Bolivariana da Venezuela como no processo de migração.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

7. Na regulamentação do artigo 120 da Lei de Migração, nº 13.445/2017, que se refere à criação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, deve ser tomada em conta a questão da migração indígena e, em especial, a demanda por coordenação federativa que tal fluxo migratório apresenta.

8. A administração pública, especialmente o governo federal, deve ter em conta o especial dinamismo social relacionado ao contexto das fronteiras, estabelecendo mecanismos que permitam, quando necessário, flexibilizar e realocar orçamento para o replanejamento e a efetivação das políticas públicas de modo célere quando da chegada de contingentes populacionais.

9. É fundamental garantir espaços de interlocução e engajamento de todos os entes federados envolvidos na gestão do fluxo migratório para uma orientação de atuação indigenista adequada.

10. O governo federal, em diálogo com estados e municípios e consultando o órgão indigenista (Funai), deve esclarecer competências e diretrizes de atuação para e entre os entes federativos, considerando que o tema da migração e o tema indigenista são de competência federal mas que as políticas públicas consequentes são de execução, pelo menos com a coparticipação, de municípios e estados federados.

11. Elaborar um plano de ação geral para a atenção ao fluxo migratório e protocolos de ações específicos para a atenção aos migrantes indígenas, com destinação de recursos federais adicionais para a ação estatal indigenista.

12. Garantir a participação da Funai nos mecanismos de planejamento e governança de ações federais sobre o tema das migrações.

13. Garantir a efetivação do direito de consulta e consentimento livre, prévio e informado para povos indígenas migrantes e escutas diferenciadas para incorporar entendimentos e preocupações das mulheres indígenas migrantes.

DOCUMENTAÇÃO

14. Os indígenas nascidos no Brasil têm o direito de ter uma nacionalidade e, portanto, de ser registrados e obter em cartório sua certidão de nascimento, como todo filho de imigrante nascido no Brasil.

15. O acolhimento humanitário pode ser um canal eficiente para a regularização dos indígenas migrantes, especialmente considerando-se a necessidade de flexibilização da exigência de comprovação de filiação, que não consta dos documentos apresentados pelos indígenas vindos da República Bolivariana da Venezuela.

16. Os atos conjuntos dos ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores e Trabalho que versarem sobre os procedimentos para a regularização documental de migrantes devem considerar a necessidade de uma ação estatal para o acesso à documentação básica necessária, que leve em consideração sua identidade indígena.

17. O Estado deve adotar medidas diferenciadas para lidar com a ausência de documentação entre os indígenas migrantes, de modo a não penalizar ou criminalizar indígenas que não tenham sido satisfatoriamente documentados nos países de origem do fluxo migratório.

ACOLHIMENTO

18. É necessário melhorar a disponibilidade de informações sobre perigos e cuidados relacionados ao fluxo migratório, ao contexto político e social no qual os migrantes se inserem ao chegar ao Brasil e ao contexto urbano de cidades médias, como Boa Vista.

19. A melhoria da atenção aos indígenas migrantes, especialmente às mulheres, crianças e adolescentes, depende de um maior engajamento indigenista para orientar tanto as ações de assistência social como as de fortalecimento dos mecanismos internos de controle e proteção social dos próprios indígenas no atual contexto de acolhimento, abrigamento e migração em que se encontram.

20. O estabelecimento de um sistema de ouvidoria e de assistência na defesa dos direitos dos indígenas em casos de violências e violações pode ser um passo relevante no processo de empoderamento e fortalecimento das relações comunitárias dos grupos e povos indígenas no contexto de acolhimento migratório.

21. A atual política de acolhimento institucional deve ser entendida como medida temporária, desenvolvida concomitantemente com o planejamento e a execução de políticas de longo prazo que respeitem a autodeterminação, a organização social e a consulta dos povos indígenas migrantes.

22. Na discussão de regras ou regimento interno dos abrigos e do acolhimento de maneira geral, deve ser incluída a participação dos indígenas, esclarecendo e

trabalhando com os povos, os grupos e as famílias indígenas a natureza emergencial e temporária das estruturas, quando este for o caso.

23. Construir participativamente soluções que garantam, no longo prazo, o direito à moradia adequada para povos indígenas migrantes, considerando inclusive soluções de caráter coletivo, respeitando seus modos de vida e organização social.

24. Como solução de curto prazo, devem ser previstas ações que façam dos abrigos centros de referência, com equipes que orientem os migrantes sobre os hábitos locais e ofereçam dicas de como se relacionar, obter documentos, buscar escolas ou receber aulas de português, visando à melhor autonomia e integração.

25. Como solução de médio e longo prazo, os governos federal e estadual devem consultar os povos indígenas e oferecer políticas diferenciadas de moradias coletivas nos âmbitos rural e urbano, com um trabalho indigenista de apoio para a garantia da sustentabilidade e autonomia dos povos indígenas migrantes. O Estado deve privilegiar a interlocução especializada e direta com os indígenas migrantes.

26. A definição de moradias coletivas indígenas em âmbito urbano e a constituição de áreas rurais reservadas para a garantia da sobrevivência física e cultural de grupos ou povos indígenas não se confunde com a demarcação de terras tradicionais de povos indígenas originários em território nacional, mas atende ao direito de moradia adequada com as especificidades que devem ser garantidas aos povos indígenas.

PROCESSOS EDUCATIVOS

27. Como solução de curto prazo, conjuntamente com a política de acolhimento, devem ser desenvolvidos projetos de educação comunitária, valorizando o conhecimento e a experiência dos próprios educadores indígenas, dos jovens e anciões, tendo por objetivo garantir espaços autônomos de fortalecimento das línguas e culturas dos indígenas migrantes no contexto brasileiro.

28. Levar informações e consulta, mediante a oferta de alternativas adequadas nos termos da legislação existente, para a busca de soluções de médio e longo prazo no que se refere à inserção dos indígenas migrantes no sistema formal de educação, considerando-se o direito a educação bilíngue, diferenciada e específica.

29. O governo federal, em consulta com os povos indígenas, deve garantir o devido acompanhamento, pela Funai e Secadi/MEC, das ações no campo da educação para povos indígenas migrantes de modo a contribuir com as políticas de médio e longo prazo de fluxo migratório, especialmente no que se refere à imposição de fixação territorial e a situações de discriminação e racismo.⁸⁴

30. A Funai deve promover processos de intercâmbio entre os imigrantes indígenas vindos da República Bolivariana da Venezuela e os demais povos indígenas no Brasil.

84 A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) foi extinta por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019.

SAÚDE

31. Garantir mecanismos e arranjos federativos para o atendimento diferenciado de saúde para indígenas migrantes, mesmo em contexto urbano, em igualdade de condições com os indígenas nascidos no Brasil.

32. Garantir a orientação indigenista da Sesai/MS para o atendimento à saúde dos indígenas migrantes, em igualdade de condições com os indígenas nascidos no Brasil.

33. Funai e MPF devem oferecer orientação indigenista na rede estadual e municipal de assistência social para o atendimento adequado e específico aos indígenas migrantes, compreendendo e fazendo compreender a noção de risco social a partir de um olhar intercultural.

34. A Rede de Assistência Social deve observar o funcionamento do Cadastro Único do governo federal e superar obstáculos de acesso ao sistema de assistência social por migrantes indígenas.

35. A Rede de Assistência Social, com a Funai e o MDS, deve efetuar processos de diálogo, informação e consulta sobre os serviços e benefícios dos programas de assistência social disponíveis aos migrantes indígenas.⁸⁵

Passados três anos de atuação do Estado brasileiro, da sociedade civil e de organizações internacionais, aprofundamos aqui mais três temas que se relacionam com a construção de soluções duradouras culturalmente adequadas: a participação indígena, as questões de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas indígenas, e o direito à cidade de populações indígenas em contexto urbano. Os três temas estão relacionados aos direitos, mas igualmente à preocupação de proteger esses povos diante de situações de grande vulnerabilidade.

4.5 A participação indígena na construção das soluções duradouras

Soluções duradouras para povos indígenas implica necessariamente o respeito a suas culturas, suas línguas, suas formas de cuidados, sua alimentação, seus resguardos. Em uma situação adversa, em um país estrangeiro, os indígenas buscam manter suas relações sociais, recriam suas reuniões familiares, valorizam poder fazer a própria comida. Toda política pública deve visar contribuir neste processo de construção de solução duradoura, ou seja, possibilitar que os indígenas sigam sendo quem são, com suas crenças e suas línguas, e podendo fazer escolhas informadas nesse novo contexto, conhecendo seus direitos e deveres no novo território.

85 O MDS deixou de ser um ministério. A pasta passou a integrar o Ministério da Cidadania.

Esta pesquisa mostrou que os povos indígenas, mesmo em situações adversas, continuam tendo agência. O caso do abrigo de Tarumã ainda é o melhor exemplo disso, mantendo-

Quais seus planos
para o futuro?

Quero universidade, além de
um abrigo, porque quero ser
um profissional.

Warao participante da
oficina em Pacaraima

se como referência para os Warao oriundos da região de Mariusa. É importante repetir que a presença majoritária de pessoas oriundas da região de Mariusa no mesmo abrigo não resultou de uma política pública deliberada, mas da agência indígena na tentativa de encontrar um melhor acolhimento, incluindo a prevenção de conflitos e acusações de feitiçaria. Isso indica, ainda, a relevância de uma interlocução eficaz com essas populações na busca de soluções duradouras culturalmente adequadas. Conhecer as leis e políticas brasileiras é fundamental nesse sentido, daí a importância de haver mecanismos de

referência, idealmente junto das estruturas de acolhida e abrigamento.

Hoje, diferente de 2018, há uma grande dispersão da população indígena migrante pelo território brasileiro, o que coloca em xeque as políticas para sua proteção. Os próprios indígenas migrantes se atribuem a experiência de *aidamos* em abrigos por onde passaram anteriormente como uma vivência única no Brasil. Muitos deles conheceram de perto mais de um abrigo e poderão trabalhar na busca de soluções múltiplas e diferenciadas para esta população.

4.6 As questões de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas indígenas

Existe muita demanda nos abrigos por trabalhos de cuidado e trabalhos domésticos. Os abrigos oferecem em geral poucas atividades para os homens. Mesmo quando em situação de rua, são eles que cuidam da alimentação e dos menores que ficam com eles. Por outro lado, as atividades dos abrigos, como cozinhar, lavar roupas, cuidar da família (crianças, idosos, doentes), geralmente sobrecarregam as mulheres, o que acaba por expor os homens a um julgamento moralizante de serem ociosos aos olhares do público externo. Tal situação pode contribuir para violência e alcoolismo, entre outros problemas.

Ao lado da questão das relações de gênero, há a necessidade de espaços de escuta das mulheres sobre esta experiência migratória e o trabalho nas ruas pedindo doações. É preciso dialogar com elas, conhecer mais de perto esta realidade. Em geral, este é um tema combatido do ponto de vista do risco ou da moral, o que não contribui para que tenhamos mais informações sobre esta realidade.

O trabalho das mulheres na rua pedindo doações é uma realidade rechaçada desde a chegada dos Warao ao Brasil; do ponto de vista dos Warao, porém, parece ser considerado um trabalho digno e de fonte relativamente segura. Para aprofundar essa temática,

é preciso pensar formas de diálogo e acompanhamento das mulheres. É necessário orientá-las sobre segurança e riscos, mas estes riscos precisam ser também indicados por elas. As ações de contenção legal, que visam ao bem-estar das crianças, devem levar em conta o ônus de uma eventual separação delas e seus pais. Em especial, tais ações devem ser precedidas de campanhas de informação sobre os direitos e as obrigações vigentes no Brasil e os riscos associados com a exposição das crianças.

Apesar de essa situação ser frequente nas cidades brasileiras, temos poucos dados sobre ela que não sejam as intervenções dos conselhos tutelares, as ameaças ou retiradas de crianças dos seus responsáveis, ou ainda regras de abrigo que busquem coibir esta prática. Por se manter no tempo e se reproduzir em tantas cidades, ela precisa ser mais conhecida, e este tema, mais dialogado com as próprias mulheres indígenas. Ainda, demanda-se forte articulação federativa, uma vez que ações de contenção legal em um dado local podem ensejar o deslocamento da população para outro, que ela julgue menos rigoroso. Esse processo é danoso para os direitos das crianças e, também, para a comunidade, na medida em que a questão não se resolve, mas apenas de desloca, demandando constante ação reativa do poder público.

Outro tema a ser enfrentado é o da violência, muitas vezes relacionado ao alcoolismo. O alcoolismo é registrado em vários relatos, sobretudo dos gestores dos abrigos, mas em geral tratado como motivo de exclusão ou expulsão destes espaços. É urgente que o uso abusivo de álcool e outras drogas seja visto como uma questão de saúde pública diretamente relacionada com características culturais e sociais, e não apenas algo a ser reprimido. É necessário incluir o tema tanto no trabalho feito com as mulheres como nas ações de prevenção e combate das equipes especializadas. Nesse sentido, o cuidado da saúde dos povos indígenas precisa integrar a saúde mental e o uso abusivo de substâncias. Experiências positivas existem no Brasil e precisam ser conhecidas pelos gestores dos abrigos, pela assistência social e pelos demais atores envolvidos no trabalho com essa população. Tal cuidado e assistência devem ser incorporados nas soluções duradouras e na criação de novos espaços de acolhimento.

Ainda no campo de gênero e violência, há o tema da violência sexual, denunciado muitas vezes em abrigos com população não indígena e indígena. Como vimos, a presença importante de migrantes e refugiados com menos de 18 anos é uma realidade neste fluxo e relaciona-se com vários problemas, desde a falta de atividades escolares e de lazer até o uso de álcool e a própria superlotação dos espaços de abrigo. Na literatura sobre os Warao, violência ou abuso sexual é tido como um crime grave, e não deve ser naturalizado como problema de cultura.⁸⁶

86 Bello, Luis Jesus (ed.). *El Estado ante la sociedad multiétnica y pluricultural: políticas públicas y derechos de los pueblos indígenas en Venezuela (1999-2010)*. Caracas: IWGIA, 2011. Serie Derechos Indígenas.

4.7 O direito à cidade das populações indígenas

Em geral, os Warao preferem ocupar espaços urbanos, tema que merece atenção especial. Calcula-se que no mundo haja cerca de 5.000 povos indígenas, com cerca de 370 milhões de pessoas.⁸⁷ Segundo os dados do censo demográfico de 2010, no Brasil existem 305 povos indígenas e 817.963 pessoas se declararam indígenas. Desse total, 502.783 (61,5%) encontram-se na zona rural e 315.180 (38,5%) habitam os centros urbanos, dado contrastante com a distribuição da população geral, 84% da qual vive em espaços urbanos, e apenas 16% na área rural.

Na espera dos dados do próximo censo, previsto para 2021, podemos estimar que a população indígena total passe de 1 milhão, com cerca de 400.000 nas cidades, o que demonstra a importante presença de povos indígenas nos centros urbanos brasileiros. Embora a política de proteção e saúde se estruture com um olhar focado em Terras Indígenas, demarcadas e/ou homologadas, toda política para os povos indígenas precisa levar em conta estes números e o fato de que eles podem flutuar, pois boa parte dos jovens provenientes de Terras Indígenas estuda, no ensino médio ou universitário, em centros urbanos; outros povos circulam por centros urbanos, para comercialização de seus artesanatos ou trabalhos sazonais; outros ainda vivem mais estavelmente em centros urbanos, como é o caso dos Pankararu, em São Paulo; ou ainda ocupam espaços considerados sagrados por diferentes povos indígenas, como é o caso, em Brasília, do Santuário dos Pajés, localizado no setor Noroeste da capital federal. Assim, a realidade dos Warao e dos Eñepa não está tão longe daquela dos demais povos indígenas no Brasil.

Os dados têm revelado o quanto as políticas públicas para povos indígenas estão ausentes nos espaços urbanos do ponto de vista da moradia, da educação e da saúde. De certa forma, a questão coloca luz para um problema mais nacional do que ligado à migração internacional. Neste sentido, este tema pode ser visto como oportunidade para abrir um debate sobre os direitos desta população nos espaços urbanos e a necessidade de políticas públicas mais amplas e diversificadas do ponto de vista da diversidade da população urbana no Brasil. Isso passa pelos serviços de saúde, documentação, assessoria jurídica, educação e assistência social, que requerem uma formação especializada no tema da diversidade sociocultural e linguística da população. Se estes serviços fossem uma realidade no Brasil, a presença de indígenas no fluxo migratório poderia causar menos estranhamento.

Os espaços urbanos não devem ser vistos como espaços de perda cultural, e sim como novas possibilidades e estratégias de tantos povos que perderam suas terras e vieram de outros lugares em busca de trabalho, como os indígenas oriundos da República Bolivariana da Venezuela no fluxo migratório. Contudo, isso não exige os Warao ou os

87 Verдум, Ricardo et al. *Silenced genocides: Brazil* IWGIA report 27. São Paulo: IWGIA/GAPK, 2019. Disponível em: https://www.iwgia.org/images/publications/new-publications/IWGIA_report_27_Silenced_Genocides_Brazil_2019.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020.

Eñepa de riscos que possam encontrar em espaços sociais urbanos, mas degradados do ponto de vista de infraestrutura e segurança, incluindo aqui situações de racismo e/ou xenofobia.

Muitos Warao percebem a cidade como espaço ampliado de oportunidades. Neste sentido, o trabalho a ser realizado com eles continua sendo o de diálogo e provimento de informações necessárias à sua tomada de decisão. Alguns dos abrigos hoje colocam os indígenas em locais afastados dos centros urbanos e conhecidos como áreas de conflito e carência de equipamentos sociais. Deste ponto de vista, uma orientação importante é a escolha de locais que possam acolher os indígenas e onde, ao mesmo tempo, possa ser feito um trabalho social no entorno para proteger a população abrigada. As pessoas oriundas de outros países podem não conhecer estes espaços no Brasil, não os identificar de imediato, mas os gestores os conhecem, por isso é necessário um esforço coletivo para não agravar ainda mais a situação de vulnerabilidade desses migrantes.

4.8 Notas finais

Alguns temas-chave emergiram no processo de escuta promovido por esta pesquisa, que trazem acréscimos aos achados de estudos recentemente elaborados por técnicos do estado e organismos internacionais, acadêmicos e organizações sociais.

O monitoramento sobre o número de indígenas e as etnias presentes no fluxo migratório proveniente da República Bolivariana da Venezuela é importante para formular políticas públicas baseadas em evidências. Fora os números de indígenas abrigados, temos estimativas ainda não confiáveis sobre a presença desta população no Brasil. Essa lacuna pode ser sinalizada aos agentes do Estado e da sociedade civil que atuam com a documentação dos migrantes de forma geral para que o item étnico apareça nos formulários na forma de autodeclaração.

Sobre os perfis profissionais dessa população, é necessário conhecer e registrar as qualificações dos indígenas no interior dos abrigos. Ela pode ser útil na formulação de políticas de acolhimento. As oportunidades de trabalho remunerado precisam ser dialogadas com os abrigados, para evitar conflitos internos. Formas de trabalho remunerado que incluam indígenas nos abrigos são bem-vindas e necessitam ser esclarecidas aos abrigados.

Em Roraima, nos últimos anos, o CIR⁸⁸ e a Associação Indígena da TISM⁸⁹ tiveram relação de proximidade com o movimento migratório indígena. Os Pemón, povo transfronteiriço, foram acolhidos em comunidades dentro da TISM, onde, como dissemos, existem relações de parentesco, língua comum e afinidades religiosas, como a adesão à religião Adventista do Sétimo Dia, presente tanto no Brasil como na República Bolivariana da Venezuela.

Já em relação aos Warao, a crise no país de origem, ou ainda o racismo na sociedade local contra os indígenas, fazem permanecer uma distância diplomática, com convites para lideranças Waraos para reuniões da coordenação ou assembleias anuais de organizações indígenas. Nesse quesito, o que os diferencia dos Pemón são relações compartilhadas ao longo de séculos, nas quais se construiu a circulação de pessoas na região das fronteiras internacionais.

Os representantes do CIR e da Associação Indígena da TISM informaram que há presença de não indígenas em Terras Indígenas trabalhando como diaristas e, em seguida, indo para Boa Vista. De modo que não há nada que indique a abertura de acolhimento nas comunidades aos migrantes indígenas sem relações sociais históricas na região.

No entanto, como foi destacado na pesquisa da OIM de 2018, é importante envolver as organizações indígenas na formulação das políticas de acolhimento, o que não se confunde com reuniões com as lideranças locais das aldeias que receberam os Pemón. Cada organização possui seus fóruns ampliados de decisão. Isso é importante para pensar soluções duradouras junto daqueles que necessitarão permanecer por tempo indeterminado no país devido aos conflitos armados vividos em seus territórios tradicionais na República Bolivariana da Venezuela.

Sobre a educação, projetos como o de prosseguir os estudos no Brasil e revalidar diplomas aparecem como demandas concretas tanto dos Warao como dos Pemón. É importante que essa informação esteja disponível nos abrigos para esclarecer as possibilidades de revalidação de diplomas e ter um dado preciso dos profissionais indígenas.

88 “A área de atuação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) abrange as 35 terras indígenas de Roraima, com uma extensão de mais de 10 milhões de hectares, uma população de 58.000 indígenas e 465 comunidades em todo o estado de Roraima, das etnias Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Sapará, Taurepang, Wai-Wai, Yanomami e Yekuana, agindo diretamente ou em parceria com outras organizações indígenas. A atuação direta do CIR se desenvolve através dos conselhos regionais que formam sua base de atuação, envolvendo nove conselhos nas etnorregiões das Serras, Surumu, Baixo Cotingo, Raposa, Amajari, Wai Wai Tabai, Serra da Lua e Murupu, e uma população em torno de 30.000 habitantes distribuídos em 242 comunidades indígenas filiadas.” Já a TI Raposa Serra do Sol, que tem parte de seus limites com a TISM, foi homologada em 2009, por decisão do STF.

Conselho Indígena de Roraima (CIR). *Sobre o CIR*. Disponível em: <http://cir.org.br/sobre-o-cir/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

89 Parte importante da TISM fica na fronteira com a Venezuela, como indica seu decreto de homologação, Decreto n. 312, de 29 de outubro de 1991. Ha outras organizações indígenas presentes nesta TI, algumas das quais se declaram contra a migração venezuelana. Não fizemos contato com elas nesta pesquisa.

O direito a uma educação bilíngue e de qualidade, pensada para os povos indígenas no Brasil, precisa ser garantido também aos povos em situação de migração internacional. Para os Pemón, isto pode ser pensado em termos de apoio à ampliação das escolas, de diálogos com a Secretaria de Educação estadual e municipal, e de conversas com a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR), para a construção de políticas duradouras.

Já para os Warao e Eñepa, isso requer um diálogo construtivo sobre o uso dos recursos humanos dos profissionais Waraos e sobre alternativas aos abrigos superlotados a



Desenho de adolescente Pemón representando sua comunidade.

fim de criar condições em todos os sentidos, que não podem ser resumir a uma política de inclusão escolar – de espaço físico, material didático e moradia, entre outros.

Faz-se necessário ainda fornecer mais informações a esta população sobre seus direitos, como a disponibilidade e o acesso ao SUS, ao

subsistema de saúde e a políticas sociais, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadoria rural e licença-maternidade.⁹⁰ Ha urgência em esclarecer aos indígenas migrantes o direito e o acesso a esses benefícios, uma vez que estes podem ser recursos para garantir sua autonomia, inserção local e dignidade.

O fato de alguns poucos indígenas conseguirem acesso à assistência social gera conflitos internos, uma vez que o acesso à informação muitas vezes passa pelo apoio de uma pessoa voluntária ou próxima de uma família, não fazendo parte de uma ação organizada de acesso à informação a uma política pública. Isso vale para o acesso a aposentadoria rural e a outros benefícios sociais, assim como para a documentação, seja ela de refúgio ou residência humanitária. Muitos Waraos nasceram em território nacional, muitos estão aqui há mais de três anos, e ainda carecem de esclarecimento sobre essas políticas.

90 O Benefício de Prestação Continuada é um benefício de assistência social voltado para idosos e pessoas com deficiência, visando garantir-lhes condições mínimas de uma vida digna. Integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é pago pelo governo federal e assegurado por lei. Resta saber como tem sido o acesso a estes benefícios para migrantes no Estatuto dos Refugiados ou de residência humanitária. O ACNUR tem realizado pesquisa nesta área. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do MPF, elaborou material sobre o benefício: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. *Conheça mais sobre o BPC*. Brasília, s.d. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/previdencia-social/cartilha_BPC_MDS_previdencia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

Profissionais que trabalham com os Warao na República Bolivariana da Venezuela afirmam existir uma forte resistência desses indígenas às estruturas hospitalares.⁹¹ Explicar o funcionamento dos subsistemas de saúde, como parte da política de acolhimento, pode ajudar no acesso a tratamentos de longa duração e em situações que requerem hospitalização.

Como vimos, o MPF produziu diversos pareceres e relatórios técnicos com base em pesquisas com as populações indígenas. Também foi o órgão que mais acionou a Funai, judicial e administrativamente, para que o órgão atuasse perante os povos neste fluxo. Ao mesmo tempo que exige direitos, a judicialização pode subsidiar discussões para a formulação de políticas públicas, daí a importância de diálogos com a Defensoria Pública da União (DPU) e o MPF, que têm acompanhado desde o início a presença indígena no fluxo migratório venezuelano. Permanece o desafio de envolver e acionar a *expertise* destes órgãos e sua capilaridade no território brasileiro, que poderiam contribuir no monitoramento e na formulação de políticas públicas.

Por último, o tema dos abrigos precisa ser discutido com os indígenas e os estados que têm situações e experiências diferenciadas, de modo a contribuir para a criação de redes de proteção e acolhimento. A proposta de criação de 3.800 postos em abrigos, do Ministério de Cidadania, necessita dialogar com outras expectativas e soluções em curso construídas pelos próprios indígenas, a fim de racionalizar a aplicação de recursos públicos no fluxo migratório.

Além disso, o tema do abrigamento deve ser pensado rompendo com a dicotomia rural e urbano, mesmo porque o conceito de rural pode ser interpretado de formas diferentes pelos atores envolvidos. A participação dos próprios indígenas na discussão e busca de soluções é fundamental. Os investimentos por parte de estados e municípios poderão ser mais bem aproveitados com a participação dos indígenas e o respeito a sua autonomia. É importante fazer uma avaliação, a curto e médio prazos, das experiências já realizadas para orientar as políticas de abrigamento das populações indígenas.

91 Tillet, Aimé. “La población indígena es la más desasistida en materia de salud”. *Provea*, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.derechos.org.ve/actualidad/entrevista-provea-aimee-tillet-la-poblacion-indigena-es-la-mas-desasistida-en-materia-de-salud>. Acesso em: 24 mar. 2020.





05



RECOMENDAÇÕES



5 RECOMENDAÇÕES

Com base no esforço da equipe de pesquisa em refletir criticamente sobre um conceito culturalmente adequado de solução duradoura, as rodadas de conversa com as populações indígenas e as oficinas e entrevistas com autoridades públicas e acadêmicos, é possível esboçar um conjunto de recomendações práticas:

5.1 Reconhecimento da condição indígena, documentação e reforço comunitário

1. O Estado brasileiro, a sociedade civil e os organismos internacionais devem manter constante diálogo com a comunidade indígena, local e migrante, identificando lideranças que possam facilitar a construção conjunta de soluções duradouras.
2. Esse esforço não deve desconsiderar que barreiras linguísticas e de gênero podem sistematicamente impedir ou dificultar o acesso de segmentos populacionais a informações e à tomada de decisão, sendo fundamental a construção de ações afirmativas para garantir que ninguém seja deixado para trás no processo.
3. O Brasil foi protagonista de uma boa prática internacionalmente reconhecida ao dispensar, em 2018, a exigência de filiação nos documentos de identidade dos venezuelanos que chegavam ao país em situação de vulnerabilidade. Não obstante, persistem dificuldades relacionadas com crianças nascidas no Brasil e indocumentadas, e de jovens, adultos e idosos que demandam registro tardio de nascimento. A ausência de documentação constitui impedimento sério de acesso a diversas políticas públicas e deve ser objeto de especial atenção. Nenhum indígena que deseje se documentar deve permanecer indocumentado.

5.2 Aspectos institucionais de governança e diálogo

4. É necessário o estabelecimento de uma estrutura institucional de diálogo e governança entre os diferentes níveis de governo e as comunidades indígenas para que sejam definidas políticas públicas estruturadas e abrangentes.
5. Com ou sem o estabelecimento de uma estrutura de coordenação, um passo vital para a construção de soluções duradouras socialmente adequadas é o estabelecimento de um plano de ação que oriente os diversos atores no terreno, com metas de curto, médio e longo prazo.
6. Toda ação estratégica com impacto nos meios e modos de vida da população indígena deve ser acompanhada de um processo de consulta informada. O estabelecimento de roteiros de orientação sobre metodologias de consulta e o compartilhamento de iniciativas conduzidas pela sociedade civil e organismos internacionais podem facilitar a introdução dessa prática nas ações dos poderes públicos locais.
7. Protocolos de ação específicos podem ser construídos para a orientação dos atores

públicos e da sociedade civil engajados na acolhida e assistência humanitária aos indígenas migrantes (vide abaixo seções sobre acesso à educação e à saúde).

8. A ação indigenista do Estado, liderada pela Funai, deve ser reforçada dentro do contexto próprio da organização, para que contemple de maneira adequada a presença em território nacional das comunidades indígenas migrantes, urbanas e rurais, com e sem correspondentes linguísticos prévios no Brasil.
9. Um fator decisivo para a construção de políticas públicas de médio e longo prazo e, conseqüentemente, de soluções duradouras é a produção de dados desagregados de qualidade. Essa ação pode ser liderada pelos serviços públicos disponíveis no Brasil para o levantamento e a análise de dados, qualificando o processo de deliberação e tomada de decisão pelo governo.
10. Equipes dos serviços públicos que atendem à população indígena de forma não exclusiva devem receber treinamento e sensibilização básica. Recursos já disponíveis, como treinamentos on-line e oficinas intensivas, podem ser mobilizados para garantir um nivelamento mínimo de qualidade na prestação de serviços públicos aos indígenas e não indígenas.

5.3 Acolhimento e estratégia de saída dos abrigos

11. A estrutura de abrigamento é hoje o pilar da política de acolhida aos indígenas migrantes que chegam da República Bolivariana da Venezuela. Seu reconhecimento como boa prática é relevante. O passo adiante pode ser a criação de centros de informação nas estruturas de abrigamento, permitindo aos migrantes conhecer seus direitos, suas obrigações e as políticas disponíveis para apoiar sua integração à sociedade brasileira sem descaracterização de sua autonomia e direito de escolha.
12. A informação produzida para os centros de informação pode ser disponibilizada para equipamentos públicos em outras unidades da Federação onde não existam unidades dedicadas de abrigamento indígena, para os múltiplos atores federativos envolvidos na resposta à migração venezuelana, garantindo um conhecimento adequado dos direitos e obrigações da população indígena migrante também naqueles locais onde o volume do fluxo migratório não justifica ações em escala, como a construção de estruturas dedicadas de abrigamento.
13. A criação de novos abrigos dedicados, casas de passagem, estruturas comunitárias de vivenda em contexto urbano e assentamentos rurais é bem-vinda em sua pluralidade, desde que os indígenas migrantes recebam informações suficientes sobre as modalidades de acolhida antes de sua tomada de decisão.
14. Promover, com a participação dos indígenas, uma avaliação sobre as experiências de abrigamento já existentes, especialmente nos estados de Roraima, Amazonas e Pará, pode oferecer subsídios valiosos para o desenho futuro de políticas públicas.
15. Nos casos em que migrantes indígenas vindos da República Bolivariana da Venezuela se instalam com as comunidades de mesmo tronco linguístico no Brasil,

as soluções duradouras passam pelo fortalecimento da comunidade e da coesão social, incluindo o investimento na infraestrutura física das aldeias que tiverem seu contingente populacional ampliado.

16. O presente estudo verificou a existência de uma variedade de vocações e formações profissionais entre os indígenas migrantes. Promover um levantamento desses perfis é necessário para a melhor inclusão daqueles que o desejarem no mercado de trabalho.
17. Estratégias específicas de capacitação profissional também são recomendadas, tendo em conta a vocação econômica própria de cada comunidade de acolhida.

5.4 Acesso à educação

18. Construir um protocolo de informação sobre o direito à educação no Brasil, a ser oferecido como subsídio para que os indígenas migrantes conheçam as possibilidades de inclusão de suas crianças no sistema formal de ensino ou ponderem a possibilidade de educação comunitária no contexto onde estiverem inseridos, garantindo que nenhuma criança seja excluída do direito à educação culturalmente adequada.
19. Fortalecer a educação bilíngue e o ensino de português para jovens e adultos, removendo ou diminuindo obstáculos culturais à integração local culturalmente sensível.
20. Viabilizar a validação de diplomas e títulos obtidos no exterior, promovendo a boa integração econômica. A modernização do sistema brasileiro de correspondência pode ser uma ação relevante para facilitar a integração e o desenvolvimento econômico local.

5.5 Acesso à saúde

21. Construir uma diretriz nacional de orientação e procedimentos operacionais padrão para os atores do sistema de saúde sobre a atenção aos indígenas que demandam acesso ao SUS em contexto urbano, fora as áreas de atenção dedicada da Sesai, facilitando o acesso ao direito à saúde de maneira culturalmente adequada.
22. Produzir recursos audiovisuais com perguntas e respostas básicas sobre questões de saúde, em língua indígena ou outro meio culturalmente sensível, é um passo importante para que as soluções duradouras não sejam travadas por problemas de saúde preveníveis ou tratáveis.

5.6 Assistência social e direitos das crianças

23. Promover espaços de escuta e diálogo das mulheres que trabalham na rua

pedindo doações, buscando protegê-las de situações de racismo ou outras violências e informá-las sobre os riscos às crianças e a legislação brasileira vigente, e sobretudo ouvi-las.

24. Qualificar as informações sobre o acesso aos programas de assistência social (Bolsa Família, BPC, licença-maternidade, aposentadoria rural para a população indígena) existentes tanto para indígenas nascidos no Brasil como para os nascidos na Venezuela.
25. Dada a existência de contingentes populacionais expressivos em ocupações espontâneas, é interessante considerar o apoio às iniciativas sociais e culturais de trabalho nos entornos dos abrigos para o combate ao racismo e à xenofobia, bem como a construção de estratégias de saída vocacionadas para a população em situação de rua ou vivendo em ocupações informais.



ESTA ATIVIDADE É FINANCIADA POR:



Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM)